



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**“O FUTURO DO MUNDO ESTÁ NO MATO”: CONEXÕES ENTRE O QUILOMBO
LAGOAS E A TERRA**



Eduardo Rodrigues Santos

Brasília

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Eduardo Rodrigues Santos

“O futuro do mundo está no mato”: conexões entre o Quilombo Lagoas e a terra

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa

Brasília
2022

Eduardo Rodrigues Santos

“O futuro do mundo está no mato”: conexões entre o Quilombo Lagoas e a terra

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa

Orientador – Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília

Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa

Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade de Brasília

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ

Prof. Dr. Bernardo Curvelano Freire

Colegiado de Antropologia/Universidade Federal do Vale do São Francisco

Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos

Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família pelo apoio, incentivo, colaboração e afeto durante todo o processo da pesquisa. Agradeço pelo empenho de todas/os em contribuir da maneira possível.

Também agradeço ao povo de Lagoas por todos os momentos de aprendizado. Esses momentos estão marcados em minha vida.

Agradeço ao meu orientador Joaze Bernardino-Costa. Apesar do distanciamento físico por conta da pandemia, foram anos de grande aprendizado com você e o grupo de orientandas/os.

Obrigado a Capes pelo financiamento.

Gratidão a banca pela disponibilidade, atenção e sugestões, também fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Um agradecimento especial a toda equipe do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília por toda paciência e prontidão.

Muito obrigado as amigas e amigos pela preocupação, carinho e sugestões durante essa caminhada.

E por fim, muito obrigado Lagoas por esse momento de reconexão..

Obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal perceber quais são as conexões entre as(os) quilombolas do território Lagoas, situado ao sudeste piauiense, e a terra do quilombo, observando a partir desse momento quais são os sentidos da terra para essa população. Foi realizado um trabalho etnográfico entre agosto e outubro de 2021, além de entrevistas com mulheres e homens de Lagoas que estão em posições estratégicas em relação às associações de moradores constituintes da organização política quilombola na região, no mesmo período. A partir das informações obtidas, foi possível identificar algumas formas de conexões entre quilombolas e a terra, como a partir da agricultura familiar, da caprinocultura, da apicultura, da religiosidade e das relações de parentesco, sendo tais formas atravessadas pela noção de terra de conjunto presente na organização territorial do quilombo. Com a compreensão das formas, como essas atividades são geridas em Lagoas, foi percebido a presença constante da categoria modo de viver nos relatos das(os) lagoanas(os), ao passo que tal categoria, tomada a partir das atividades apontadas, se relaciona com as noções de biointeração, modos de existência, terra comum e bem viver. A partir dessas reflexões, pode-se compreender de que maneira a terra é importante para a sobrevivência do quilombo e para a garantia das condições de existência das(os) quilombolas. Tomando as demandas da comunidade como orientador, há a preocupação em discutir o projeto de exploração de minério de ferro no território Lagoas, partindo das contribuições e relatos quilombolas e dialogando sobre os impactos em relação, e em contraponto, ao modo de viver em Lagoas, podendo impactar sobre as conexões da população com a terra. Por fim, após esse trajeto, sendo este um quilombo localizado em uma região caracterizada pela estiagem e altas temperaturas, entende-se que as conexões entre quilombolas e a terra potencializam a existência de Lagoas por tornar possível a realização de atividades econômicas que, necessariamente, passam pela preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, gestando um projeto político comunitário nessas bases, sendo possível, a partir desse caso, lançar reflexões sobre como pensar o futuro.

Palavras-chave: Quilombo; Terra; Território Lagoas; Modo de viver; Piauí; Caatinga; Mineração.

ABSTRACT

The main objective of this work is to understand the connections between the quilombolas of the Lagoas territory, located in the southeast of the state of Piauí, and the land of the quilombo, observing from there what are the meanings of the land for this population. An ethnographic work was carried out between August and October 2021, and interviews with women and men from Lagoas who are in strategic positions in relation to the residents' associations that compose the quilombola political organization in the region. From the information obtained, it was possible to identify some forms of connections between quilombolas and the land, such as family farming, goat farming, beekeeping, religiosity, and kinship relations, and these forms are crossed by the notion of conjunct land, present in the quilombo territorial organization. With the understanding of the ways in which these activities are managed in Lagoas, the constant presence of the category way of living was perceived in the reports of the Lagoas population, while this category, taken from the activities mentioned, is related to the notions of biointeraction, ways of existence, common land, and good living. From these reflections, it is possible to understand how the land is important for the survival of the quilombo and for the guarantee of the quilombolas' conditions of existence. Taking the demands of the community as a guide, there is a concern to discuss the iron ore exploration project in the Lagoas territory, based on the quilombolas' contributions and reports, and discussing the impacts in relation, and in counterpoint, to the way of living in Lagoas, which may impact on the connections of the population with the land. Finally, after this trajectory, Lagoas being a quilombo located in a region characterized by drought and high temperatures, it is understood that the connections between quilombolas and the land increase the existence of Lagoas by making possible the realization of economic activities that necessarily pass through the preservation of biodiversity and natural resources, creating a political community project on these bases, being possible, from this case, to throw reflections on how to think about the future.

Keywords: Quilombo; Land; Lagoas Territory; Way of living; Piauí; Caatinga; Mining.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Território de Desenvolvimento Serra da Capivara.....	16
Figura 2 - Vista de parte do muro de pedras.....	50
Figura 3 - Muro de pedras e lagoa ao fundo durante a estiagem.....	50
Figura 4 - Casarões históricos em frente a Praça Comendador Piauilino.....	53
Figura 5 - Vista lateral da Praça da Igreja do São Vítor.....	54
Figura 6 - Cultivo de arroz, à esquerda; Horta, à direita.....	73
Figura 7 - Aceiro, à esquerda; Derrubada, à direita.....	74
Figura 8 - Roda para produção de farinha.....	77
Figura 9 - Logotipo da Associação Territorial do Quilombo Lagoas.....	87
Figura 10 - Roda de São Gonçalo.....	90
Figura 11 - Casa de farinha.....	101
Figura 12 - Áreas de exploração de minério de ferro.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Núcleos do Território Quilombola Lagoas.....	17
Quadro 2 - Linha do tempo.....	58
Quadro 3 - Remédios naturais em Lagoas.....	80
Quadro 4 - Quadro resumo de atividades ao longo do ano.....	84
Quadro 5 - Impactos previstos pela mineradora.....	122
Quadro 6 - Vagas de emprego no empreendimento.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro.

CECOQ/PI - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí.

CF - Constituição Federal.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

DF - Distrito Federal.

DPE/PI - Defensoria Pública do Estado do Piauí.

DPU - Defensoria Pública da União.

ECQ - Estudo de Componente Quilombola.

EIA - Estudos de Impacto Ambiental.

EMATER-PI - Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado do Piauí.

FCP - Fundação Cultural Palmares.

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ISA - Instituto Socioambiental.

LaMPDA - Laboratório de metodologia, pesquisa e documentação em Antropologia.

LP - Licença Prévia.

LPT - Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Programa Luz para Todos.

MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MME - Ministério de Minas e Energia.

MPF - Ministério Público Federal.

MP/PI - Ministério Público do Estado do Piauí.

ONG - Organizações não governamentais.

P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas.

PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural.

PI - Piauí.

PL - Projeto de Lei.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PPGA - Programas de Pós-Graduação em Antropologia.

PVSA - Projeto Viva o Semiárido.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental.

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

SEMAR - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí.

SP - São Paulo.

UESPI - Universidade Estadual do Piauí.

UnB - Universidade de Brasília.

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - Entre os quilombos, Lagoas: presenças e ausências da terra	23
1.1 - Quilombos nas ciências sociais e o limite sobre a terra	23
1.1.1 - Quilombo nas Ciências Sociais	23
1.1.2 - Quilombo na literatura piauiense	39
1.2 - Terra, Território	43
1.3 - História e formação de Lagoas	48
CAPÍTULO II - "A terra é a nossa estrutura": conexões com a terra na vida lagoana	59
2.1 - Alguns pressupostos teóricos	59
2.2 - Modo de viver em Lagoas	69
2.3 - A terra é comum ou é tornada comum?	97
CAPÍTULO III - “Para mim não existe São Paulo melhor que essa aqui”: experiência lagoana na defesa de sua terra	110
3.1 - Desenvolvimento, indícios da mineração e a ação de Lagoas	110
3.2 - Impactos da mineração e as controvérsias com o modo de viver lagoano	119
CAPÍTULO IV - Pensando o futuro a partir de Lagoas	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

INTRODUÇÃO

Procurei algumas formas de introduzir este trabalho. A mais adequada que imaginei foi contar brevemente sobre as motivações pessoais para que se chegue nas motivações sociológicas e políticas para a realização desta investigação. Por isso, peço a paciência de quem lê para algumas linhas passando por uma história pessoal.

Nasci em São Raimundo Nonato, mas apenas com alguns meses de vida vim, com minha mãe e meu pai, para o Distrito Federal. Lembro que entre os meses de dezembro viajava com minha mãe para visitar a família no Piauí. E fui crescendo com a percepção de que parte da família morava em uma zona rural. Não tinha muito segredo. Quando chegava o final do ano era a época de ir para o interior. E essa percepção de se tratar apenas de uma comunidade rural permaneceu em minha mente até dezembro de 2018. Em uma das viagens para visitar minha família, escutei minha avó materna – dona Francisca Rodrigues dos Santos¹ – falando algo sobre a conta de energia elétrica e um desconto por conta de um cadastro quilombola. Nunca tinha escutado o termo quilombo ou quilombola naquele espaço. Foi ali que percebi que estava em um quilombo, e tratava-se do quilombo Lagoas. A partir daquele dia comecei a pesquisar sobre a história local com familiares residentes no quilombo e buscando literatura. Entre alguns dos aspectos tratados em conversas com familiares sobre o território quilombola, destacava-se a preocupação com a presença de estudos de mineradoras que estavam sendo realizados na região. Assim, alguns problemas começaram a fazer parte do meu cotidiano, como a situação de ser quilombola-descendente e descobrir isso já com vinte anos de idade, os motivos de nunca ter escutado a expressão quilombo no círculo familiar e sobre a questão territorial na região.

Esses problemas se tornaram problemas de pesquisa durante o ano de 2019. Buscando a literatura clássica sobre quilombos nas ciências sociais brasileiras, houve a percepção de que o tema da terra seria discutido com pouca abertura, sendo que esse debate passou a ganhar espaço e importância em momentos mais recentes, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Durante 2021, soube da iniciativa da Associação Territorial do Quilombo Lagoas em ir ao Colegiado de Antropologia da Universidade Federal Vale do São Francisco pedir auxílio técnico sobre o caso da mineração no território². Ali tive a certeza da importância de levar em conta as preferências de temas de

¹ Moradora da Lagoa do Calango. Cuidou de nove filhos – minha mãe e oito tias/os. Foi ela que me abrigou durante boa parte desses dois meses que fiquei fisicamente no quilombo.

² Esse momento resultou no início de mais uma parceria de Lagoas, agora com o Colegiado de Antropologia da Univasf.

pesquisa por parte de cientistas sociais nas universidades públicas, mas, principalmente, as demandas concretas de grupos sociais marginalizados no gozo de direitos fundamentais. Meses antes, ao propor um projeto de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, tinha em mente um esboço dessa ideia, propondo uma pesquisa preocupada com a questão da terra de Lagoas, compreendida a partir de relatos preocupados de quilombolas.

Portanto, para chegar neste trabalho, o primeiro passo foi o entendimento de ser quilombola-descendente. Os passos seguintes foram entrelaçados. Ao buscar a literatura sobre quilombos nas ciências sociais, percebi um ponto negligenciado em um período e que está em movimento crescente nos debates, que é o sentido da terra, constituindo-se aí um tema de investigação sociológica. E por outro lado, e complementarmente, ao se ouvir os relatos lagoanos sobre os possíveis impactos que a exploração de minério de ferro pode causar sobre a comunidade, percebe-se também a emergência política do tema da terra do quilombo Lagoas e seus sentidos para a vida dessa população. Há uma junção de motivações que justificam a realização da pesquisa.

Orientado por essa preocupação, a reflexão que busquei seguir foi sobre as conexões entre quilombolas e a terra, acerca de quais seriam essas conexões, como capturar e descrevê-las. Em outros termos, a questão que guia a pesquisa é: quais são as conexões entre quilombolas de Lagoas e a terra do quilombo e o que as conecta? A partir dessa questão central, objetiva-se alcançar de que maneira a terra se torna importante para as(os) lagoanas(os)³.

Partindo, então, do referencial teórico-metodológico do ator-rede para construir um caminho para responder à questão, pretende-se enfatizar o papel do que conecta os atores sociais.

Um ator-rede é rastreado sempre que, no curso de um estudo, se toma a decisão de substituir atores de qualquer tamanho por sítios e locais e conectados, em vez de inseri-los no micro e macro. As duas partes são essenciais, daí o hífen. A primeira parte (o ator) revela o minguado espaço em que todos os grandiosos ingredientes do mundo começam a ser incubados; a segunda (a rede) explica por quais veículos, traços, trilhas e tipos de informação o mundo é colocado *dentro* desses lugares e depois, uma vez transformado ali, expelido de dentro de suas estreitas paredes. Eis por que a **“rede”** com hífen não está aí como presença sub-reptícia do Contexto, e sim **como aquilo que conecta os atores**. (LATOIR, 2012, p. 260, grifo nosso).

³ Durante o trabalho, utilizo a expressão lagoana(o) ao se referir a população de Lagoas. Importante salientar que esse termo não está presente no cotidiano do quilombo, sendo a expressão quilombola utilizada recorrentemente. Mas por uma possibilidade de ambiguidade ao olhar de quem está lendo, ao se referir como quilombola à população de Lagoas e as(os) quilombolas em geral, optou-se por utilizar o termo lagoana(o).

Se a rede é aquilo que conecta os atores, e se a preocupação é em localizar o que conecta lagoanas(os) e a terra, compreendo que o caminho metodológico passa por identificar os veículos, traços e tipos de informação que interagem nessa relação. E por interação entende-se, ainda de acordo com o autor, como um grande número de participantes atuando nas interações ao mesmo tempo que desloca suas fronteiras e as redistribui, apontando uma crítica à noção de interação local ou global. Assim, atores não-humanos – tratados assim nessa perspectiva, mas que serão citados como não-pessoas⁴ a partir de agora no texto – também emitem traços. Desse modo, utiliza-se da orientação de Latour de seguir os próprios atores, buscando compreender suas inovações, seus métodos de existência e adequação.

Para isso, foi realizado um trabalho etnográfico e entrevistas. Com o primeiro, houve a intenção de perceber o cotidiano de Lagoas, para que se pudesse alcançar as dinâmicas com a terra durante a realização das atividades rotineiras. Com a segunda, o objetivo foi de aprofundar percepções da etnografia, tratar sobre o tema da terra de forma direta com algumas pessoas e perceber quais são as demandas do quilombo. O que se tentou foi uma complementação de informações entre essas duas técnicas para que se pudesse apreender as interações de pessoas e não-pessoas.

O trabalho etnográfico foi realizado entre meados de agosto e outubro de 2021. Foram dois meses em Lagoas dedicados à rotina lagoana – atividades como a ida à roça, a reuniões de associações, ao trabalho doméstico, a apicultura, caprinocultura, eventos religiosos, entre outros aspectos. Além disso, foram realizadas entrevistas com pessoas previamente selecionadas pela percepção de estarem em posições estratégicas na discussão sobre território e sobre o estabelecimento de parcerias. Interessante como o nome dessas(es) interlocutoras(es) foram sendo lembradas pelas pessoas com que tive contato como algumas das principais referências para se tratar do quilombo, validando a amostra referente às entrevistas.

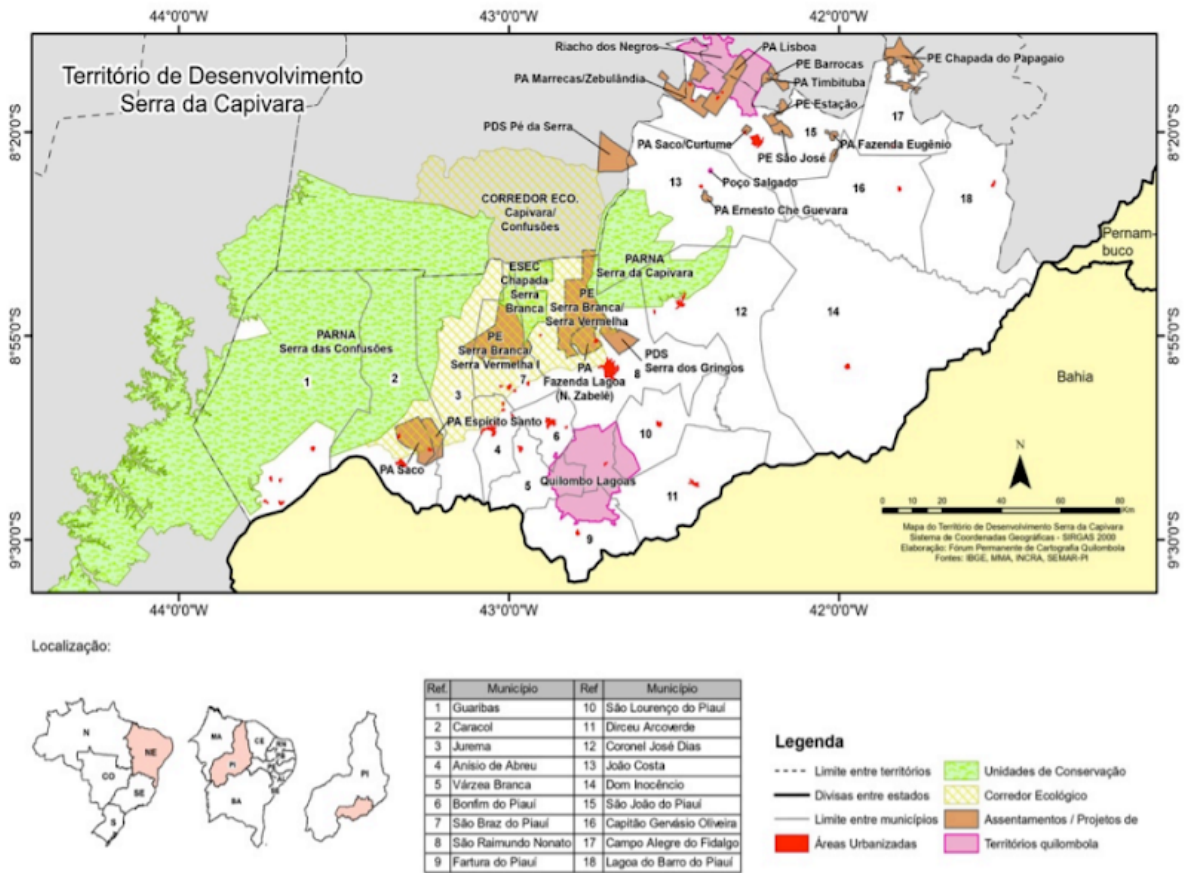
Como se pretende trabalhar com a terra, é preciso situar de que maneira esse tema será debatido, a partir dessa perspectiva. Primeiro, afasta-se de uma percepção definitiva e estática, que a essencializa unicamente como um recurso da natureza alheio das dinâmicas políticas. Com esse pressuposto, entende-se a terra como um lugar-evento (BORGES, 2014).

⁴ Parte-se do relato de Nego Bispo: “Eu estava vendo hoje uma postagem no Facebook, algumas questões filosóficas africanas, e o Wan Flor, não sei se você conhece ele, o Wanderson Flor, que é da UnB, ele estava chamando atenção pra isso, ao invés de dizer humano, por que não dizemos gente? Ao invés de dizer humanos, por que não dizer pessoas? Esse humano é muito cristão, colonialista.” (MAYER; SANTOS, 2020, p. 63). Com isso, neste trabalho há a opção de tratar como pessoas e não-pessoas, e não como humanos e não-humanos.

Ou seja, é preciso estar atento aos quadros conceituais para além dos apontados pela noção de propriedade privada – gênese do Estado e do capitalismo. Em outros termos, a terra é um conceito em disputa e que deve ser apreendido a partir dos quadros e experiências dos grupos, que podem ir além ou contradizer com a noção predominante. A terra é, ao mesmo tempo, um lugar, mas também potencializa eventos e outros modos de perceber a realidade. Partindo desse pressuposto inicial é que se percebe um caminho para alcançar as conexões entre quilombolas e terra.

E ao se referir sobre as(os) quilombolas, nesse caso, trata-se da população do Quilombo Lagoas. Essa comunidade se encontra no sudeste piauiense e seu território passa pela delimitação oficial de seis municípios: São Raimundo Nonato, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí, Várzea Grande, Bonfim do Piauí e Dirceu Arcoverde. Destaca-se a primeira cidade citada, onde se localiza o Parque Nacional Serra da Capivara, uma das mais importantes concentrações de sítios arqueológicos da América e município central quando se trata de Lagoas. Além disso, o território Lagoas está próximo de um corredor ecológico entre as Serras da Capivara e das Confusões. Ou seja, além da importância em si por se tratar de uma comunidade quilombola, trata-se de um dos maiores do país e posicionado em uma região de caatinga marcada pela busca de conservação.

Figura 1 - Território de Desenvolvimento Serra da Capivara



Fonte: Fórum Permanente de Cartografia Quilombola (LaMPDA/UNIVASF)

Durante o regime escravista, em especial no século XIX, houve o trabalho escravo nas fazendas pecuaristas da localidade. Com o final da escravidão, a população negra foi se deslocando para locais com lagoas, pois por se tratar de uma região que passa por um grande momento de estiagem ao longo do ano, essas pessoas tinham que procurar locais com água armazenada para sobreviver. E foi a partir dessas pequenas comunidades próximas a lagoas que esse território foi se consolidando, ao tempo em que os descendentes e outras pessoas que compraram as fazendas anteriormente escravistas vendiam parte de suas terras para essa população negra que conseguiu, após anos, juntar uma quantidade de bens suficiente para adquirir terras. Além disso, essas comunidades eram, geralmente, nomeadas por conta de alguma característica daquele povoado, aliado ao fato de ser próximo de lagoas. Assim, surgiram diversas comunidades, como a Lagoa das Emas, Lagoa das Cascas, Lagoa Grande, etc. Foi por meio desse processo que foi sendo formada essa comunidade quilombola.

Não à toa, este é o maior quilombo da caatinga, um dos maiores do Brasil, possuindo um território de mais de 60 mil hectares, com mais de cem comunidades organizadas em 12 núcleos, aproximadamente 1.500 famílias e mais de 5 mil habitantes (MATOS, 2013). A partir dos anos 1990, por meio do movimento quilombola, o termo quilombo e seu significado passam a fazer parte do cotidiano local. E a partir de diversos debates, reuniões e mobilização, durante a década de 2000, a população passa a se reconhecer como quilombola. Assim, Lagoas é certificada pela Fundação Palmares como comunidade remanescente de quilombo desde 2009, mas ainda está em processo de luta pela titulação do território.

Quadro 1 - Núcleos do Território Quilombola Lagoas

1-Núcleo de São Victor		5-Núcleo de Angical		9- Núcleo de Umburana	
Lagoa Grande Vermelhinho Lagoa do Calango Baixão dos Otacílios Camaleão Lagoa dos Boi Lagoa de São Victor Lagoa de Dentro Lagoa dos Canutos Baixão do Grajal	Camaleãozinho Lagoa da Gameleira Lagoa do Angico Lagoa do Serrote Lagoa do Umbuzeiro Lagoa dos Queixadas Malhada Alta Queimada Velha Salão	Angical Lagoa da Vaca Lagoa dos Tobões Lagoa do Amaro Baixão da Secção Umburana Lagoa do Capim	Fazenda Nova Baixão do Angical Lagoa dos Porcos Bem bom Lagoa do Pompilho Lagoa da Gangorra	Umburana I Boa Vista Boa Esperança Bom Retiro	
2-Núcleo de Xique-Xique		6-Núcleo da Fazenda do Meio		10- Núcleo do Espinheiro	
Xique-Xique Morro Alto Poço Dantas Queimada da Onça Lagoa da Gameleira	Cacibões Campo Formoso Pastos das Bestas Lagoa da travessão	Fazenda do Meio Tintino Lagoa do Germano		Espinheiro Santa Maria Lagoa Ruim Jurema Lagoa do Gato	Lagoa do Calixto Sítio Claro Quebeca Lagoa do Gado Corredor Recanto
3-Núcleo Lagoa dos Meninos		7- Núcleo Lagoa das Emas		11- Núcleo da Lagoa Nova	
Lagoa dos Meninos Boi Morto Lagoa do Mulungu Lagoa do Cipó Lagoa do Mocó Castanheiro	Barreiro da Pedra Nazáro Lagoinha dos Marcários Lagoa da Taboa Lagoa dos Torrões Barrerinho	Lagoa das Emas Lagoa do Encanto Lagoa do Mel Retiro Baixão do Boi Lagoa dos Martins Barreiro dos Porcos	Lagoa dos Moisés Cachoeira Queimada Velha Boa Vista dos Braz Lagoa das Pombas As Lagoas Recreio	Lagoa das Caraibas Queimada Velha Lagoa Nova Lagoa do Boi Altamira Lagoa das Flores	
4-Núcleo de Lagoa das Pedras		8- Núcleo de Montes Claros		12- Núcleo Lagoa da Firmeza	
Lagoa da Pedra Lagoa do Jacaré Lagoa do Riacho Lagoa dos Currais Lagoa dos Prazeres Jatobazeiro	Lagoa Rasa Lagoa das Cascas Lagoa das Caraibas Pedra do Mocó Morro dos Largos Serra Bode	Montes Claros Baixão do Anísio Baixão do Florêncio Lagoa dos Soares Fazenda Lages	Lagoa dos Raimundos Lagoa do Peixe Alecrim Chapadinha	Lagoa da Firmeza Lagoa do Cansação Lagoa da Onça Caldeirão do Tanque	Serrinha Lagoa dos Torrões Lagoa do Préá Pau D'Arco

Fonte: Silva (2018)

Por conta da grandeza desse quilombo, e também pelo contexto de pandemia da Covid-19 e as consequentes limitações de movimentação para a manutenção da segurança sanitária, foi preciso realizar um recorte espacial. Assim, optei por partir de onde eu nasci. Minha família mora em comunidades que fazem parte do Núcleo São Vítor. Acaba que, levando em consideração o aspecto histórico, este foi o local sede da maior fazenda escravista daquela região. Assim, alia-se os aspectos pessoais e históricos como pontos de referência.

Em outros termos, tomei o Núcleo São Vítor como referencial para a realização do trabalho. Outra situação levada em consideração foi a coincidência da comunidade de residência da liderança histórica do quilombo ser a mesma onde minha família materna reside.. Trata-se da Lagoa do Calango, também situada no Núcleo São Vítor e que situa a maior barragem do território, reforçando a justificativa de delimitar a análise sobre parte desse núcleo. Isso não quer dizer nem que foi possível ir em todas as comunidades que formam o núcleo, nem que não foram observadas situações em locais de outros núcleos, mas que a maioria das reflexões apontadas nas páginas seguintes foram construídas a partir da observação de experiências e dinâmicas no Núcleo São Vítor. Desse modo, grande parte do trabalho de pesquisa foi dedicado a esse núcleo do quilombo, assim como a maioria das entrevistas foram com moradoras(es) destas comunidades. Ao longo do texto, será possível observar alguns relatos de pessoas de Lagoas. Grande parte destes, foram coletados pelas entrevistas, com a gravação de áudio. Alguns outros relatos, mais curtos, foram percebidos em momentos do cotidiano e anotados para o registro neste texto.

Esse período em que estive em Lagoas é caracterizado pela estiagem e forte calor na região. Ao longo dos dias, pude perceber o movimento de recuo da água em locais como lagoas, barragem e barreiros. Todo dia em que foi possível conferir a temperatura, esta estava acima 30 graus. Quando cheguei a Lagoas, a população quilombola adulta já tinha tomado a segunda dose da vacina contra a Covid-19, o que deu mais tranquilidade em relação à segurança sanitária. Mesmo com a maioria das pessoas vacinadas, foram observadas poucas movimentações que poderiam causar aglomeração, como festas e eventos esportivos.

Durante o trabalho etnográfico, pude estar presente durante as movimentações da Associação Territorial do Quilombo Lagoas, diante de duas situações principais: primeiro, referente a concessão por parte do Governo do Piauí da Licença Prévia para que a SRN Mineração pudesse iniciar seus trabalhos de extração, situação que levou a reação do movimento quilombola e a judicialização do caso. E segundo, a conquista de cestas básicas pelo intermédia da Conab⁵ e a dificuldade de distribuição destas por conta de um travamento da prefeitura de São Raimundo Nonato, sendo necessária a mobilização da Associação e de parceiros para o acesso e distribuição das cestas para a população de Lagoas. De modo geral, essas situações mostraram algumas dinâmicas do movimento quilombola em Lagoas

⁵ Companhia Nacional de Abastecimento. Empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

referentes a sua organização e principais pautas. Mais adiante serão tratadas com mais detalhes essas dinâmicas.

Durante parte das entrevistas, algo em especial me inquietava. Ao mesmo tempo em que estava em uma posição de curiosidade sobre situações, dinâmicas e processos que tinham um certo grau de novidade, parte das(os) entrevistadas(os) se dirigiam a mim com familiaridade, até certo ponto literal. Algumas pessoas com quem conversei, não conhecia até aquele momento, mas ao perguntarem de quem sou filho, falaram que conheciam minha mãe e meu pai, e alguns até falaram que lembravam de mim quando era bebê. Essas situações me fizeram pensar sobre minha posição nessa pesquisa. É um lugar de estar longe, mas ser de lá. Ou seja, as circunstâncias da vida fizeram com que eu estivesse afastado de Lagoas durante grande parte da vida, exceto os períodos de férias, mas, ao mesmo tempo, próximo por ouvir as histórias de lá, ser educado por mãe e pai do quilombo. Partindo disso, é importante salientar que toda vez que se falar sobre as(os) quilombolas de Lagoas, as(os) lagoanas(os), neste trabalho, estou me referindo a familiares e pessoas próximas de minha família. Com isso, quero dizer que quando o texto fizer referência à população de Lagoas, estou me referindo a esse grupo próximo. Mesmo que geograficamente distante em grande parte dos dias, refere-se a nós.

Destaco aqui a interlocução com algumas pessoas em posições estratégicas, como a liderança no quilombo, liderança em associações, como o caso de Cláudio Teófilo Marques, Carla Pereira Pindaíba, Andréia de Miranda Santos, Júlio Paes de Castro, professora Maria de Fátima Neri Macêdo, Andreilino Alves de Miranda, e também destaco as trocas com outras pessoas, principalmente familiares, que se dispuseram em participar do trabalho, como o caso de minhas avós e avôs, Francisca Rodrigues dos Santos, Valdemiro Barbosa Dias, Ana Aparecida de Santana e Antônio Dias dos Santos, além de tios e tias como José Rodrigues dos Santos, Francisco Rodrigues dos Santos, Josefa Dias dos Santos, destacando também pessoas que não são familiares, mas que se dispuseram em colaborar, como Seu Raimundo. Ao longo do texto percebe-se algumas das interlocuções destas(es) e melhores descrições sobre quem são essas pessoas. Aqui, vale salientar que o primeiro grupo são pessoas apontadas por grande parte da população lagoana que tive contato no Núcleo São Vítor como boas/bons representantes para falar sobre determinados assuntos do quilombo. Importante destacar também as trocas com tantas outras pessoas, mas, que por limitações, não consigo abarcar

todas(os) aqui, mas registrando a importância de todas as contribuições para as reflexões das próximas páginas.

Desse modo, a dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro capítulo há uma revisão de parte da literatura sobre as comunidades quilombos nas ciências sociais brasileiras desde as primeiras décadas do século XX, passando também por parte da literatura sobre os quilombos piauienses. Essa revisão se faz a partir da ótica de como as comunidades quilombolas são retratadas ao longo do tempo e de que maneira a terra é discutida, ou não, percebendo se este é um elemento de compreensão dos quilombos ou não para essa literatura. O que se pretende com isso é fundamentar uma tendência das últimas duas décadas de incluir as dinâmicas com recursos naturais como potências compreensivas das comunidades quilombolas, sendo essa uma posição que se pretende testar no caso de Lagoas.

No segundo capítulo, entra-se de fato nas reflexões a partir do trabalho etnográfico e das entrevistas. Há um trabalho descritivo sobre as condições que atravessam a existência do quilombo, como o clima, o bioma, os períodos de chuva e estiagem, entre outros aspectos. A partir desse entendimento de se tratar de um quilombo da caatinga no semiárido, busco apontar sobre as formas das atividades que compõem o modo de viver lagoano – sendo esta uma categoria apreendida pelos relatos quilombolas e amparada pela noção de modo de existência (LATOURET, 2019) – e as conexões dessas ações de mulheres e homens de Lagoas com a terra. Nesse sentido, primeiro, percebe-se uma categoria que potencializa as atividades destacadas a seguir, que é a noção de *terra de conjunto*. Essa categoria é formulada a partir dos arranjos familiares do quilombo e aponta um espaço em que o uso da terra é comum. Aqui, vale uma breve descrição. Terra de conjunto diz respeito a áreas adquiridas pela população descendente das(os) escravizadas(os), registradas, geralmente, no nome de homens, e que ficaram, em sua maioria, como herança para as(os) descendentes e organizadas de modo a realização de atividades e uso da terra pela população e seus animais em espaço comum.

Destaca-se algumas atividades observadas e informadas, como a agricultura familiar⁶, a caprinocultura e a apicultura. Respectivamente, a população lagoana costuma tratar essas atividades como o trabalho na roça, com as criações e com as europas⁷. Elas constituem o modo de viver lagoano, que, neste capítulo, entra em diálogo com a noção de

⁶ Neste trabalho, ao se destacar o termo agricultura familiar, refere-se às práticas e técnicas lagoanas nas culturas de feijão, mandioca, milho, abóbora, batata, melancia, maxixe, algodão, gergelim, amendoim, pepino, chuchu, cabaça, arroz.

⁷ Em Lagoas, geralmente ao se referir a caprinocultura e a apicultura, tratam como as criações e as europas, respectivamente. As segundas se tratam das abelhas europeias, ou abelhas europa.

biointeração (SANTOS, 2019)⁸, como uma espécie de caracterização de interações biocentradas por parte das(os) quilombolas. Dialoga-se, também, com a categorias político-acadêmicas de Bem Viver (ACOSTA, 2011) e de comum (DARDOT; LAVAL, 2017), considerando que as experiências lagoanas oferecem elementos para que possamos pensar sobre as possibilidades e/ou limites dessas noções exteriores ao quilombo. Desse modo, o segundo capítulo pretende refletir sobre o modo de viver em Lagoas, partindo das observações e relatos lagoanos, dialogando com alguns pressupostos conceituais em direção da compreensão da identificação das conexões de quilombolas e a terra, e de que modo estas se fazem presente nesse movimento.

No terceiro capítulo, partindo de uma demanda territorial do quilombo Lagoas, e em diálogo com a investigação proposta, há um debate sobre o caso da mineração na região por parte da SRN Mineração. Em outros termos, levando em consideração aspectos das conexões de lagoanas(os) e a terra e a importância desta para essa população se realiza uma análise conjunta sobre os impactos previstos no EIA/RIMA do projeto da empresa citada. Nesses documentos, são apresentados 21 impactos, sendo que estes foram discutidos com parte da população que teve contato durante os meses que estive em Lagoas. Com isso, há uma discussão sobre o discurso do desenvolvimento empregado pela empresa e reforçado pelos governos municipais, estadual e federal, e os contrapontos políticos a partir da experiência lagoana. O capítulo é encerrado tomando como base esses aspectos, em um debate sobre a alternativa ao desenvolvimento como discurso capitalista neoliberal por parte da população de Lagoas.

E no quarto capítulo, há um retorno aos pressupostos teóricos utilizados ao longo do trabalho, para que se possa refletir sobre como e quais as possibilidades de pensar alternativas para o futuro a partir do caso de Lagoas. Em outros termos, pretende-se neste capítulo realizar um exercício de reflexão sobre como as conexões entre o povo lagoano e a terra podem fornecer subsídios para pensar a realidade para além dessa comunidade quilombola. Com isso, o objetivo é repensar sobre categorias que usualmente são percebidas nos estudos sobre quilombos e que tipo de realidade estes podem criar, além de perceber a emergência ontológica dos quilombos.

⁸ Daqui em diante, autoras e autores negras(os) citadas(os) de forma direta e indireta terão o nome destacado em negrito. Vale salientar que há autoras(es) que só conheço suas obras, e por conta disso pode haver pessoas negras não citadas dessa forma.

Com essa estrutura de trabalho, pretendo atingir um ponto de reflexão em que se compreenda as singularidades quilombolas a partir das conexões com a terra, uma agente não-pessoa. Em outros termos, há a intenção de compreender um modo de existência a partir da caatinga, sendo este um elemento importante nas interações quilombolas neste lugar, sendo que, provavelmente, um quilombo em outra região poderia ter dinâmicas diferenciadas com a terra, mesmo que partindo de pressupostos semelhantes, como a preservação dos recursos naturais.

Assim, a pesquisa se justifica em alguns sentidos. Percebendo um ponto a ser melhor refletido na literatura das ciências sociais que se dedica ao tema dos quilombos, o trabalho aponta a terra como elemento constituinte do modo de existência quilombola, além de buscar destacar suas dinâmicas como reinventadas, pensando para além das percepções de quilombo como algo do passado escravista, como observado em parte da literatura do século anterior. Desse modo, pode-se perceber um projeto político de existência a partir do caso de Lagoas.

Por fim, mas não menos importante, nesta dissertação decidiu-se por colocar o nome completo de cada autora/autor na primeira vez durante o texto em que forem citadas(os), a fim de identificarmos o gênero, bem como decidimos colocar em negrito os nomes de autoras/autores negras(os) a fim de também identificá-las(os).

Capítulo 1 - Entre os quilombos, Lagoas: presenças e ausências da terra

No primeiro capítulo deste trabalho, pretendo realizar um quadro geral de como o debate sobre comunidades quilombolas se organiza na literatura das ciências sociais brasileiras. Em outros termos, há a intenção de se passar por alguns momentos importantes nas discussões sobre quilombos, observando quais são os componentes fundamentais em cada etapa do debate ao longo do tempo. Com isso, ao final dessa revisão, pode-se perceber qual a posição da terra como elemento de compreensão de interações com quilombolas, forjando pressupostos do modo de existência nos quilombos para essas literaturas.

A partir desse diagnóstico, entro em uma reflexão acerca do que pode ser compreendido como terra e território, passando pelo processo de territorialidade, sendo este um passo importante para que se tenha em mente qual o caminho pretendido no trabalho e que pode ter sido negligenciado por parte da literatura sobre quilombo no Brasil. Ou seja, partindo do diagnóstico de uma certa ausência da inclusão da terra como elemento constitutivo da formação política quilombola nas ciências sociais brasileiras, principalmente até o momento da Constituição Federal de 1988, já que a partir dali a terra torna um tema importante nas discussões sobre quilombo, pretende-se elaborar um entendimento do que se compreende como terra para se chegar ao caso proposto para investigação com essa base definida. E assim, chego a uma descrição histórica da formação do território quilombola Lagoas, chegando ao fim do capítulo com uma fundamentação teórica acerca do tema das comunidades quilombolas, passando pelo tema da terra e chegando no quilombo Lagoas, possibilitando a entrada no capítulo seguinte de forma mais estruturada.

1.1. Quilombos nas ciências sociais e o limite sobre a terra

Neste tópico, se passa por uma revisão bibliográfica sobre o tema das comunidades quilombolas nas ciências sociais brasileiras, apontando os principais aspectos dos debates e elencando as utilizações e limites da terra nessas análises. Em um primeiro momento, se abarca a literatura brasileira de maior destaque e, posteriormente, se dá ênfase na literatura piauiense, se aproximando mais do caso privilegiado aqui.

1.1.1 Quilombo nas Ciências Sociais

O tema das comunidades quilombolas passou por alguns momentos nas ciências sociais brasileiras, atravessados por ausências e formas de presença da questão da terra nessas

discussões, em especial ao se tratar dos modos de existência quilombola inspirados na relação com a terra. Desse modo, pretendo passar por parte dos referenciais de momentos do debate sobre quilombo, destacando as principais contribuições e assinalando como a terra vai se posicionando nessa narrativa, traçando uma trajetória sobre o valor ontológico desse elemento.

Diante da complexidade e amplitude acerca das(os) autoras(es) que se dedicaram e se dedicam nessa área de estudos, utilizo das sistematizações de três pessoas a respeito do tema. **Jean Silva** (2019), **Carlos Alexandre Plínio dos Santos** (2015) e **Vera Rodrigues** (2008) realizaram revisões bibliográficas, classificando em períodos e grupos as contribuições acerca da constituição do conceito quilombo e os principais estudos sobre quilombos e relações raciais. Assim, pretendo realizar uma síntese das principais referências bibliográficas percebidas em ambas sistematizações, buscando dialogar em como o tema da terra é acionado por esses referenciais, e de que modo ela potencializa entendimentos sobre o modo de existência quilombola.

Silva (2019) classifica a literatura em três momentos de uso de categorias para interpretação dos quilombos: a partir da categoria Estado, a partir de classe e como projeto de sociedade. Já **Plínio dos Santos** (2015) classifica autoras(es) responsáveis por estabelecer um debate sobre relações e hierarquias raciais brasileiras, passando pelo tema dos quilombos nesse contexto, em quatro períodos: heroico, carismático, burocrático e estudos nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia. **Rodrigues** (2008) classifica as contribuições em três momentos: dos anos 1930 a 1960, anos 1970 e as últimas décadas do século XX. A partir da junção dessas sistematizações, chegou-se em contribuições importantes nesse campo, que serão apresentadas a seguir em diálogo com o tema da terra em suas obras.

Pode-se partir da virada do século XIX para o XX e visitar as contribuições de Nina Rodrigues, um dos pioneiros dos estudos sobre negros no Brasil. Em meio a uma ambição geral de discutir sobre as problemáticas em relação às influências negras na sociedade brasileira, Nina Rodrigues, em algum momento, se dedicou a estudar sobre o tema do quilombo. E em relação ao tema da terra, Rodrigues (2010 [1932]) aponta esse termo, de forma geral, apenas ao se referir a lugares, como por exemplo ao se tratar da terra natal de determinados grupos, da terra (da área) que seria conquistada por brancos ou negros em algumas situações descritas por ele. Assim, o sentido da terra na contribuição dele é referente a área ou região.

Ele, assim como alguns autores nas décadas seguintes (CARNEIRO, 2011 [1947]; RAMOS, 1942; FREITAS, 1978), discutiu quilombo a partir do caso de Palmares, mas percebendo este como parte da influência negra negativa para o país. Ele aponta que houve um sentimento de simpatia dos historiadores de sua época com a situação da população negra palmarina por conta de uma espécie de culto heroico à liberdade que se encarna pela veemência da defesa de Palmares e preferência ao suicídio do que a volta a condição de escravo por parte das(os) negras(os). Mas para ele, por conta dessa simpatia, perceberam-se intuítos liberais onde só se tinha o instinto de salvação. Assim, a terra palmarina teria um sentido de área de refúgio e de cultivo da liberdade, o que na visão do autor seria um risco para o projeto de modernidade instituído para o Brasil.

Dessa forma, ele considerou a experiência quilombola como um risco à civilização, visto que, nos termos do autor, não se tratava de um projeto de Estado com intuítos liberais, tal como parte das pessoas poderiam observar por conta de uma percepção distorcida por suas simpatias com a população escravizada, mas um projeto de sociedade que ele aponta como um “novo Haiti”, sendo este resistente ao progresso protagonizado pelos lusitanos no território brasileiro. Percebe-isso quando ele nos informa sobre “o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil” (RODRIGUES, 2010 [1932], p.85).

Para ele, Palmares era um projeto de restauração africana no Brasil, sendo assim, haveria uma possibilidade de retorno à barbárie africana. Ele define o quilombo de Palmares como um Estado negro na colônia portuguesa, sendo essa categoria Estado negro uma ameaça ao projeto de civilização ariana defendida pelo autor (RODRIGUES, 2010 [1932]). De modo geral, esse primeiro momento de reflexões sobre quilombo no pensamento social brasileiro é atravessado pelo racismo científico apoiado pelo autor em questão. Tratava-se da constatação de um perigo de desvio no caminho em direção à civilidade.

Após a repercussão dos escritos de Nina Rodrigues, alguns autores obtiveram destaque no debate sobre quilombo, como Edison Carneiro. Em seu livro “O Quilombo dos Palmares”, realiza um trabalho historiográfico preocupado em informar desde a formação dos mocambos que constituíram Palmares, passando pela organização social, pelo registro das

expedições coloniais que buscaram diluir o quilombo, até chegar ao momento de destruição do local e posteriormente a morte de Zumbi.

Para **Carneiro** (2011 [1947]), Palmares acaba representando a fuga do regime escravista, que, para o autor, foi o principal objetivo das(os) negras(os) que fugiam aos quilombos. Ele aponta que no final do século XVII, após algumas tentativas de desarticulação do quilombo por parte do governo colonial, as campanhas de conquista do território também ganharam um caráter de luta pela posse das terras de Palmares, que, naquele momento, eram consideradas as melhores da capitania de Pernambuco. Além disso, ele também mostra que o governador da época percebia que aquelas terras serviam, exclusivamente, de esconderijo para as(os) negras(os), o que fortalecia o desejo de conquistar Palmares, para além de desarticular o Estado negro, no sentido de tornar aquelas terras produtivas aos brancos. Havia um sentimento de medo em relação à capacidade de Palmares desarticular o regime escravista de forma irreversível, e em junção a essa percepção de uma terra fértil na região do quilombo, houve o cenário ideal para ser despendido, por parte da coroa portuguesa, recursos e condições para a conquista do território palmarino e extinção física e organizativa do quilombo. A percepção sobre o tema da terra é que ela, por sua fertilidade, poderia dar condições necessárias para o exercício da agricultura de subsistência, fator que poderia fortalecer o quilombo por longo período de tempo, o que seria um risco aos olhos das autoridades, pela possibilidade de desarticulação do escravismo. Esse receio, nos termos do debate sobre a terra, estaria concentrado pela fertilidade do solo, sendo este o principal aspecto interpretativo na perspectiva do autor.

Na obra, observa-se algumas continuidades nas contribuições dele em relação ao legado de Nina Rodrigues, como a hipótese de que Palmares foi um "Estado negro, um pedaço da África transplantado para o Nordeste do Brasil" (**CARNEIRO**, 2011 [1947], p.4). Além disso, ele situa Palmares como a mais longa experiência de autogoverno dos povos negros nesse país. Assim como Nina, há a conclusão de que se tratou de uma República de Palmares. Por outro lado, se há essa continuação no pensamento dos autores, Carneiro entra em outro caminho analítico ao apontar o quilombo de Palmares como um exemplo de resistência singular na história do país de forma positiva, em contradição a Nina Rodrigues, que também reconhece a grandeza da resistência, mas a adjetiva negativamente em relação ao projeto de sociedade que ele entendia como ideal. Por fim, é importante salientar que o autor

informa sobre a composição de Palmares, não sendo este habitado apenas por negras(os) escravizadas(os), mas por demais indivíduos marginalizados.

Um contemporâneo de Edison Carneiro que também tem sua importância nessa literatura é Arthur Ramos. Assim como Rodrigues (2010 [1932]), Ramos (1942) também destaca a terra apenas por uma percepção de área, região. Ou seja, a terra é tida como algo estático, uma área delimitada em que um grupo de pessoas escravizadas organizaram suas defesas. Seria uma espécie de algo que as pessoas estão pisando que só se destaca quando fértil para a agricultura.

O ponto de diferença entre ele com Rodrigues e Carneiro é que Ramos conceitua o quilombo como um Estado negro brasileiro fundado em modelos africanos, ou seja, não se trata de uma parte transplantada de África no Brasil, mas um Estado brasileiro com influência das tradições socioculturais africanas em seu modelo organizativo. Para ele, “desde os primórdios da escravidão, os negros procuraram fugir, tornando-se quilombolas, e se organizavam em grupos, conhecidos no Brasil com o nome de quilombos” (RAMOS, 1942, p.55), sendo Palmares o principal destes grupos.

Na percepção dele, o quilombo de Palmares foi a mais perfeita organização de defesa durante o período escravista, em concordância em certa medida com os autores lembrados anteriormente. Se para Nina Rodrigues o quilombo tem uma experiência cultural assentada em África, sendo um risco para a civilização, Ramos já propõe a ideia de que não existe uma pureza cultural africana, visto que as populações negras escravizadas tinham contato e assimilaram traços culturais distintos. Ele destaca que a partir disso são adquiridos novos padrões de comportamentos no país, ao ponto que “os usos e costumes dos quilombos dos Palmares copiavam as organizações africanas, de origem bantu, mas com as modificações introduzidas com os hábitos aprendidos no Novo Mundo” (RAMOS, 1942, p.140). Se percebe uma influência da noção de assimilação cultural nas contribuições do autor. E se Carneiro aponta a questão da terra em certa medida como um dos motivadores de conflito, Ramos (1942) dá ênfase aos processos culturais, caracterizando as experiências quilombolas, de organização política e econômica, como resistência cultural diante da desagregação cultural imposta pela colonização escravista. Ele caracteriza o quilombo de Palmares como uma unidade social e política em contato cultural com outras populações e seus respectivos traços culturais, como os povos indígenas para além dos colonizadores.

De modo geral, esses três autores são as principais referências de um primeiro momento em que as discussões sobre quilombo na literatura brasileira estavam associando a terra a noções como fertilidade e área delimitada. Em outros termos, nesse primeiro momento, com esses três autores, percebe-se que a fertilidade do solo é o principal elemento que aproxima o debate sobre terra com as reflexões sobre quilombo. Em um momento que o entendimento de quilombo como lugar de fuga, resistência e busca pela liberdade, a terra ser fértil, como no caso de Palmares, teria o valor de potencializar a agricultura e a longevidade das(os) quilombolas naquela região. Mesmo com essa interpretação destas contribuições, pode-se inferir que a reflexão sobre a terra não avança para além da fertilidade do solo.

Além disso, estes autores se caracterizam por tomarem Palmares como referencial para as formulações teóricas sobre quilombo no Brasil. Pode-se notar também a percepção de que os quilombos eram elementos do passado por parte dos autores, parecendo se discutir sobre algo que está finalizado na história e que agora só restou refletir sobre seus legados para a sociedade brasileira, além de seus aspectos historiográficos. Desse modo, pensar sobre terras de quilombo seria refletir sobre algo finalizado à luz da perspectiva desse grupo de autores.

Na geração seguinte, alguns outros autores entraram na discussão sobre quilombo, acionando novas experiências quilombolas para além de Palmares, enquanto se resgata as experiências palmarinas por sua importância histórica e política, e, principalmente, dando novos sentidos para os quilombos, para além de uma parte transplantada da África no Brasil, e avançando sobre o tema da terra. Autores como **Clóvis Moura**, Décio Freitas e **Abdias Nascimento** se destacam nesse segundo momento.

A contribuição de Clóvis Moura é interessante para esse trabalho, pois esse autor é um dos clássicos na sociologia brasileira nos debates sobre quilombo e é piauiense, um dos principais nomes da sociologia no estado. Portanto, ele tem influência tanto nos âmbitos da literatura clássica de forma geral quanto na literatura piauiense, especificamente, sendo ambas as perspectivas importantes para esse trabalho. Para **Moura** (1993), a terra, tomando como exemplo o caso de Palmares, é importante para essa população a partir de sua fertilidade, sendo também localizada próxima de locais com água, madeiras e caças disponíveis. Ou seja, para ele ainda há o entendimento da terra sendo importante na medida de sua fertilidade, mas já se percebe um movimento de perceber outros elementos que deveriam combinar com a terra para que se pudesse haver a existência de quilombos, e, conseqüentemente, a resistência ao escravismo. Mesmo que de uma forma não completamente direta, percebe-se um traço de

Clóvis Moura no sentido da terra como elemento político para os quilombos, ou melhor dizendo, como elemento de valor ontológico para essa população.

Alguns dos principais traços das contribuições de Clóvis Moura são a influência marxista em seu pensamento e a crítica ao culturalismo, como o observado em Arthur Ramos. Por conta dessa perspectiva marxista, **Moura** (1972) defende a ideia de que os escravizados constituíam uma classe social, em contradição à classe dos senhores. Ele utiliza uma operação para passar um escravizado para a condição de quilombola, sendo essa efetuada pela lógica de que havia duas formas de participação política da classe escrava. A primeira forma é caracterizada pelo escravizado alienado, aquele que até participa de eventos políticos, mas que não expressa explicitamente a negação ao escravismo. Já a segunda forma é caracterizada pelo escravizado consciente, aquele que participa desses eventos políticos, nega sua condição diante da escravidão e busca meios de extinguir o escravismo. Para o autor, se o escravizado nega conscientemente essa sua condição, ele se torna quilombola.

Desse modo, os quilombos são tidos como forças políticas conscientes da manifestação da luta de classes no período colonial, sendo que “esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos. [...] o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava” (**MOURA**, 1993, p.11). Assim, os escravizados constituíam a força produtiva do regime, ao ponto que os quilombos conseguiram enfraquecer a produção colonial, desgastando e criando crises permanentes no regime escravista. E se os quilombos desarticularam a capacidade produtiva escravista, eles modelaram um projeto de sociedade em contradição ao regime colonial com capacidade produtiva interna para se manter e alimentar a população quilombola. Por conta de sua influência marxista, pode-se perceber a terra como meio de produção, sendo ela um fator necessário para essa capacidade produtiva interna capaz de assegurar uma contradição ao escravismo.

Mesmo que se fale que esse projeto de sociedade não se tornou nacional, o autor aponta que, no mínimo, os quilombos contribuíram “ao minarem e deteriorarem as relações entre senhores e escravos, para a mudança social que desembocou no trabalho assalariado” (**MOURA**, 1993, p.31). Ainda de acordo com Moura, o projeto de sociedade a partir do quilombo tem capacidade de ser exemplo da genuína democracia racial, visto que esse projeto é comunitário, contrário ao Estado colonial e formado por sujeitos marginalizados nesse regime, abarcando pessoas para além das negras, sendo essa composição multirracial, também

lembrada por **Carneiro** (2011 [1947]). Em contradição aos autores do primeiro momento, Moura não trabalha com a categoria Estado ao se referir aos quilombos, sendo o Estado uma representação da opressão, mas sim como um projeto de sociedade. Ele aponta haver uma percepção de que existe “um continuum nesse pensamento social da inteligência brasileira: o país seria tanto mais civilizado quanto mais branqueado” (**MOURA**, 2019 [1988], p.49). Ou seja, se voltarmos à preocupação de Nina Rodrigues em relação ao risco à civilização brasileira diante dos quilombos, pode-se inferir a partir dessa reflexão de Clóvis Moura que a preocupação está no sentido de não se ter uma sociedade branqueada.

Sua crítica ao culturalismo vai nesse sentido, ao definir que a população negra escravizada estava colocada em uma condição de bárbaro, de não humano, e, por consequência, suas religiões e demais traços culturais foram perseguidos por serem considerados fetichistas. Se havia essa condição, pode-se imaginar que essa junção de culturas não foi um processo apenas de encontro de culturas, mas também atravessados pelo racismo. Além disso, o autor se faz ainda mais importante por dar novos sentidos ao debate sobre quilombos, discutindo para além de Palmares, observando mais comunidades quilombolas para suas observações e pontuando diversas direções de luta e organizações (**MOURA**, 1993).

A percepção de que os escravizados constituíam uma classe também é observada em Décio Freitas. Assim como Moura, o autor aponta que por essa posição de contradição ao colonialismo, os quilombos significaram o abrigo dos sujeitos marginalizados pelo regime colonial, que não abrigava somente a população negra, mas todas(os) marginalizadas(os) nesse regime, tal como **Moura** (1993) e **Carneiro** (2011 [1947]) também destacaram. O autor trata a experiência em Palmares como rebelião escrava, sendo uma luta contra a reescravização e pelo domínio da natureza, e aí entra a temática da terra em sua contribuição. Para Freitas (1978), com a consolidação do quilombo de Palmares, houve o acréscimo populacional e a complexificação da economia palmarina, e, conseqüentemente, o desenvolvimento da agricultura, facilitada pela fertilidade do solo e pela tradição africana de propriedade coletiva da terra. Ou seja, para ele a terra tinha uma característica fundamental para a manutenção de Palmares – a fertilidade do solo – sendo esta um dos motores da preparação palmarina para guerras, além da fuga do escravismo. Acrescentado a isso, ele levanta a questão da propriedade coletiva como tradição africana aplicada nessa terra. O que se tem com isso é um momento em que um fator sociocultural é aplicado em conexão com a fertilidade do solo, ou seja, uma espécie de combinação que potencializa a agricultura,

resultando em grandes colheitas que atendiam as necessidades de subsistência e que poderiam ser estocadas para as guerras e momentos de resistência em busca da preservação da liberdade.

Segundo Freitas (1978), o quilombo dos Palmares tinha conexões culturais com a África, mas não podia ser considerado uma parte africana no Brasil, em vista da heterogeneidade dos grupos étnicos e culturais presentes. Ou seja, para ele não se pode considerar Palmares como uma parte transplantada de África no Brasil, em vista da diversidade étnica das(os) escravizadas(os) que dificultava até mesmo a comunicação entre esses povos. Desse modo, ele entende Palmares como um Estado negro sem uma base cultural comum em sua população, uma rústica república negra. Sobre esse ponto, ele diverge de Nina Rodrigues, pois este entende que Palmares foi um risco à civilização pela unidade cultural africana que levaria para uma regressão tribal, e Décio aponta que houve uma diversidade étnica que impediria qualquer movimento cultural negro em uma única direção.

Para ele, a existência do quilombo não indicou, necessariamente, a gestação de um projeto alternativo de sociedade para o Brasil, mas sim uma tentativa desesperada de fuga em direção à liberdade, no que ele se distancia de Clóvis Moura. Mesmo ele apontando a tradição da propriedade coletiva e as dinâmicas com o solo fértil, o autor não enxergava ali a capacidade de prosperar um projeto de sociedade, pois o objetivo central das(os) quilombolas seria a fuga. Ou seja, há sim uma dinâmica entre a terra fértil e a propriedade coletiva, mas ela vai em direção de preparar condições para a fuga à condição de escravizada(o).

Freitas (1978) observou a experiência em Palmares como uma contestação ao escravismo, mas, ao mesmo tempo, não observou capacidade no povo negro palmarino para promover a ruptura ao sistema, o que caracteriza a noção do autor de que não se pode falar em uma classe revolucionária em relação às(aos) quilombolas. Ou seja, mesmo que ele observe que a massa escrava tinha um vínculo de classe, ele não entende como uma classe revolucionária por não ter conseguido implementar um projeto de sociedade mais progressista, mesmo que tenha alicerçado a noção de igualdade fraternal na tradição revolucionário do povo brasileiro.

Já Abdias do Nascimento estrutura um projeto político-acadêmico a partir das experiências dos quilombos em um nível mais amplo. Ele se destaca no pensamento social brasileiro por realizar uma síntese do que foram e são os quilombos na sociedade brasileira com o intuito de formular um projeto político evidente e propositivo. Para ele, por exemplo,

Palmares foi um Estado africano no Brasil, como Rodrigues (2010 [1932]) e **Carneiro** (2011 [1947]), e acrescenta que este foi o primeiro governo de africanos livres, sendo o quilombo um espaço legítimo de libertação dos escravizados. A partir disso, e assim como Décio Freitas, **Nascimento** (2019 [1980]) também destaca a propriedade coletiva da terra. A diferença é que o primeiro destacou esse aspecto em Palmares e o segundo aponta como uma característica dos quilombos em geral, ressaltando uma proposta política quilombista. Mais do que isso, o autor aponta, a partir dessa proposição política, a contrariedade à propriedade privada da terra, dos meios de produção e dos elementos naturais, destacando que todos estes elementos são de propriedade e também de uso coletivo, possibilitando, assim, um sistema econômico baseado no comunitarismo da tradição africana.

Novamente se percebe esse movimento de propriedade coletiva da terra, além de seu uso também coletivo, a partir da ótica da tradição africana. Entende-se um valor ontológico aí capaz de, ao olhar do autor, solidificar uma proposta de projeto de sociedade. Ao contrário do que estava sendo posto, mesmo com diferentes interpretações sobre o sentido da terra, ela estava posta em um lugar de valor produtivo e apenas, ou seja, quase que exclusivamente por sua fertilidade para proporcionar uma agricultura que assentasse pessoas que só queriam fugir do escravismo, Abdias percebia para além de um mero desejo de fuga, mas como um projeto de sociedade fundado nas bases do comunitarismo de tradição africana.

Assim como Ramos (1942), **Nascimento** (2019 [1980]) também aponta que os quilombos são espaços de resistência cultural. Mas o autor dá um passo à frente ao perceber haver uma continuidade histórica nas lutas do povo negro desde o século XVI, não identificando uma ruptura das experiências quilombolas do regime escravista com as lutas contemporâneas da população negra e quilombola. Parte-se dessas experiências urgentes de defesa e resgate da liberdade negra para a construção de uma proposta política para o país. O autor entende que a escravização se deu para além dos corpos negros, estendendo-se à dimensão mental, sendo as ciências sociais europeias e estadunidenses alguns dos agentes de colonização mental. Desse modo, o projeto político que ele propõe é chamado de quilombismo.

Esse conceito, entendido por ele como práxis afro-brasileira, é denominado como “uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história” (**NASCIMENTO**, 2019 [1980], p.281). Ou seja, para ele o projeto quilombista seria um movimento político das(os)

negras(os) brasileiras(os) para implementar um Estado Nacional Quilombista, emergido por uma revolução antirracista, antilatfundiarista, anti-imperialista e anticolonialista. Em outros termos, inspirado nas experiências quilombolas amplas e permanentes de resistência, ele propõe o quilombismo como uma adequação no cenário brasileiro do comunitarismo da tradição africana em contradição “a propriedade privada da terra, dos meios de produção e de outros elementos da natureza” (NASCIMENTO, 2019 [1980], p.290), e em direção a propriedade e uso coletivo de elementos e recursos básicos.

Clóvis Moura, Décio Freitas e Abdias do Nascimento estão em um segundo momento de estudos sobre quilombo no pensamento brasileiro, no sentido de que o tema entra na perspectiva de projetos políticos de sociedade. Nesse momento, a discussão vai para além da fuga da escravidão e de manutenção de traços culturais africanos projetando-se na reflexão sobre a capacidade de a experiência quilombola com a terra ser propositiva ou não. As abordagens desses autores são mais extrovertidas em relação à ação quilombola em comparação com os outros três autores lembrados anteriormente, no sentido de ir além dos aspectos historiográficos da organização social, mas refletindo também sobre a capacidade e limites da gestação de um projeto de sociedade a partir dos quilombos. E, por fim, a terra ainda fica praticamente restrita à sua fertilidade ou não nesses debates, principalmente nos dois primeiros. Ou seja, trata-se sobre as dinâmicas políticas e sociais que uma área de terra fértil gerou nesse período, mais especificamente, trata-se de como uma área de solo fértil pode potencializar a agricultura e, conseqüentemente, a subsistência negra em direção da fuga ao regime escravista. Abdias registrou um caminho para além dessa percepção, percebendo a capacidade de propor um projeto de sociedade de propriedade coletiva, mesmo que essa noção ainda seja influenciada pela percepção de solo fértil. Estes autores estavam compondo um momento de virada na chave do tema terra nas discussões sobre quilombos, pois eles presenciaram a outorga da CF de 1988, em que o debate sobre as terras dos quilombos passou a ter maior centralidade.

Outra contribuição original a respeito dos quilombos é apresentada por **Beatriz Nascimento** a partir dos anos 1970 (RODRIGUES, 2008). Sua articulação sobre o que é quilombo e sua simbologia para o país a torna uma autora fundamental no debate sobre os quilombos. Para ela, a experiência quilombola é um exemplo de liberdade, ensejo para se pensar sobre a necessidade de se refletir sobre qual o lugar da pessoa negra na sociedade brasileira, revisando esse lugar.

Nascimento (2006) avança em direção a observar o quilombo como um instrumento ideológico contrário às formas de opressão a partir da virada do século XIX para o século XX. Por ser espaço de liberdade em momentos em que o sistema dominante era escravista, cria-se uma mística em torno do quilombo como uma espécie de desejo de uma utopia, de uma liberdade da consciência nacional, da heroicidade do povo negro. Desse modo, em meio a esses ingredientes para pensar quilombo como um instrumento ideológico, há a inclusão da terra. Ou seja, a autora faz as primeiras referências mais consistentes sobre a terra como elemento importante para se compreender dinâmicas quilombolas. A partir de Beatriz, abre-se um novo momento nos debates sobre quilombos nas ciências sociais.

Ela demonstra que se em boa parte da literatura até ali estudavam-se os quilombos como algo do passado, há de se pensar nas comunidades que permaneceram e que possuem padrões comunitários de organização social, com formas de produção semelhantes àqueles quilombos descritos pela literatura até então – os quilombos no período da escravidão. Desse modo, o que se pode enfatizar é que ela percebe uma continuidade histórica dos quilombos, tomando a autodefesa e autopreservação como pontos fundamentais para se compreender a existência deles, possuindo elementos que vão ao encontro do atendimento dessas demandas, como o uso da terra em um padrão comunitário.

Nascimento (2021) aponta críticas ao modo como foi discutido o tema dos quilombos nesses autores anteriores. Na perspectiva de criação dos quilombos pela fuga ao escravismo, pode-se imaginar outras formas mais contundentes de se fugir da condição de escravizada(o), como o aborto, suicídio e assassinato de senhores. Na perspectiva da população negra escravizada buscar a liberdade, ela situa esse conceito de liberdade como impregnado pelos pressupostos da ideologia liberal burguesa. Para ela, para se entender os quilombos, é preciso compreendê-lo como “uma atitude dos negros para se conservarem no sentido histórico e de sobrevivência grupal, e que ele se apresenta como assentamento social e organização que criam uma nova ordem interna e estrutural” (**NASCIMENTO**, 2021, p.124).

Essa perspectiva apontada por Beatriz é fundamental para este trabalho, pois a partir dela pode-se perceber que a terra é um elemento que está em meio a esse movimento de conservação histórica e de sobrevivência do povo negro, com isso, formulando uma nova ordem interna e estrutural, ou seja, um projeto de sociedade. Se em parte das contribuições até aqui, o sentido da terra estava sobre a capacidade de ser fértil para potencializar uma área de cultivo que pudesse abastecer a população negra em um objetivo de fuga da escravidão, com

as contribuições dela podemos perceber que a terra pode colaborar em dinâmicas de um modo de existência singular. Abdias parece tratar a terra mais por uma perspectiva econômica, e Beatriz avança em perceber como um elemento de uma ordem estrutural, sobre mais aspectos da vida. Esse momento, com a autora, marca o início de um momento de atenção à terra como elemento fundamental de compreensão das dinâmicas quilombolas.

A autora também se faz importante ao deslocar a formação do quilombo de uma forma de resistência contra a escravidão surgida no continente americano para uma instituição que já se percebia em África. Esse movimento analítico é importante, visto que coloca a ação de formação quilombola como algo tradicional africana, sendo o protagonismo voltado para as(os) negras(os). Nesse mesmo sentido, pode-se imaginar que o uso coletivo da terra, como marca dos quilombos, não é uma forma de resistência a escravidão, mas um modo de existência já percebido em África. Trata-se de uma ação com a terra, e não de uma reação.

A percepção de que os quilombos surgem apenas como reação ao regime escravista colonial, no mínimo, faz com que o protagonismo seja compartilhado com a experiência colonial branca. Em outras palavras, esse movimento de Beatriz apresenta o quilombo como uma instituição já existente e presente na história antes do colonialismo, não sendo condicionado apenas à introdução da população branca europeia para que essa forma de organização seja fundada. Nesse sentido, ela aponta que “o Kilombo cortava transversalmente as estruturas de linhagem e estabelecia uma nova centralidade de poder frente às outras instituições de Angola” (NASCIMENTO, 2006, p.119). É difícil estabelecer linhas de contato de forma direta entre a formação de um quilombo aqui e suas origens étnicas e territoriais angolanas, mas pode-se apontar haver inter-relações entre o Brasil e Angola, visto que a ponte entre o país africano e o território brasileiro foi potencializada pelo forte tráfico negro. No Brasil, o quilombo é um entre as diversas formas de resistência para a manutenção da identidade pessoal e histórica que compreendem a história do negro no país. Ela também aponta a imponência de Palmares, ressaltando este como um sólido núcleo de população negra livre em meio ao escravismo, sendo possível, segundo a autora, fazer uma correlação entre o quilombo dos Palmares e o Kilombo, instituição africana. Beatriz também aponta que se Palmares pode ser relacionado com o quilombo de Angola, no Brasil “os demais quilombos vão se distanciando do modelo africano e procurarão um caminho de acordo com as suas necessidades em território brasileiro” (NASCIMENTO, 2006, p.120).

Esse ponto é fundamental na contribuição da autora, pois caracteriza os quilombos brasileiros como dinâmicos, tendo ingredientes como a posição geográfica, a origem étnica das(os) escravizadas(os), o tipo de repressão, entre outros aspectos, como pontos de singularização das diversas experiências quilombolas no país. Desse modo, a autora propõe uma reflexão sobre os quilombos para além de espaços de resistência ao escravismo.

Durante o século XX, inclusive em meio a ditadura militar, há uma espécie de consolidação em torno dos quilombos como uma representação da negritude e da esperança de uma sociedade mais justa e igualitária. O quilombo aqui não é mais entendido como apenas uma instituição de resistência no regime escravista, mas como um fenômeno histórico dinâmico, e muito disso se passa pela contribuição destas últimas referências. Entrando no século XXI, com a bagagem dessa literatura do século XX, é possível destacar algumas reflexões importantes. Um dos autores importantes nesse momento mais contemporâneo nas discussões sobre o tema é Alfredo Wagner de Almeida. Ele se debruça sobre a polissemia, a atualização e a ressemantização da categoria quilombo, tendo essa literatura já citada, entre outras, como fonte dessas reflexões. Assim como Beatriz, ele também afirma que quilombo não pode ser tido como um conceito cristalizado, não sendo possível definir este exclusivamente pelo posicionamento geográfico.

De maneira geral, a proposta do autor passa por pensar o que é quilombo, e não apenas o que foi. Para pensar o que é, se faz necessário refletir sobre a autonomia quilombola sem o trabalho destinado para um senhor, mas seguindo também o rastro da territorialidade. Desse modo, “a ressemantização de quilombo teria, neste sentido, uma dimensão nitidamente epistemológica que é co-extensiva à delimitação do objeto” (ALMEIDA, 2011, p. 104), sendo esta categoria uma modalidade de representação de existência coletiva. O desafio, segundo o autor, é compreender como historicamente as(os) quilombolas se articularam, seus modos de existências e como esses pontos estão sendo postos atualmente, ou melhor, como estão sendo redefinidos e reposicionados hoje em dia. Nesse sentido, ele, a partir da noção de terra tradicionalmente ocupada, aponta a diversidade de possibilidades de existência coletiva das(os) quilombolas em suas relações com os recursos naturais, como a terra (ALMEIDA, 2004). Ou seja, confere a elementos como a terra um sentido de promover a existência coletiva quilombola. O valor ontológico vai para além da produtividade, chegando nas formas coletivas de se sobreviver a partir dos recursos disponíveis.

Além disso, o autor posiciona o debate para as comunidades quilombolas e suas experiências na contemporaneidade. Desse modo, o autor propõe a ideia de que quilombo, como uma categoria histórica, tem semelhanças com os termos jurídicos-formais, visto que a literatura especializada faz referência a termos jurídicos do período colonial para conceitualizar os quilombos. Ele aponta características como a fuga, a quantidade mínima de fugidos, a localização isolada, entre outras, como delimitadoras do conceito de quilombo nesse momento em que a literatura usou uma perspectiva histórico-jurídica. A contribuição dele é importante por ir além dessa percepção do que seria uma comunidade quilombola. Em outras palavras, para ele é preciso ir além da definição jurídica, por exemplo, na Constituição Federal de 1988, que aponta para comunidades remanescentes de quilombos, como se tratasse apenas de sobreviventes de uma forma de vida que existiu em algum momento.

Esse movimento analítico é necessário para a apreensão da experiência quilombola atualmente como um modo de vida que se constitui em condições que diferem da época em que admitir a condição de quilombola implicaria em estar à margem da lei. A partir disso, Almeida (2011) aponta um novo significado para quilombo em “um plano conceitual construído a partir do sistema de representações dos agentes referidos às situações sociais assim classificadas hoje” (ALMEIDA, 2011, p. 47). Ou seja, a proposta dele é pensar sobre os quilombos nas ciências sociais a partir das experiências das/os quilombolas atualmente. Assim, o quilombo pode ser entendido em diversos planos, como um problema da ordem do dia, como um conceito, como objeto de pesquisa, como categoria jurídica ou como instrumento político-organizativo.

Outro autor de importantes contribuições é o historiador **Flávio Gomes**. Segundo ele, as comunidades quilombolas continuaram existindo e se reproduzindo após o fim da escravidão, ou seja, os quilombos não deixaram de existir por um período no Brasil e voltaram após a Constituição de 1988, eles sempre estiveram se instalando pelo território brasileiro. Nesse sentido, ele afirma que “os vários quilombos - que já eram verdadeiras microcomunidades camponesas - continuaram se reproduzindo, migrando, desaparecendo, emergindo e se dissolvendo no emaranhado das formas camponesas do Brasil de norte a sul” (GOMES, 2015, p. 120). Ele, então, aponta que a invisibilidade oficial dos quilombos no país foi gerada pela ausência dessas comunidades nos recenseamentos populacionais e censos agrícolas.

Assim, segundo o autor, as(os) quilombolas foram invisibilizadas(os) para depois serem estigmatizadas(os), ao ponto de que parte dessa população tenha dificuldade com a denominação quilombolas. Mesmo assim, essa população só se expandiu ainda mais historicamente. Os modos de existência quilombola foram se fortalecendo ao longo do tempo, como as dinâmicas com a terra, mesmo que em uma posição de invisibilidade para os dados oficiais sobre o país. Além disso, o quilombo passou a ser apropriado como símbolo de luta contra a discriminação racial e a valorização da cultura negra pelos movimentos negros em paralelo com a ideia de resistência a opressão durante as décadas de 1960 e 1970 (**GOMES**, 2015), em convergência com **Nascimento** (2006). E assim como outros autores referenciados aqui, Flávio também situa Palmares como uma sociedade de tolerância racial, tal como **Moura** (1993).

Também é fundamental citar o recente livro “Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas”, que apresenta as experiências de mulheres quilombolas de diversas comunidades, dando um novo sentido ao debate sobre os quilombos no Brasil de forma singular. Esse sentido que tem um caráter original nas ciências sociais se deve ao fato dessa obra ser a voz de um grupo de mulheres quilombolas, e partir do território como locus de existência negra feminina. Fazer escutar essas vozes significa, entre outras coisas, acrescentar sentidos e experiências outrora não consideradas nos debates sobre quilombos no pensamento social brasileiro. Analiticamente, parte-se de um lugar não explorado, ou pouco explorado, até esse momento. Aqui, se percebe a emergência de se pensar as especificidades dessas em relação aos feminismos negros, o que parece indicar também refletir sobre os limites epistemológicos de se pesquisar sobre os mais diversos aspectos dos quilombos e quilombolas a partir de arcabouços dos movimentos negros.

Isso, como apresentado por **Givânia Silva** (2020), não aponta para uma divisão, mas sim para uma convergência de um bloco maior de experiências em prol do projeto antirracista. Com isso, parte-se também da noção de que a existência dos quilombos revela um projeto de construção do território como coletivo, a partir do compartilhamento de acesso a bens como a terra, de acordo com **Selma Dealdina** (2020). Nesse sentido, faz-se necessário reconhecer a singularidade e validade do conhecimento quilombola, em específico das mulheres quilombolas, que parte da profunda ligação com o território e com a ancestralidade negra (**MENDES**, 2020). E nesse sentido da importância da terra como bem comum nos quilombos, entende-se o reconhecimento do direito quilombola ao território como passo central para

serem dadas as condições para o direito a viver conforme os costumes e modos de existências quilombolas, como **Vercilene Dias** (2020) argumenta. As contribuições dessas autoras quilombolas são potentes no sentido de apresentar reflexões a partir de experiências de mulheres negras quilombolas e da territorialidade como motor de ações.

Por fim, tendo em vista que não foi esgotada as referências principais sobre o tema nas páginas anteriores, e nem há esse objetivo aqui, entendo a possibilidade de fazer uma síntese geral sobre a literatura a partir da percepção de outra autora no século XXI que debate o tema dos quilombos, quando Vera Rodrigues aponta que o conceito de quilombo “interliga-se às dimensões historiográficas e culturais, abarcando, posteriormente, processos de identidades coletivas, pertencimento ‘racial’, direitos socioculturais e pleitos políticos que seguem na esteira dos ‘velhos’ e ‘novos’ debates” (**RODRIGUES**, 2008, p. 2004).

De modo geral, o trajeto sobre as discussões sobre o tema dos quilombos nas ciências sociais brasileiras passa por essas etapas ao longo do tempo. E, em relação à terra, percebe-se que esse tema não é privilegiado na perspectiva de compreensão das interações deste elemento com os modos de existência quilombola no período anterior à CF de 1988, sendo dada uma ênfase nos aspectos de fertilidade e produtividade em parte da literatura analisada. Nas contribuições das últimas décadas, partindo das movimentações constitucionalistas, percebe-se um avanço na força de compreensão sobre esse tipo de interação entre quilombolas e terra. Nesse sentido, este trabalho pretende entrar nesse debate a partir desse momento de entendimento de que a terra, nas investigações sobre quilombos, vai para além de sua fertilidade para essa população, mas pode ter também aspectos familiares e organizacionais da vida cotidiana, entendendo aqui esses pontos como aspectos ontológicos. As conexões das(os) quilombolas e a terra, como situação ontológica, têm potencial para expandir e/ou contestar as formas de produção de conhecimento nas ciências sociais (ROSA, 2018), em especial, nesse caso, a produção de conhecimento sobre as comunidades quilombolas.

1.1.2 Quilombo na literatura piauiense

Para ter noção de como se deu o retrato da participação negra na formação do Piauí nas ciências humanas, é preciso visitar a historiografia clássica piauiense. Os autores desse momento, de forma geral, têm considerações que se assemelham com aspectos de parte da literatura clássica brasileira amparada pela noção de democracia e harmonia racial. A partir

desse pressuposto, se percebe uma literatura clássica local que classifica a escravidão no estado como diferenciada, por conta da predominância da pecuária, e conseqüentemente branca.

Entre alguns autores com potencial para serem lembrados, destaca-se aqui Odilon Nunes, nesse primeiro momento do projeto, pelo fato do autor ser o “porta-voz da narrativa de uma escravidão branca no Piauí” (GOMES, 2019, p.33). Nunes (1975) descreve o escravismo no Piauí como não-violento. Isso, pois, considerando os esquemas generalizantes do pensamento social brasileiro clássico sobre a escravidão como um regime violento em que se predominava o trabalho nas lavouras, o autor não considera as complexidades do escravismo para além do trabalho na agricultura, considerando o trabalho escravo na pecuária como trabalho livre. Em outras palavras, por partir de uma literatura que concebe o regime escravo no Brasil a partir da experiência nas lavouras, e por ele não identificar esse tipo de trabalho em predominância no Piauí, o autor realiza essa constatação da existência de mão de obra livre no período escravista no estado.

A partir dessa concepção, se não existe trabalho escravo com restrições, castigos físicos, entre outros elementos, não faz sentido pensar em uma agência negra e indígena que estivesse em contradição com o escravismo. Ou seja, essa perspectiva anula a participação negra e indígena na ocupação e formação do território piauiense. Desse modo, a presença e importância dos quilombos no Piauí são negligenciadas nessa perspectiva historiográfica clássica. Além disso, ao focalizar com predominância na figura do escravizado vaqueiro entendido como um trabalhador livre nessa perspectiva, também não se percebe as outras formas de trabalho pelas(os) escravizadas(os), inclusive nas lavouras agrícolas, além de ignorar as técnicas de castigos físicos sobre esses negros vaqueiros. De forma geral, o que se percebe é que o principal interlocutor da historiografia piauiense clássica do século XX articula a história da formação do estado de forma a não entender a agência quilombola como um dos elementos constituintes do Piauí, visto que não se tratou de experiências escravistas severas e considerando uma suposta harmonia racial.

Nunes (2014 [1983]), quando se refere aos quilombos, define estes como uma advertência ao escravismo e consequência do amor à liberdade que as(os) escravizadas(os) possuíam, apesar de que, na visão dele, essa liberdade desejada pouco se diferenciava da liberdade nos currais, ou seja, de uma liberdade proporcionada no regime de trabalho da pecuária. Essa articulação pode ser vista como semelhante com parte da literatura brasileira da

primeira metade do século XX, no sentido de perceber como de pouca importância a agência quilombola na constituição do país ao longo do tempo, observando os quilombos como algo finalizado.

Para além disso, nos termos da discussão sobre terra, o autor aponta que a colonização no território, que hoje é o Piauí, se deu intensamente na segunda metade do século XVII, sendo um dos principais motivos a fertilidade da terra em alguns locais da região e por ter sido uma rota de Jorge Velho para chegar a Palmares com o intuito de exterminá-lo (NUNES, 2014 [1983]). Pela escassez de documentos, o autor aponta a divergência entre historiadores sobre a passagem ou não de Velho pelo Piauí para chegar a Palmares. Apesar disso, é considerado o primeiro a colonizar o local denominado como Sertões de Dentro na época. Pela longa resistência palmarina e pela percepção das autoridades de que o quilombo era um risco, em junção com a localização de Velho, este foi convocado para realizar uma expedição contra Palmares. Ao atingir o objetivo de desarticular o quilombo de Palmares, Jorge Velho e seu grupo receberam faixas de terra tanto de onde era o quilombo, quanto no que hoje é o Piauí. Com isso, houve a colonização desse território e outras figuras, como Domingos Mafrense – apontado pelo autor, ao lado de Jorge Velho, como protagonista da colonização piauiense – passaram a pedir sesmarias no Sertão de Dentro.

Ainda de acordo com Nunes (2014 [1983]), os bandeirantes desbravaram esse território, os jesuítas eram figuras itinerantes, e os vaqueiros eram as pessoas que de fato se fixaram à terra. Importante salientar novamente que Odilon Nunes se refere aos escravizados como vaqueiros, entendendo estes como trabalhadores livres no Piauí. Ou seja, provavelmente ele aponta a população negra como aquela que se fixou na terra naquela região.

A partir dessas concepções da literatura piauiense clássica sobre a escravização e formação quilombola no estado, cercadas pelo mito da democracia racial, chega-se a um momento em que aspectos dessas contribuições são revisados. Em outras palavras, autores passam a questionar essa explicação do escravismo piauiense como sendo cordial, investigando os quilombos como instituições que estavam presentes no Piauí colonial em resistência, que permanecem e se disseminaram pelo estado.

Aqui, entre algumas(alguns) autoras(es) que já no século XXI se dedicaram nesse movimento de revisar a literatura piauiense, pode-se destacar **Francis Musa Boakari e Ana Beatriz Gomes** (2005) e Lima (2015) por realizarem um trabalho de mapear as comunidades quilombolas no estado, para ser dada forma ao argumento de que os quilombos estavam e

estão presentes na formação e ocupação piauiense. Esse movimento possibilita ir além das fazendas como locais da presença negra e do escravismo como motor de contradição exclusivo para a existência quilombola. Isso ocorreu após, no final do século XX, obras que passaram a assinalar a presença quilombola no Piauí e sua agência no período colonial, como em Falci (1995) e Brandão (1999).

Em outro momento, **Plínio dos Santos** (2006) discute os modos em que se deu a mudança na concepção da comunidade rural Tapuio, no município de Queimada Nova-PI, para comunidade quilombola, protagonizando os discursos locais. Em outras palavras, o texto está localizado em um espaço de passagem não apenas semântica, mas também política, sobre uma comunidade que carrega traços de memória em suas terras anteriormente à nomeação oficial de comunidade quilombola. Entre outras contribuições, destaco aqui **Rodrigo Portela Gomes** (2019) por realizar uma síntese dessa literatura revisionista sobre os quilombos piauienses, e reforçar esse movimento a partir do caso das comunidades de Barro Vermelho e Contente. O autor pontua que o quilombo é uma das experiências de resistência ao projeto colonial e escravista e que essas experiências não se restringem ao período temporal da escravidão.

A partir do diagnóstico de que a literatura clássica piauiense não retrata as experiências quilombolas e reforça uma noção de escravidão branda no estado, ele percebe que a partir do trabalho etnográfico que se encontra a oralidade nas comunidades quilombolas permite o resgate das experiências e ocupação territorial negra tanto no escravismo, quanto do século XX em diante. Desse modo, entende-se que um dos legados do regime colonial foi a dificuldade de acesso ao direito à terra por parte da população negra, sendo os quilombos a expressão de luta em direção a garantia desse direito para o povo negro. Entre outros aspectos dessa revisão da experiência e participação quilombola na formação do Piauí, para os objetivos deste trabalho, destaca-se que “há uma relação imbricada entre o modo de vida quilombola e o território. O território como local de confluência dos direitos fundamentais - vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade” (**GOMES**, 2019, p.161). Desse modo, as conexões entre a terra e as(os) quilombolas, para além de meras situações corriqueiras do modo de ser, confluem em aspectos fundamentais à existência.

E por fim, um autor quilombola que destaca questões centrais nas discussões sobre os quilombos atualmente é **Antônio Bispo dos Santos**, ou **Nego Bispo** como é mais conhecido. Ele é quilombola do quilombo Saco-Curtume, localizado no município de São

João do Piauí. Santos (2019) parte de um questionamento sobre se há diferenças entre as formas de ataque dos colonizadores contra o quilombo de Palmares e os ataques efetuados pelos grandes empreendimentos contra as comunidades quilombolas brasileiras. Partindo dessa preocupação, o autor destaca a noção de confluência⁹ e biointeração, talvez os principais conceitos nessa obra. Ele conta a experiência de alguns quilombos para registrar conexões entre essas experiências e os conceitos apresentados. É, atualmente, um expoente quilombola do Piauí nas reflexões acerca das comunidades quilombolas, inspirando por situar os recursos naturais, inclusive a terra, dentro da constituição do ser quilombola. E nesse sentido, inspira também pensar os limites de tratar o quilombo Lagoas, por exemplo, na categoria quilombo piauiense ao refletir sobre os modos de existência dessa população. Se para ele há uma importância em trazer os aspectos dos recursos da natureza para compreender a vida no quilombo, pode-se pensar que seria mais adequado pensar em uma categoria como quilombo da caatinga. Essa reflexão será melhor tratada no próximo capítulo. Por ora fica esse quadro geral de um debate sobre quilombo a partir do Piauí.

1.2 Terra, Território

Em relação a literatura revisada acima, entendo que há um espaço em que a terra foi tratada com alguns limites em relação a compreensão acerca das comunidades quilombolas no Brasil, espaço esse que começou a ser preenchido nas últimas décadas, principalmente nas pesquisas desenvolvidas pelos programas de pós-graduação das ciências sociais. Mas para entender quais os limites podem ser alargados ao acrescentar a terra nas pesquisas com quilombolas, é preciso, primeiro, ter em mente o que se deve entender ao falar de terra e território quilombola. Desse modo, pretendo aqui realizar uma revisão e sistematizar um caminho compreensivo sobre esse elemento.

Primeiro, é importante ressaltar que se parte do pressuposto de que o conceito de terra se define contextualmente, ou seja, é necessário acompanhar os atributos que seguem esse termo para que se possa compreender seus significados ao longo do tempo e as significações no presente (Borges, 2014). Ou seja, o que se entende por terra é instável, a terra do quilombo pode ser entendida por algo que não era compreendida em outro momento. É

⁹ “Confluência é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se junta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento plurista dos povos politeístas.” (SANTOS, 2019, p.68)

preciso seguir quais são os elementos e conexões que dão sentido à terra. Nesse sentido, há a intenção de ressaltar alguns momentos históricos marcantes acerca do tema.

Chaguri (2017) aponta a Constituição de 1824 como o instrumento que consolida a noção de propriedade da terra, regulamentada de fato com a Lei de Terras de 1850. Essa noção, em junção com o predomínio de uma organização rural no país, influenciou em aspectos importantes dos intelectuais que se voltaram para interpretar o Brasil no início do século XX. Assim, destaca-se que nesse período o debate sobre terra “pouco mobiliza agendas intelectuais e atores políticos, não sendo lida ou disputada como um dos entraves/impasses do processo de modernização então vislumbrado” (CHAGURI, 2017, p.163). Esse momento converge em grande parte com o período heroico das reflexões sobre os quilombos (**PLÍNIO DOS SANTOS**, 2015), visto que ela é lembrada ao ser referida pela fertilidade do solo, quando é recordada. Rodrigues (2010 [1932]), por exemplo, aponta como um possível entrave para esse processo de modernização o quilombo de Palmares, considerando que seu extermínio colaborou para a pavimentação de um caminho rumo a uma sociedade moderna, desconsiderando a terra nesse entendimento acerca dos riscos que Palmares representava na visão do autor. A preocupação era muito mais moral e cultural, assentada na noção de raça, e dissociada das práticas com a terra.

Mas a partir de 1950, ainda de acordo com Chaguri (2017), o tema da reforma agrária ganha força e se estabelece como protagonista nas discussões sobre terra nas ciências sociais. Levantes de trabalhadores serviram para embasar um alargamento teórico e empírico sobre a terra, mas com a ditadura militar, a partir de 1964, uma nova etapa se consolidou. Nesse momento, com a aprovação do Estatuto da Terra, se estabelece parâmetros para a ocupação e produtividade nas terras. Ou seja, há um esforço para que haja produtividade a partir da terra. Assim, há um avanço em regiões consideradas vazias demograficamente para a monocultura de soja e cana de açúcar, por exemplo, além do investimento na expansão da pecuária.

Com a redemocratização no país, Chaguri (2017) aponta que houve uma série de pesquisas que perceberam o caráter identitário nas relações entre pessoas e a terra, como o caso do movimento dos sem-terra. Esses estudos percebem não só uma reivindicação por terra, mas uma arena de negociação com o Estado, um jogo de poder que está atrelado à posse e ao mando de largas propriedades de terra. E é justamente nesse período de redemocratização, mais especificamente a partir da Constituição Federal de 1988, que o

direito quilombola à terra passou a ser legitimado, mesmo que por um processo conturbado de discussão.

De acordo com Arruti (2021), o conceito de quilombo utilizado por parlamentares do movimento negro na composição em especial do artigo 68 da Constituição, partiu de uma concepção metafórica. Ou seja, se tratava mais de um conceito de quilombo baseado na noção de quilombismo proposto por Abdias Nascimento, uma proposta teórico-política, do que de uma noção construída a partir da empiria sobre quais e quantas são as comunidades quilombolas brasileiras. Ainda segundo Arruti (2021), para se ter a operacionalidade do artigo constitucional, foi preciso a apropriação deste pelas demandas dos movimentos camponeses negros relativas à regularização de suas terras de uso comum em frente ao Estado. E aqui, vale destacar o termo terra de uso comum, sendo esse um pressuposto quilombola que reflete sobre uma noção de propriedade coletiva para o Estado e em um outro movimento de alargamento teórico sobre a terra nas ciências sociais.

Mas voltando para a operacionalidade do artigo, houve o Projeto de Lei nº 129/95, assinado por Benedita da Silva, e na sua versão final o conceito de quilombo se aproximava mais de uma noção antropológica de grupo étnico e a noção de terras “passavam a ser pensadas enquanto territórios e os titulares dos direitos deixavam de ser pensados como indivíduos para serem concebidos enquanto coletividades” (ARRUTI, 2021, p. 25). Mas antes da aprovação desse PL, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto em que, entre outras coisas, a titulação deveria ser executada por terras individuais, o que travou o processo de titulação de territórios quilombolas. Apenas em 2003, com um novo decreto, agora do então presidente Lula, os termos do PL foram incorporados e os direitos quilombolas sobre suas terras voltaram a ter eficácia.

Percebe-se, historicamente, disputas políticas e conceituais acerca da terra, sendo esta um importante instrumento na formação da sociedade brasileira e suas hierarquias. Assim, para fechar essa série de momentos importantes, se faz necessário uma reflexão sobre a definição de terra e território.

Apesar de uma suposta transparência conceitual, ou seja, mesmo com uma suposta percepção de terra como algo definitivo e estático, há conflitos políticos e conceituais imbricados a seu significado. Isso vai ao encontro da ideia de que “nossas reflexões sobre a terra e os seus sentidos emergiram em concomitância com outros quadros conceituais, nem sempre afins aos nossos modos habituais de pensar e agir.” (BORGES, 2014, p.432). Ou seja,

o entendimento predominante da terra a partir da ótica da propriedade privada pode estar influenciada por quadros conceituais em certa medida contraditório a modos de pensar e agir de determinados grupos. Ainda de acordo com Borges (2014), esse entendimento da propriedade privada da terra está na gênese e manutenção do Estado e do capitalismo.

Essa concepção nos leva ao caso de grandes proprietários de terras que possuem poder, ou seja, grandes latifundiários no Brasil e no mundo, têm potencial para que suas vontades sejam realizadas em diversos âmbitos da sociedade pela carga de poder que sua propriedade privada lhe confere. Se pensarmos no caso das(os) quilombolas, essa questão de ser um grupo banido oficialmente da posse de terra no Brasil remonta ao período colonial, tendo um ponto de mudança apenas em 1988. Ou seja, trata-se de um grupo que durante a maioria absoluta da história oficial do Brasil teve negada a posse de terras.

Mas mesmo com a Constituição de 1988, discutir sobre a posse de terra parece possuir um caminho pré-estabelecido, que é o da produtividade de mercadorias. A lógica, como foi possível observar principalmente no Decreto assinado por Fernando Henrique Cardoso, é de que esse grupo possui pequenos produtores, situação em que a terra tem como meio de produção o seu único significado, com ênfase na exploração produtiva do solo (Borges, 2014). Acrescenta-se outras atividades, como a mineração, que demonstram o caráter exploratório nessa concepção de propriedade privada em frente a outras significações em relação à terra, como é o caso das experiências quilombolas. A terra como propriedade privada é a expressão da opressão, e grupos como indígenas e quilombolas percebem a terra para além disso, visto que estes são parte da resistência contra a opressão (SILVA, 2019)

Entende-se, então, para efeitos deste trabalho, a **terra como um lugar-evento** que é “capaz de transformar nossos hábitos intelectuais, afetivos e morais, na medida em que os maniqueísmos de outrora já não facilmente nos contentam” (BORGES, 2014, p. 439).

E ao falar de terra, principalmente ao se tratar de quilombos, é imprescindível falar sobre território. De acordo com Godoi (2014), o processo de construção de territórios chama-se territorialidade. Isso quer dizer que a partir de dinâmicas de uso, controle, atribuição de sentidos e significados, entre outros aspectos, sobre uma parcela do espaço, forma-se um território. Se levarmos essa definição ao caso dos quilombos, e especificamente de Lagoas, são as conexões entre esse uso da terra, os sentidos desta, as formas de controle, que constituem o território quilombola. Mais à frente, então, será preciso passar por esses pontos para que se possa compreender as conexões entre lagoanas(os) com a terra.

Essa definição também vai ao encontro de um pressuposto importante: de que o território vai para além de apenas um espaço físico, pois ele tem interiorizado interações sociais. Imagina-se o caso de um quilombo que apresenta uma noção de terra de conjunto regida por uma lógica de parentesco estendida em que famílias deixam terras livres para o uso comunitário em diversos aspectos, como a construção da sede de associação, a preservação da caatinga para que os animais criados por todos se alimentem, entre outros sentidos no uso. Logo, a compreensão desse território quilombola passa por essa noção, e pode haver dificuldades de entendimento do Estado sobre esse quilombo, por exemplo, por essa concepção de terra de conjunto não fazer parte do glossário estatal, que privilegia a noção de propriedade privada. Essas disputas conceituais constituem um território, pois este não parte do vazio apenas como um aglomerado de terras. Nesse sentido, pode-se sintetizar ao perceber que “de fato, a dimensão política e as relações de poder são muito importantes na compreensão de territorialidades específicas e, por consequência, do território. A questão é qual concepção de poder e de política.” (GODOI, 2014, p.445).

O caminho teórico da autora vai ao encontro das noções de território-rede e de multiterritorialidade. Para efeitos deste trabalho, principalmente a primeira ideia é apreendida, pois privilegia o entendimento de que a organização do espaço por meio das interações das pessoas e das suas histórias vão construindo o que é o território, se afastando da percepção de ser apenas um espaço físico delimitado particular. Assim, são essas conexões entre quilombolas, parceiros, familiares, além dos significados, as formas de uso e controle em relação a terra, que produzem a territorialidade. Ou seja, há mais uma definição que propõe investigação acerca do que pode ser o território do que uma definição prévia e acabada.

E em relação à multiterritorialidade, pretende-se ir mais ao encontro da noção de transterritorialidade destacada por Haesbaert (2021). Para ele, em relação a territorialidade, o prefixo multi, geralmente, enfatiza a experiência, simultânea ou não, de múltiplos territórios; o prefixo inter destaca a posição fronteira, intermediária; e o prefixo trans enfatiza o movimento entre múltiplos territórios, o trânsito entre eles. Em outras palavras, a transterritorialidade fornece uma percepção de constante movimento e trânsito entre territórios, ou seja, não se percebe uma noção estável de território aqui. De acordo com o autor, para além de pensarmos território na ótica de resistência a uma ameaça, assim como parte da literatura revisada interpretou os quilombos, é preciso entendê-lo com “muito mais um processo múltiplo do que uma entidade padrão e estabilizada, ou seja, por mais fixado que

pareça, engloba um constante tornar-se, um devir, inserido em uma densa historicidade.” (HAESBAERT, 2021, p.354).

Para ele, é preciso superar a ideia de território como um espaço controlado fisicamente, pressuposto naturalizante da propriedade privada, e integrar-nos territorialmente, visto que o atual padrão de destruição ambiental coloca em risco a humanidade, ou a terrenidade como ele se refere mais amplamente.

A junção dessas contribuições pode nos apresentar caminhos para que se possa investigar as conexões entre quilombolas e a terra, mais do que definir o que é terra e território e tentar encaixar essa definição nesse contexto. Em outras palavras, mais do que uma definição de terra e território, são apresentados caminhos para que se possa compreender as possíveis definições a partir do caso de Lagoas. Isso, pois, esses conceitos são apresentados nessas contribuições como dinâmicos, históricos, contextuais, instáveis. E apontar que algo é instável, por exemplo, descreve e explica pouca coisa sociologicamente. É preciso investigar os processos e as conexões que apontem a instabilidade de uma noção de terra ao se tratar de um caso, como o de Lagoas. E desse modo, partir da noção de território-rede, do pressuposto das disputas conceituais e dos diferentes modos de significações da terra, ou seja, as principais contribuições destacadas neste tópico, há o tom de como será apresentada mais à frente a investigação acerca das conexões entre quilombolas e a terra.

1.3 História e formação de Lagoas

Como já dito, o caso privilegiado aqui será o de Quilombo Lagoas. Trata-se de uma comunidade quilombola situada no sudeste do Piauí, com território maior que 60 mil hectares e mais de 1.500 famílias (MATOS, 2013), sendo o maior quilombo da caatinga e um dos maiores do país. É uma comunidade localizada no semiárido, onde o período chuvoso fica entre os últimos e os primeiros meses do ano. Durante o restante dos meses há um período de estiagem com o predomínio de altas temperaturas. Lagoas é um quilombo rural, de acesso por estradas de terra.

Há o registro da mão de obra escrava em fazendas que se situavam pela região e o povoamento da população negra pelo território há mais de um século. Para se chegar a como se deu a formação do território quilombola é necessário regressar alguns séculos.

Essa região do semiárido nordestino era povoada por comunidades indígenas por volta dos séculos XVII e XVIII, com predominância dos povos Pimenteiras. Com o avanço da

colonização no território do Brasil durante esse período, como pode ser apreendido na historiografia clássica piauiense, os portugueses buscaram interiorizar seus domínios e suas formas de desenvolvimento, ou seja, locais ocupados como os dos Pimenteiras passaram a ser alvos do regime português, visto que estes eram entendidos como obstáculos para as ambições europeias na região.

Com a tomada de terras pelos portugueses, outrora ocupada pelas(os) indígenas, houve resistência e reação por parte das(os) indígenas, que promoveram ataques às fazendas, assassinato e expulsão a força desses novos moradores (NEGREIROS, 2012). Mas como resposta, o governo do Piauí realizou expedições no início do século XIX com o comando do Coronel José Dias e que, segundo o estado, causaram a extinção indígena na região, abrindo espaço para a reocupação dos brancos nas fazendas da região. Oliveira (2007), ao destacar o povoamento colonial no estado do Piauí durante os séculos XVIII e XIX, enfatiza os povoados indígenas e essas expedições de colonizadores com aparato governamental para o extermínio dessas populações para a implementação de fazendas pecuaristas. Essa perspectiva se contradiz com a noção clássica de uma ocupação colonial sem conflitos, em um território desocupado, vazio. Em outras palavras, se percebe a partir desse trabalho como as terras da região, que hoje formam São Raimundo Nonato, e localidades foram esvaziadas a partir de sangrentas expedições, e não eram terras vazias que foram tranquilamente ocupadas para a instalação do escravismo.

É nesse período que a escravização negra e também indígena ganha contornos mais expansivos nesse local. As fazendas se consolidam com o trabalho escravo girando em torno da pecuária. Tinham algumas fazendas nessa área, mas a fazenda São Vítor foi onde houve maior concentração de escravizadas(os) na região (MATOS, 2013). Entre os registros orais, pode-se também destacar um registro físico em relação a escravidão na região: o muro de pedras, que segundo os relatos locais foi construído pela mão de obra escravizada ao lado da lagoa do São Vítor, que fica na lateral da pedra do São Vítor, ponto de referência da comunidade. Também segundo relatos locais, essa construção foi ordenada pelo fazendeiro dono de São Vítor para aumentar a capacidade de armazenamento da água. Na imagem abaixo se pode ter noção de como é esse muro.

Figura 2 - Vista de parte do muro de pedras



Fonte: Acervo pessoal

Partindo somente dos relatos, pensava que tal muro estava curto, pois, com o passar dos anos, as pedras poderiam ter sido perdidas. Mas o muro é um tanto quanto extenso. Para ter uma percepção de seu comprimento, a imagem abaixo foi retirada ao subir alguns metros da pedra do São Vítor.

Figura 3 - Muro de pedras e lagoa ao fundo durante a estiagem



Fonte: Acervo pessoal

Onde era a sede dessa fazenda, hoje é o povoado São Victor, a principal comunidade do quilombo Lagoas, sendo que, principalmente, desse lugar partiu-se boa parte das populações negras que se instalaram ao longo do território quilombola. E é a partir dessa dinâmica que se dá um processo que anos depois influenciou na tomada de decisão sobre o nome do quilombo. Isso, pois, por ser um local de baixo volume de chuvas e difícil acesso à água, principalmente naquela época, essa população negra local ao partir em liberdade,

seguiram os carreiros¹⁰ que os animais formavam em seus caminhos para saciar a sede em algumas lagoas. Ao chegar nas proximidades de alguma lagoa, um grupo, geralmente uma família, se fixava na terra. Assim, a partir dessas famílias e pequenos grupos, essas comunidades foram se consolidando.

Com isso, essas pessoas atribuíram o nome desses locais, geralmente, por conta de alguma característica. Ou seja, se estivesse na proximidade de uma lagoa em que existia uma grande quantidade de pedras, colocou-se o nome de Lagoa da Pedra. Outro exemplo, explicitado em interlocução com Carla Pindaíba¹¹, secretária da Associação Territorial do Quilombo Lagoas, é da Lagoa do Moisés, que surgiu a partir da migração de escravizados vindos da fazenda São Vítor. De acordo com ela, seu bisavô foi o primeiro morador dessa comunidade, o Seu Zé Firino, e nessa época um andarilho chamado Moisés, se alojou por ali, e por conta dessa pessoa, passaram a chamar o lugar por esse nome de Lagoa do Moisés. Desse modo, muitos povoados foram denominados com nome composto, tendo Lagoa como o primeiro nome e alguma característica ou curiosidade como segundo nome. Por isso, o quilombo se chama Lagoas, por conta de diversos povoados possuírem Lagoa como primeiro nome, fato esse que passa pela chegada da população negra nesses locais próximos a lagoas para a sobrevivência nessa região de baixo volume de chuvas. Importante ressaltar o significado desse nome. Um quilombo em uma região marcada pela estiagem que tem o nome marcada por referência a água.

O senhor Andreilino¹² é um dos personagens de Lagoas por, seu gosto, contar a história da região. É morador do São Vítor e, em um momento de interlocução, apresentou alguns aspectos dessa história. Ele aponta que:

Por que os escravos foram saindo, aí habitava lá na beira de uma lagoa, vamos dizer. Aqui nós no território quilombola, você já deve ter visto falar por aí, é... chamado território Lagoas, por que quando a gente agora criou o quilombo, tivemos que contar as lagoas, que era as aguada que tinha. Não tinha poço, não tinha nada. Tinha caldeirão de lageiro, isso aí da natureza né, e as lagoas. E naquele tempo chovia muito, elas ficavam com água na seca todinha, seis meses de seca, sem chover, e elas ficava com as água por que chovia muita. E lá eles fazia as casas, começava a fazer as casas na beira da lagoa lá, mas era dentro da fazenda São Vítor. [...] e lá eles botava o nome. (Andreilino, comunicação oral, 2021).

¹⁰ Trajeto estreito cortado entre a caatinga.

¹¹ Nasceu em 1984 e desde então mora no território Lagoas. É apontada pela parte da população lagoana que conversei como uma das referências da luta quilombola na região. Por exercer o cargo de secretária da Associação Territorial, cabe a ela o contato com parceiros do quilombo.

¹² Nasceu em 1949 em São Vítor e desde então mora na comunidade. Chegou a migrar em alguns momentos da década de 1970 para SP, DF para trabalho e a viajar também para esses locais como sindicalista. É apontado pela comunidade com uma das pessoas mais entusiasmadas com a transmissão da história da região a partir da Fazenda São Vítor.

Na primeira metade do século XX, estabeleceu-se um regime de trabalho nessa região. Em conversa com Seu Cláudio¹³, liderança histórica do quilombo Lagoas, ele informou sobre a passagem da condição de escravizadas(os) para cativas(os) da população negra local. Mas o que isso significa? Seu Cláudio ensina que após o fim da escravidão, esse povo outrora escravizado, não tinha terra e renda, mas os fazendeiros e seus descendentes continuavam com a propriedade de grandes extensões de terra. Desse modo, as(os) negras(os) buscavam empregos em troca de uma pequena faixa de terra para sobreviver. Daí a centralidade da figura do vaqueiro, para além da historiografia piauiense, também nos relatos das(os) quilombolas sobre seus bisavôs, por exemplo.

As pessoas donas das fazendas contratavam vaqueiros para tratar de seus rebanhos. Mas a remuneração não era feita com dinheiro, mas tirando a sorte. Mas o que seria tirar a sorte? De acordo com os relatos, a cada quatro filhotes dos animais cuidados pelo vaqueiro do rebanho da fazenda que trabalhava, três eram destinados para o dono da fazenda, e um era a remuneração desse vaqueiro, e essa dinâmica se chamava tirar a sorte. Essa forma de trabalho era predominante entre os homens. Mas, simultaneamente, havia o trabalho na agricultura familiar em uma faixa de terra que ia sendo adquirida durante os anos pela família. Esse trabalho teve a participação das mulheres e das(os) filhas(os) do casal. A junção dessas formas de trabalho garantia a sobrevivência do povo negro nesse período. E essa condição de trabalhar em troca de tirar a sorte, jornada extremamente exaustiva, apesar de não estar caracterizada em um período de trabalho escravo, fez com que famílias negras estivessem em uma condição de cativas desses fazendeiros. Ou seja, apesar de não estarem escravizadas, tinham que trabalhar para a mesma família de antes para garantir a sobrevivência (VIANA, 2018).

Seu Cláudio retrata bem a situação quando afirmou em uma conversa que a única diferença entre a condição de escravo e cativo é que na primeira o trabalho era imposto pela força bruta e na segunda o trabalho era imposto pela necessidade de sobrevivência. Ao se referir da história familiar para explicar como se deu esse regime de cativo, ele fala que:

¹³ Seu Cláudio nasceu em 1953 na comunidade São Vitor. Quando tinha oito anos, sua família se mudou para a região da Fazenda do Minador, onde seu pai passou a trabalhar como vaqueiro. Em 1966 foram para a Lagoa dos Queixadas. Com 22 anos de idade, migrou para o DF, onde ajudou a construir Ceilândia. Após 14 anos, retornou para a Lagoa dos Queixadas, onde ficou até 2000, ano que se mudou para a Lagoa do Calango, comunidade em que reside, mas ainda com suas roças nos Queixadas. É nesse momento de virada de século que Seu Cláudio passa a assumir protagonismo na luta quilombola em Lagoas.

Por que as pessoas, eles foram escravizados e após a abolição, aí veio aquele outro nome que eles chamavam de cativo, que era quando o cara dizia que tava livre mas não tinha pra onde ir, tinha que se assujeitar ao patrão. Que aí é esse o meu avô, viveu muito essa vida de cativo. Ele não podia trabalhar nas terras, por que os patrão não deixava ele derrubar roça pra ele, aí tinha que viver trabalhando pra eles de vaqueiro pra comer quando eles quisesse dar, aí o patrão quando pra dar de comer, às vezes, matava um bicho, uma vaca véia daquelas que não prestava mais. Tirava as carnes, os ossos, as buchada, e aquelas coiseras dava pros empregados que tava ali por perto. E foi assim que viveu meu avô. (Cláudio Teófilo, comunicação oral, 2021)

Após a abolição da escravidão e, principalmente, da morte do dono da fazenda São Victor, o coronel José Antunes Piauhyllino de Macedo, já no princípio do século XX, reparte a terra para seus herdeiros. Ou seja, esse regime de trabalho descrito se deu, principalmente, entre os herdeiros descendentes e outras pessoas com uma boa condição financeira que compravam fazendas desses herdeiros. A geração descendente do coronel Piauhyllino foi se deslocando das proximidades da Fazenda São Vítor para a região da Fazenda Jenipapo, local que hoje é a sede do município de São Raimundo Nonato. Não à toa, por onde se anda na cidade há referências à família Macedo, aos descendentes do coronel Piauhyllino, como nomes de ruas e praças¹⁴. É o caso da praça da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato, que se chama Praça Comendador Piauillino.

Figura 4 - Casarões históricos em frente a Praça Comendador Piauillino



Fonte: Acervo pessoal

E foi a partir do regime de trabalho cativo que as famílias começaram a adquirir terra. Esse processo de aquisição partiu de algumas maneiras, como pela troca de alguns

¹⁴ Parte da descendência de José Antunes Piauhyllino de Macedo, além de ter reconhecimento por meio de homenagens por nomes de ruas e praças, também se destaca pela influência econômica e política na região.

animais tirados na sorte que essas famílias conseguiam cuidar pela terra, ou por um processo de crédito que foi sendo pago com parte da produção agrícola das famílias negras e dos serviços de vaqueiro (INCRA, 2016). Esse movimento de aquisição de terras foi lento, tendo sua base construída na primeira metade do século XX, mas sendo observada, com base nos relatos quilombolas, a partir de 1950 a aquisição de fato. Dessa forma, a condição de cativo foi sendo desestabilizada. E durante conversas com familiares, cheguei à história de meu bisavô, Isidório, pai de minha avó materna. Ele foi vaqueiro na Fazenda do Minador, que, na época, pertencia ao Bitoso Silva, descendente da família Macedo e o prefeito por mais anos consecutivos de São Raimundo Nonato. Durante anos meu bisavô trabalhou para esse homem e também para a dona Bemzim, esposa dele, que assumiu a fazenda após o falecimento de seu esposo. Ao mesmo tempo, minha bisavó trabalhava na roça, comandava os filhos e filhas na colaboração nessa atividade. Foi por meio disso que conseguiram adquirir uma faixa de terra em que hoje parte de minha família mora. Ou seja, essa história da formação do território quilombola é algo que perpassa as lembranças familiares de quilombolas e descendentes.

Com o passar dos anos, houve ressignificação de espaços nesta região. A paisagem da fazenda São Vítor, por exemplo, foi dando lugar a outra configuração. Um grande exemplo disso diz respeito à localização da primeira escola ali.

Figura 5 - Vista lateral da Praça da Igreja do São Vítor



Fonte: Acervo pessoal

Na figura acima, o local marcado pelo número 1 é a Igreja do São Vítor, local onde ficavam os currais da Fazenda São Vítor no período escravista. A marcação com o número 2

aponta onde hoje encontram-se casas, inclusive da professora Fátima¹⁵, mulher de trajetória marcante para a comunidade. Muitas pessoas da região tiveram aula com ela, sendo essa mulher uma das que mais transmitiu conhecimento no quilombo. Esse local foi a sede da fazenda anteriormente, ou seja, ali ficava a casa grande. A professora Fátima, inclusive, relatou que há no fundo de seu quintal algum vestígio dessa casa. E, por fim, o espaço marcado pelo número 3 trata-se da Unidade Escolar José Caetano dos Santos, primeira escola local e construída sobre onde se situava a senzala (VIEIRA, 2017). Em 1976 a escola foi inaugurada e carrega o nome de um professor da região que se destacou no período em que ainda não havia escola e ensinava conteúdos pelas casas. E se torna importante perceber como esse espaço foi reconfigurado pela comunidade com o passar dos anos, passando de um retrato da escravidão para um local marcado pelo ensino. Pessoalmente, esse fato me marcou por saber que minha mãe e meu pai estudaram nessa escola, que carrega essa mudança no sentido do espaço tão marcante.

Outro ponto marcante ao longo da história do quilombo Lagoas se deve a presença de abelhas e a extração de mel. O senhor Andreino relata que até a década de 1970 destacava-se o mel produzido pelas abelhas tubi, mandaçaia e munduri. Segundo ele, esse mel servia como alimento e remédio:

Você adoçava o chá, o café e servia de remédio. A mandaçaia você colocava, tava com os olhos muito doente, uma doença, você colocava o mel pra tirar. Munduri, pra tirar infecção do olho. O mel era mel puro, era mel bom. Não tinha poluição, não existia. Ele era alimento e era remédio pras pessoas. (Andreino, comunicação oral, 2021)

Até aí, a extração de mel era apenas para consumo familiar. Mas na mesma década em que se deu a inauguração da escola do São Vítor, houve a chegada da abelha europa, que possibilitou o início da comercialização do mel por parte da comunidade quilombola. Mais à frente trataremos com mais profundidade sobre essa atividade, por enquanto destaca-se apenas o momento em que se deu o início desta em Lagoas, pois a apicultura é, atualmente, fundamental para essa população, uma das fontes de renda para alguns familiares, inclusive.

Nas décadas seguintes começaram a ser constituídas as primeiras associações das comunidades. Nesse momento ainda não se tinha o termo quilombo no cotidiano local, como observado em diversas interlocuções. As associações eram, principalmente, de moradores e

¹⁵ Nasceu em 1960 na comunidade São Vítor, e desde então mora ali. Em 2021 completou 36 anos como professora na localidade. A professora ressaltou, em um momento de interlocução, a centralidade da história oral para a compreensão de como se deu a formação da comunidade. Minha mãe, meu pai e grande parte de minhas tias e tios tiveram aula com a professora Fátima.

produtores rurais. Foi em 1998 que a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ/PI), recém criada, saiu pelo estado em busca de comunidades negras rurais e encontrou em São Raimundo Nonato algum indício. As pessoas envolvidas nessa investigação foram levadas a Lagoa das Emas. Foi a partir desse momento em que se deu o início do entendimento, não só desse povoado, mas daqueles ao redor, como uma comunidade quilombola. Os termos quilombo e quilombola entram no cotidiano dessas pessoas nesse período. Então, a partir dos anos 2000 começam a se firmar parcerias da comunidade com a própria CECOQ/PI e com a Coordenação Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), também com a Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato. Houve debates e mobilização que resultaram no reconhecimento da comunidade como quilombolas. Isso levou a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), pela Cáritas Diocesana e a certificação de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares, em 2009. No ano seguinte houve a formação da Associação Territorial do Quilombo Lagoas, e desde então o movimento quilombola local se consolidou. O termo quilombo passa a fazer parte do cotidiano da comunidade.

Nos anos seguintes, grande parte do território Lagoas começou a receber a instalação de energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos¹⁶. E digo grande parte, pois anteriormente, a comunidade São Vítor, por meio da execução de um projeto¹⁷ nos últimos anos da década de 1990, e comunidades mais próximas de redes de energia já possuíam o acesso a esse serviço. Mas foi no início dos anos 2010 que o quilombo passou a ter acesso à energia elétrica de fato. Esse foi um momento de transformação para a comunidade, pois houve um acréscimo de pequenos comércios, a entrada de geladeiras e outros eletrodomésticos que possibilitaram uma amplitude no campo de ações das(os) lagoas(os). Nesse mesmo período, houve a construção de cisternas para facilitar o armazenamento de água para as(os) quilombolas, por meio do Programa Um Milhão de Cisternas. Mais à frente

¹⁶ “em 11 de novembro de 2003, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos (LPT) foi instituído pelo Decreto nº 4.873. [...] O Programa Luz para Todos (LPT) é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), operacionalizado pela Eletrobras, e tem como agentes executores concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural. [...] No fim de 2013, o LPT completou 10 anos e atingiu a marca de 15 milhões de pessoas beneficiadas.” Acessado em: <<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Luz-para-Todos.aspx>>.

¹⁷ Segundo relatos, tratou-se de uma conquista por meio do PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural. Seu Cláudio relatou que essa conquista da comunidade de São Vítor causou um deslocamento de moradores para essa comunidade e também gerou expectativa na população dos povoados mais próximos, como na Lagoa do Calango, sendo essa expectativa o motivo dele ter se mudado da Lagoa dos Queixadas para o Calango.(colocar mais informações)

haverá um aprofundamento sobre esse programa, que possibilitou o acesso à água de forma mais facilitada para essa população.

E nos últimos anos um tema que ganhou importância em Lagoas foi sobre as investidas de mineradoras. Muito por conta dessa preocupação, o quilombo foi ao encontro de outras parcerias, como o colegiado de Antropologia da UNIVASF, do campus de São Raimundo Nonato. E nesse cenário de investidas de mineradoras, destaco o projeto de exploração de minério de ferro por parte da SRN Mineração e que conta com apoio dos governos estadual e municipal. Esse empreendimento teve seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) publicados em 2019, sendo essa uma das etapas necessárias para o andamento dos trâmites burocráticos em direção à mineração.

A partir dessa parceria do quilombo com o colegiado de Antropologia, Freire (2018) discute o projeto de desenvolvimento econômico calcado na mineração e os direitos territoriais quilombolas. Entre outras reflexões, o autor aponta para as formas de organização das famílias em Lagoas e suas atividades econômicas, e como a mineração pode afetar esses aspectos da vida. É lembrado a criação de caprinos e ovinos que pode ser expandida pela forma com que a população e seus laços de parentesco extenso se relacionam, a partir da noção de terras de conjunto. Ou seja, o rebanho de caprinos, por exemplo, é maior do que poderia ser caso esses animais fossem criados em cercados individuais. A implementação do empreendimento mineral pode afetar esse modo de vida, por conta do aumento de trânsito de máquinas, da contaminação do solo, do prejuízo na flora local, dificultando essa técnica de pastagem. Esse é apenas um dos exemplos que o autor pontua.

De modo geral, nas páginas anteriores houve o esforço de passar resumidamente por aspectos importantes na constituição histórica do que hoje é o Território Quilombo Lagoas, tomando como base a comunicação oral de parte da população local e estudos referentes à comunidade quilombola. Abaixo, para finalizar o tópico e o capítulo, pode-se observar uma linha do tempo com alguns fatos marcantes para a constituição de Lagoas presentes nos discursos de quilombolas, lembrando que esses fatos elencados possuem o viés do núcleo do quilombo em que o trabalho da pesquisa foi realizado. Essa linha do tempo aponta algumas situações descritas neste tópico, mas também abarca acontecimentos que estarão presentes nos discursos do capítulo seguinte, sendo interessante a observação ao quadro para uma introdução histórica da constituição do território Lagoas.

Quadro 2 - Linha do tempo

Ano	Acontecimentos
1950	É a partir daí, aproximadamente, que a população de Lagoas começa adquirir terras.
1972	Chegada da abelha europa para consumo local de mel.
1976	Inauguração da escola do São Vítor, a escola José Caetano dos Santos, primeira escola do quilombo.
Entre 1978 e 1981	O início da comercialização do mel.
1995	Fundação da Associação dos Produtores Rurais da Lagoa do Calango. Outras associações de moradores surgiram na mesma época.
1998	A CECOQ/PI, recém fundada, buscou comunidades quilombolas pelo estado, localizando Lagoas, naquele momento a partir da Lagoa das Emas.
2000	Inauguração da barragem da Lagoa do Calango.
2000	Melhora no preço para a venda de mel pelos quilombolas.
2004	Início da prestação de serviço de assessoria por parte da Cáritas Diocesana.
2005	Início de debates e mobilizações apoiadas pela Conaq e Cecoq/PI em Lagoas.
2008	Início de capacitações para as mulheres que fundaram a Cozinha Comunitária.
De 2008 a 2010	Elaboração do Relatório Antropológico, pela Cáritas Diocesana. Além do da elaboração do relatório técnico agro-ambiental e cadastramento das famílias no mesmo período.
2009	Certificado de comunidade remanescente de quilombo emitido pela FCP.
2010	Fundação da Associação Territorial do Quilombo Lagoas.
2010	Aprovação do RTID.
2019	Inauguração do prédio próprio da Cozinha Comunitária na Lagoa do Moisés.

Fonte: Elaboração coletiva com parte da população de Lagoas.

Capítulo 2 - "A terra é a nossa estrutura": conexões com a terra na vida lagoana

Após uma revisão da literatura que trata sobre o tema dos quilombos no Brasil desde o início do século XX, passando por uma bibliografia voltada aos quilombos piauienses, percebendo as ausências e participações da terra como elemento de compreensão dessas comunidades, e após um breve histórico do quilombo Lagoas, entendo ser possível entrar em termos práticos da investigação proposta. Desse modo, neste capítulo pretendo descrever aspectos da vida no Quilombo Lagoas, utilizando do apoio teórico-metodológico de alguns autores e levando em consideração os relatos presentes no trabalho de campo e nas entrevistas. Ao final do capítulo, o objetivo é de conseguir apreender algumas das conexões entre quilombolas e a terra do quilombo, de que maneira elas se dão no modo de viver lagoano, percebendo a comunidade como um quilombo da caatinga para além de uma comunidade quilombola piauiense.

2.1. Alguns pressupostos teóricos

Antes de entrarmos em relatos da investigação, propriamente ditos, é preciso realizar uma breve discussão sobre alguns dos pressupostos teórico-metodológicos orientadores da investigação que estão atravessados nas descrições do trabalho de campo. O primeiro pressuposto trata-se da noção de **modos de existência** em Latour (2019), sendo essa uma ideia que estava presente em minha chegada a Lagoas. Durante o trabalho de campo, pude observar a emergência da categoria **modo de viver** nas conversas cotidianas, em referência às atividades que compõem a rotina em Lagoas. Então, entende-se a noção de modo de existência como algo não definido pela essência humana, mas pelas continuidades e descontinuidades na busca pela sobrevivência, e os possíveis diálogos com a categoria lagoana de modo de viver como um primeiro pressuposto deste capítulo. O segundo, entra em diálogo com esse primeiro momento, pois trata-se da noção de **biointeração** em Santos (2019), que está assentada no modo de viver quilombola não esgotador dos recursos naturais. Há, então, a intenção de perceber as conexões dessas contribuições em relação ao observado no caso de Lagoas. Em um local de fronteira desse modo de viver quilombola e a lógica biointerativa, entende-se a noção de **Bem Viver** em Acosta (2011) como um conectivo entre estes, e uma proposta político-acadêmica que pode encontrar elementos no caso de Lagoas. E, por fim, um quarto pressuposto teórico, a partir das reflexões sobre a categoria **comum** em

Dardot e Laval (2017). O diálogo com essa noção é importante para pensarmos sobre a questão da coletividade como característica das comunidades quilombolas, seus limites, possibilidades e produtos.

Antes de entrarmos em aspectos da noção de modo de existência, faço uma breve observação da motivação para utilização dessa perspectiva. Como já apontado no primeiro capítulo, há nas ciências sociais brasileiras uma vasta literatura sobre os quilombos. Desnecessário falar que essas contribuições afetaram a percepção das pessoas acerca dessas comunidades de alguma maneira. E se há essa dinâmica, é necessário perceber a partir de qual ótica as contribuições estão partindo.

Como apontado, boa parte da literatura do século XX que discutiu quilombo estava atrelada aos estudos sobre relações raciais. De modo geral, esse momento dos estudos das relações raciais estava preocupado na integração das(dos) negras(os) na sociedade capitalista, no processo de modernização do país. Desse modo, pode-se imaginar que as reflexões levavam pouco em consideração as dinâmicas entre quilombolas e a terra, por exemplo, dinâmicas estas que se pretende investigar aqui. Essa entrada de elementos constitutivos do cotidiano quilombola nas literaturas vem, principalmente, a partir do final do século passado. Com isso, quero dizer que, mesmo bem intencionados, autores podem ter refletido sobre quilombos a partir de uma ótica de estudos de relações raciais de ênfase urbana e em pressupostos da modernização.

Um exemplo de autor preocupado com a modernidade foi Nina Rodrigues. Como dito anteriormente, ele citou o quilombo de Palmares como uma ameaça à consolidação de um projeto de nação. Entende-se esse projeto na direção da urbanização da sociedade brasileira e a exclusão de outras formas de existência, como as formas quilombolas, pois estas seriam uma maneira de retorno à barbárie africana (RODRIGUES, 2010 [1932]). Ou seja, as experiências quilombolas não poderiam fazer parte da paisagem de uma nação moderna, pela inferioridade destas, de acordo com o autor.

Pode-se tomar o caso de Nascimento (2019 [1980]), como um autor de atuação marcante nos debates raciais no século passado, em seu projeto de uma sociedade quilombista para o Brasil, inspirado na República de Palmares. Para ele, o quilombismo antagoniza com a industrialização capitalista, pois nela o povo negro é explorado pela burguesia e pela mão de obra qualificado, leia-se a população branca proletária, sendo a população negra tida como não qualificada, de acordo com o autor. Abdias, então, propõe uma industrialização genuína,

de acordo com os interesses nacionais, e não seguindo os interesses da burguesia. Para isso, seria necessária uma cooperação tecnológica e científica que vá em direção de criar condições para a autonomia e libertação do povo negro, por meio de um aparato tecnológico próprio de cada país, chegando a um sistema de valores articulados nos objetivos pan-africanos. Nesse mundo pan-africano com cooperação e autonomia científica e tecnológica, esses fatores permitiriam a fundação da justiça social e do progresso econômico internacional e da soberania dos povos. O que se pode concluir a partir dessas articulações de Nascimento (2019 [1980]), é que o autor propõe uma espécie de alternativa na modernidade, e não necessariamente uma alternativa à modernidade, mesmo que inspirado no caso de Palmares e em uma proposição que se aponta como antirracista desde o princípio. Mas chega-se a essa conclusão, pois nesse projeto de desenvolvimento econômico parte-se de uma paisagem urbana, industrial. As comunidades negras rurais parecem um tanto quanto deslocadas dessa paisagem.

Dois casos podem exemplificar a importância da tomada de construção de conhecimento a partir das dinâmicas territoriais quilombolas. Primeiro, ao se referir aos casos de violência contra mulheres quilombolas por parte de seus companheiros, **Maria Aparecida Mendes** aponta “a luta em defesa dos direitos coletivos ao território como estratégia de auto fortalecimento e de apoio mútuo para a superação de dilemas pessoais” (**MENDES, 2020, p.64**), buscando alternativas comunitárias educativas para os homens e de fortalecimento da luta pelo direito coletivo à terra, sendo a junção dessas como uma estratégia de combate à violência doméstica. Entende-se que as violências contra as mulheres não estão apenas na esfera pessoal, individual, mas perpassa por toda uma estrutura. Por isso, e pela posição marginalizada das comunidades quilombolas na estrutura da sociedade brasileira, a defesa do território está imbricada na busca por soluções para essa questão da violência. Ou seja, a solução poderia estar em outra direção caso não se tratasse de mulheres quilombolas. E segundo, pode-se perceber, ainda no âmbito de situações violentas, as mortes em que as vítimas são negras(os). Se o debate geral sobre esse tema se dá especialmente sobre a violência policial e sobre as políticas de combate às drogas, por exemplo, apontando sobre a mortalidade negra nesse contexto de violência urbana, por outro lado há a mortalidade de negros(as) quilombolas em defesa a seus territórios. Relatório da Conaq (2018) aponta que na última década houve um acréscimo acentuado nos homicídios dessa população, sendo a defesa da terra como um dos principais fatores para isso. Ou seja, entende-se aqui que o

racismo atua em ambas as situações, mas com a apresentação de outras dinâmicas, que, por vezes, não são observados devidamente nas discussões teóricas sobre racismo no Brasil. Assim, se entende a necessidade de uma métrica quilombola para tratar de temas referentes a essas comunidades.

Realizada essa observação, se compreende qual o motivo de se trazer as reflexões sobre a categoria modos de existência. Pode-se iniciar a destrinchar o conceito a partir da existência. Sobre o termo, trata-se de uma trajetória atravessada por meio da superação de descontinuidades em direção de alcançar continuidades, ao mesmo tempo em que age e sofre ações durante essas situações. Em outros termos, a existência aproxima-se das condições de subsistência, que podem ser instáveis e descontínuas. Já os modos se referem aos valores que estão circulando em redes e que possuem seus próprios códigos de veracidade. Um modo de existência, a grosso modo, diz respeito aos valores e seus próprios códigos nas situações de busca por subsistência.

O ponto central nessa perspectiva, vinculada a teoria do ator-rede, é que a existência dos seres depende de outros seres, de uma rede entre estes. E aqui, entende-se rede como algo que “designa uma *série de associações* revelada por meio de uma *prova* – a das surpresas da pesquisa etnográfica – que permite compreender por quais séries de pequenas *descontinuidades* convém passar para obter certa *continuidade* de ação” (LATOURE, 2019, p.39). Mas essas redes, amplamente discutidas em Latour (2012), por si só não qualificam os modos de existência, como um modo de existência do Direito, ou da Economia, entre outros. Trabalhar com a categoria modos de existência possibilita essa qualificação.

Assim, talvez a contribuição fundamental dessa perspectiva para o trabalho é o de retirar os erros de categoria que tomam um modo de existência pela condição de felicidade e veracidade de outros modos de existência. Por exemplo, imagina-se a maneira como as(os) quilombolas de Lagoas utilizam de parte da caatinga para produzir remédios. Tentar compreender esse processo pelo modo de existência da ciência pode acabar por descredibilizar o modo quilombola. Ou seja, de acordo com a noção do autor, é preciso estar atento ao pluralismo dos modos e de suas chaves de veracidade sobre aspectos da vida. Isso para não cairmos na armadilha de creditarmos a verdade sobre algo a partir de códigos de outro modo de existência, como no caso do exemplo citado. E voltando a ele, se as(os) quilombolas chegaram à conclusão de que o chá de uma determinada planta típica da caatinga é bom para acabar com dores no corpo, essa conclusão veio a partir de algum referencial,

como pelo conhecimento das pessoas mais velhas, por exemplo. Mas cientistas apontam que determinado comprimido é mais eficaz para tratar as dores no corpo, e se baseiam nos experimentos, na revisão por pares, ou seja, por procedimentos do domínio da ciência. Um cientista não quilombola teria dificuldades em provar a veracidade do comprimido a partir do código dos conhecimentos das pessoas mais velhas do quilombo, do mesmo modo que um quilombola não cientista teria dificuldades em provar a veracidade do chá pelos códigos do domínio da ciência.

E isso não quer dizer que se deve tratar esse tema com um relativismo absoluto, em que tudo é verdade. Mas se trata de ser diplomata - um dos objetivos de Latour (2019) em sua obra - ao ponto de apreender as formas de provar a veracidade ou não a partir dos códigos de determinados modos de existência, evitando realizar esse processo a partir de um modo, mas com códigos de outro modo. No caso do exemplo, e levando em consideração a percepção do autor, o que se pretende é constituir uma sociedade em que os diferentes modos de existência possam coexistir. Para isso, nosso papel é de buscar as conexões nas redes, evitando as armadilhas dos domínios, como o científico, o jurídico, o econômico, pois estes têm seus modos e podem buscar limitar ou eliminar outros modos.

Desse modo, nos termos da reflexão sobre modos de existência, para efeitos deste trabalho, entende-se que o quilombo, em especial Lagoas, não é o que explica, mas o que deve ser entendido. Ou seja, o quilombo não é uma substância com uma essência natural que explica situações, como o uso coletivo da terra, mas é o produto do modo de subsistir em um lugar. E para isso, há de se dedicar a investigar o modo de existência no quilombo, verificando as chaves e códigos próprios de interpretação, ou nos termos de Latour (2019), atentar-se à preposição, sendo esse o lugar de valor do modo, situando os aspectos valorativos nesse modo de existência.

Durante o trabalho de campo, uma categoria foi observada como corriqueira nas falas quilombolas: o modo de viver. Pela semelhança entre os termos, passei a refletir sobre as conexões entre essa categoria e os modos de existência a partir dos relatos quilombolas. Seu Cláudio, por exemplo, ao falar sobre seu trabalho na roça, aciona a categoria:

mas nunca larguei minha roça lá, continuo trabalhando nela. Lá que eu tenho meus bichos, meu **modo de viver** é praticamente lá. Eu às vezes eu brinco com a turma que aqui é o lugar de eu morar e lá é meu escritório de trabalhar. É que os advogados mora lá no fim da cidade e o escritório é lá no centro, então se eles trabalha lá e chama de escritório, eu também posso chamar minha roça de escritório, é lá que eu trabalho. (Cláudio Teófilo, comunicação oral, 2021)

Além de tratar o trabalho na roça e com seus animais como a maior parte constituinte de seu modo de viver, ele traça um paralelo com o trabalho do advogado em seu escritório. Nota-se que ele aciona a categoria também ao perceber o escritório na cidade como algo que forma o modo de viver de um advogado. Assim, há uma pluralidade nos modos de viver ao mesmo tempo que apresenta suas características próprias e necessita da conexão entre seres em um lugar. Mas, de forma geral, ele apresenta as atividades na roça e com os animais como parte do modo de viver em Lagoas. Já a professora Fátima, outra interlocutora da pesquisa, ao falar sobre essa categoria, apontou outro aspecto como característico. Segundo ela, algo no modo de viver na comunidade que é semelhante entre as pessoas é que há cuscuz pela manhã, arroz com feijão no almoço e farofa de feijão na janta. De forma descontraída, é claro, mas ao falar isso ela aponta mais um traço desse modo em Lagoas. E assim acontece com outras pessoas, ao se tratar do modo de viver no quilombo, cada pessoa aponta um traço, e ao seguir estes, percebe-se as conexões entre esses traços.

Desse modo, optei por utilizar do arcabouço teórico-metodológico sobre a categoria modos de existência para investigar as redes constituintes desse modo de viver, como categoria lagoana, de aspectos da vida em Lagoas, a partir dos relatos quilombolas. Ao perceber o relato de Seu Cláudio, já se nota algumas conexões entre essas categorias. O modo de viver em Lagoas, então, trata das técnicas e conhecimentos tradicionais passados entre gerações em relação a realização de atividades que compõem a rotina lagoana, com suas próprias chaves de verificação de soluções. Por exemplo, o próprio caso do trabalho na roça, que como verificaremos mais adiante, tem traços marcantes do conhecimento passado entre gerações e técnicas que se moldam a partir das condições da região.

Assim, ao se tratar de como é a vida quilombola, as contribuições de Nego Bispo são fundamentais. Incorporado a esses modos de vida, inclui-se a noção de biointeração (SANTOS, 2019), em que as conexões entre as comunidades e a biodiversidade apontam uma espécie de modo de viver quilombola baseado na convivência com a natureza de forma orgânica, e não sua exploração indiscriminada, como de empreendimentos minerais e hidrelétricas. Para além de nos preocuparmos com os direitos humanos, precisamos partir dos direitos orgânicos, percebendo as pessoas incluídas nesse meio. O autor também faz críticas à noção de desenvolvimento sustentável, ao apontar que a tríade “reduzir, reutilizar e reciclar” que sustenta essa noção, por si só não alcança a sustentabilidade, pois aposta na sintetização de elementos da natureza. Ou seja, transforma o orgânico em sintético.

Em contraposição a isso, percebe-se a biointeração, com sua tríade “extrair, utilizar e reeditar”, valorizando o caráter orgânico de interação das pessoas com a natureza. Não se trata de explorar uma terra e quando esgotado os recursos desejados, se transferir para outro lugar para voltar a explorar tal recurso, para produzir algum produto sintético e alcançar lucro econômico, mas se trata de utilizar os recursos naturais para garantir a sobrevivência e reeditar esses recursos para uma convivência harmoniosa com a natureza, alcançando uma vida plena e a preservação ambiental. Assim, a intenção aqui ainda é salientar algumas proximidades entre a noção de biointeração e os modos de viver em Lagoas, que serão aprofundados mais à frente.

E nesse sentido de um modo de viver quilombola em conexão com princípios biointerativos, é possível perceber alguma proximidade com a noção de Bem Viver. Uma postura importante que esse conceito indica é a postura biocêntrica (ACOSTA, 2011), que pressupõe uma perspectiva ética que aponta no sentido de que todos os seres vivos e ecossistemas possuem um valor ontológico, também nas situações em que não se percebe utilidade para as pessoas. Ainda segundo o autor, o Bem Viver possibilita a construção coletiva de novas formas de vida, sendo forjadas principalmente a partir das experiências de povos indígenas, e adiciono aqui também, a partir dos povos quilombolas. De forma geral, entende-se:

O Bem Viver é um processo em construção e reconstrução que encerra processos histórico-sociais de povos permanentemente marginalizados. Esta proposta não pode ser vista só como uma alternativa ao desenvolvimento economicista. [...] É, em essência, parte de um processo sustentado no princípio de continuidade histórica. (ACOSTA, 2011, p. 73)

Desse modo, a noção de Bem Viver se aproxima da biointeração no sentido de não perceber caminhos para o desenvolvimento, não haver alternativas nele, nem mesmo uma ideia de desenvolvimento sustentável. Os autores propõem um passo adiante. Para além de pensar um desenvolvimento alternativo, as contribuições vão na direção de apresentar alternativas ao desenvolvimento. E aqui entende-se alternativas ao regime capitalista. Esse movimento é assim justificado:

No mundo capitalista, o funcionamento da economia e da própria sociedade se baseia na premissa de que o melhor nível social possível se alcança deixando em liberdade (valor fundamental) cada indivíduo na busca da realização pessoal (a negação do outro) em um ambiente de competição (mercado) a partir da defesa irrestrita da propriedade privada. [...] Este pretensão processo autorregulado é inviável sob qualquer ponto de vista. Basta ver a situação atual do mundo: os limites ambientais têm sido perigosamente superados e as desigualdades sociais estouram por todos os lados com diversas manifestações de violência. (ACOSTA, 2011, p. 80)

Ou seja, se há a percepção de que o regime capitalista está superando os limites ambientais e de desigualdades sociais, tornando a vida inviável no planeta, deve-se refletir sobre outros modos de existência com outras formas de organização. Aí entra o Bem Viver, que para ser construído, devemos estabelecer uma economia que se reencontre com a natureza, tornando viável a vida, priorizando a própria vida em relação ao capital. Desse modo, segundo o autor, a economia deve estar atrelada à ecologia, pois a natureza possui os limites da sustentabilidade da vida no mundo, delimitando também os limites da capacidade de renovação dos recursos naturais, sendo estes fundamentais para a existência, e para a própria economia. Em outros termos, propõe-se aqui uma passagem de uma perspectiva antropocentrada para uma sociobiocentrada.

Assim, para se estabelecer o Bem Viver, é preciso compreender os direitos da natureza, entendendo que ao se tratar desse tema, trata-se, simultaneamente, dos direitos humanos, pois nós não estamos deslocados da natureza. As pessoas estão inseridas na natureza, fazem parte dela. E, por fim, afastando possíveis críticas de que se propõe a intocabilidade da biodiversidade – e para se aproximar ainda mais do caso investigado neste trabalho – o autor pontua que:

Estes direitos não defendem uma Natureza intocada, que nos leve, por exemplo, a deixar de cultivar a terra, de pescar ou de criar animais. Estes direitos defendem a manutenção dos sistemas de vida — do conjunto da vida. Sua atenção se volta aos ecossistemas, às coletividades, não aos indivíduos. Pode-se comer carnes, peixes e grãos, por exemplo, desde que se assegure que os ecossistemas sigam funcionando com suas espécies nativas. (ACOSTA, 2011, p.131)

Em relação a esses aspectos de interação das(os) quilombolas com a natureza pode-se aproximar a reflexão, como por exemplo sobre a terra, a água e a caatinga no caso de Lagoas, com a noção de comum em Dardot e Laval (2017). Primeiro é preciso compreender esse conceito como um princípio político, ou seja, deve-se tratar a expressão *comum* como um substantivo, e não adjetivando aspectos do território quilombola, no caso. Esse princípio parte do pressuposto de que devemos construir comuns, sendo ele também a quem devemos reportar para preservar, ampliar e dar vida aos comuns. Não é o caso de um princípio abstrato, nem de um tipo ideal de pessoa, ou seja, as pessoas que constroem o comum não se enquadram em categorias sociais delimitadas, mas eles são o que as práticas destas fazem deles. Esse princípio se contrapõe ao essencialismo sobre determinados grupos, como os quilombolas, dando ênfase às práticas que constituem o modo de viver.

E se contrapõe da mesma forma ao essencialismo aos recursos naturais, como a terra nos quilombos, não sendo algo naturalmente coletivo, mas tornados comuns por meio de uma série de códigos, como os que formam o modo de existência. Percebe-se isso quando os autores afirmam:

Os recursos comuns podem ser explorados por grupos de tamanhos diferentes, mas, para durar, precisam obedecer a um sistema particular de regras coletivas que dizem respeito às “operações” produtivas, aos limites do grupo e aos procedimentos pelos quais as regras são elaboradas e modificadas. (DARDOT; LAVAL, 2017, p.158)

Assim, apenas a atividade prática e as interações têm a capacidade de tornar algo comum e de criar um sujeito coletivo. Além disso, os autores criticam a noção de propriedade. Importante salientar que a crítica vai para além da propriedade privada, mas estende-se a ideia geral de propriedade, sendo ela privada, pública ou coletiva. Sobre o caso dos quilombos, pode-se pensar que essa contribuição dos autores pode embasar uma possível reflexão sobre o texto constitucional, no sentido de o documento apresentar que aos quilombos que estejam ocupando suas terras será reconhecida a propriedade definitiva, título esse emitido pelo Estado. Ao entendermos o princípio do comum, se dá mais ênfase ao uso e os sentidos da terra, em detrimento da noção de propriedade, sendo assim possível obter condições para a superação das situações iminentes de tragédia ambiental e social.

De modo geral, entendo que os pressupostos apontados aqui vão ao encontro de uma posição de seguir a rede de “veículos, traços, trilhas e tipos de informação” (LATOURE, 2012, p. 260), incubados nesse local e que passam por descontinuidades, alcançando algum sentido e continuidade, que formam o modo de viver em Lagoas, sendo este passível de reflexões conjuntas com os conceitos apresentados aqui. Essas noções foram apresentadas de forma breve, pois, durante os próximos tópicos, estes serão articulados com dinâmicas apreendidas durante a pesquisa.

E após a apresentação de alguns pressupostos teóricos é preciso localizar quem está lendo sobre outras categorias que serão trabalhadas nas próximas páginas, apreendidas no trabalho de campo e em diálogo com as contribuições anteriores. Trata-se de um processo identitário, ou seja, das atividades e dinâmicas que constroem a identidade lagoana.

Nesse momento, destaco algumas das principais atividades executadas no cotidiano de Lagoas. Primeiro, ao se tratar da agricultura familiar nessa comunidade quilombola, em relação às técnicas de cultivo da terra, trata-se de **roçados** ou roças. Essas são categorias, ou lugares-evento, presentes tanto no discurso lagoano, quanto nas ações práticas cotidianas.

Outra atividade a se destacar é a apicultura. Devido à predominância da abelha europeia nas atividades referentes à produção de mel, a população local costuma tratar tanto às abelhas, quanto os equipamentos apícolas, como **europana**, sendo esta outra categoria a se recordar daqui em diante. É comum, as(os) quilombolas denominarem as colmeias destinadas à produção de mel como europeias, bem como referir-se a espécie de abelha apenas como europeia também.

Também vale o destaque sobre os animais que são criados pela comunidade. Em relação a caprinocultura, a categoria utilizada rotineiramente para se referir a esses animais é **criação**. Demais categorias presentes no cotidiano quilombola serão referenciadas durante o próximo tópico, todavia as aqui já supracitadas são fundamentais para a compreensão prévia, tanto pela articulação com os pressupostos teóricos apresentados, quanto pela importância no processo identitário do quilombo.

Antes de apresentar algumas dinâmicas que o período de inverno e estiagem proporcionam ao quilombo, é importante situar o leitor(a) a uma categoria fundamental na lógica de Lagoas. Trata-se da noção de **terra de conjunto**, geralmente recordada pelas(os) quilombolas ao descrever seus modos de viver. Essa categoria remonta a característica fundiária do quilombo, brevemente destacada no tópico anterior. Como predito, após o período de escravidão, as famílias continuaram trabalhando para fazendeiros da região e após décadas nesse regime de trabalho, algumas passaram a adquirir faixas de terra pertencentes outrora a esses fazendeiros. Tomando como base os depoimentos, podemos concluir que a partir da década de 1950 esse movimento se acentuou e as famílias passaram a adquirir alguns hectares de terra. Na maior parte das vezes os documentos de posse dessas terras foram passados para o nome de homens, os pais de família. Assim, boa parte do território que hoje compõem o quilombo Lagoas e que abriga diversos grupos familiares ainda têm em seus registros a propriedade em nome de ancestrais, já idosos ou mesmo falecidos. Desse modo, entende-se que “a terra é, em geral, manifestação da ancestralidade na medida em que ainda se encontra registrada, se tanto, na figura de um patriarca comum” (FREIRE, 2018, p.181).

Assim, a terra de conjunto é constituída por núcleos familiares descendentes desses ancestrais que possuem seus nomes nos registros de determinadas faixas de terra, em que essas famílias são vizinhas. Nessa paisagem, há casas, roças, currais e o espaço comum. E essa paisagem é constituída a partir de descendentes desse ancestral comum que possui o nome no registro da terra. As relações familiares e de vizinhança passam por esses

descendentes. Nos próximos tópicos, entraremos em aspectos mais práticos da terra de conjunto no cotidiano lagoano.

Assim, a intenção no tópico seguinte é descrever o modo de viver em Lagoas apreendido no trabalho de campo, modo este que pode ser apoiado pela noção de biointeração e Bem Viver e investigado a partir de pressupostos contidos na ideia de modos de existência. Lembra-se do recorte descrito na introdução deste trabalho, em que o modo de viver a ser descrito tem como base o recorte de comunidades explicitadas anteriormente.

2.2. Modo de viver em Lagoas

Em meados de agosto de 2021 cheguei em Lagoas. Durante o caminho de São Raimundo Nonato para o quilombo em uma caminhonete adaptada para o transporte coletivo¹⁸ já pude observar algumas características que seriam marcantes no dia a dia. Saindo da sede da cidade, se percorre por alguns quilômetros na BR-020, em seguida entra-se em uma estrada de terra. Em ambos os lados da estrada se vê caatinga. Após alguns minutos, se passa por um povoado, com casas mais ou menos próximas e enfileiradas na margem da estrada. A maioria tem a porta das casas diretamente ligada à rua, cercada ao redor com madeiras, com um espaçoso quintal ao fundo. Há o predomínio quantitativo de pessoas negras por essas residências. Com alguma proximidade a essas casas - proximidade que varia, algumas estão localizadas dividindo a mesma cerca, outras estão afastadas por alguns metros da cerca do vizinho - é possível notar a existência de currais e roças. As cercas, de maneira geral, são utilizadas para soltar os animais e proteger as plantações deles, e não para prender os animais. Percebo bodes e galinhas passando próximos das casas. Esses animais circulam para além do espaço do terreiro¹⁹, ou seja, à frente das casas, de quem cuida destes. Passa por esse povoado, anda alguns minutos e chego a outro povoado, diferente, mas com semelhanças nessas características apresentadas. E assim vai acontecendo, vai se andando pelo território e se percebe diversas comunidades, umas maiores, outras menores, algumas com casas mais próximas, outras com a vizinhança mais distante, mas a maioria próxima à lagoa ou aguada²⁰. Indo a São Vítor, depois de alguns minutos de estrada de terra, passar por povoados, cheguei a essa que é a principal comunidade. Uma vez avistada a Pedra do São Vítor – ponto de referência da comunidade e se consolidando como um ponto turístico na região – sabemos

¹⁸ Normalmente conhecido pela expressão pau de arara no Brasil. Atualmente na cidade há também ônibus e vans particulares que realizam esse serviço de transporte coletivo, além das caminhonetes.

¹⁹ O terreiro é o espaço ao redor da casa, em especial a frente das residências.

²⁰ Locais em que há armazenamento de água por meio naturais, como nas pequenas lagoas.

que a comunidade está próxima. E quando chega a ela, lá está a grande pedra ao fundo da praça da igreja, ponto central desta comunidade. De forma geral, essa é uma breve descrição de minha chegada a Lagoas em agosto de 2021. E já a partir dela, pude observar alguns aspectos semelhantes entre os povoados e as casas que passei à frente, além da condição da caatinga e dos animais. Assim, é possível partir de um trabalho de descrição do modo de viver em Lagoas que se iniciou aí.

No período em que estive presente na comunidade, presenciei o período de estiagem no território. Essa foi a primeira condição observada, desde a entrada no território, pela aparência cinzenta da caatinga, e pela alta quantidade de poeira sendo levada pelo vento, além do forte calor. Nesse cenário, o que mais desejava era um banho. E por tanto querer um banho gelado, comecei a ficar obcecado por água e, assim, observar que na maioria das casas, o armazenamento de água se dá, principalmente, pelas cisternas, ou como denominam na região, pelos caldeirões. Trata-se de uma comunidade quilombola sem acesso ao serviço de água encanada e que os caldeirões são recentes. Estes foram alcançados ali apenas durante o período do governo Lula, por meio do programa Um Milhão de Cisternas²¹.

Essas cisternas estão localizadas ao lado das casas, sendo abastecidas pelas chuvas. Caso fiquem vazias durante a estiagem, são repostas por caminhões pipa. A proximidade das cisternas às casas, facilita o manuseio da água ao contrário de como esse acesso se dava décadas atrás. Em sua maioria, as(os) quilombolas relembram das cacimbas²² como uma das principais formas de acesso à água para o uso das pessoas em períodos anteriores. Outras formas presentes no passado e presente do quilombo são as tradicionais lagoas, que dão nome

²¹ “A convivência com o Semiárido pressupõe a adoção da cultura do estoque. Estoque de água para diversos usos - consumo humano, produção de alimentos e para servir aos animais. Estoque de alimento para família e para a criação animal. E o estoque de sementes para os próximos plantios, entre outros. O primeiro programa desenvolvido pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), no início dos anos 2000, visa atender a uma necessidade básica da população que vive no campo: água de beber. Com esse intuito nasce o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC. Melhorar a vida das famílias que vivem na Região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade é o principal objetivo do Programa. Através do armazenamento da água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa, as famílias que vivem na zona rural dos municípios do Semiárido passam a ter água potável a alguns passos. Não se faz mais necessário o sacrifício do deslocamento de quilômetros para buscar água para fazer um café, cozinhar e beber. Isso é o que chamamos de descentralização e democratização da água. Em vez de grandes açudes, muitas vezes construídos em terras particulares, as cisternas estocam um volume de água para uso de cada família. A grande conquista destas famílias é que elas passam de dependentes a gestoras de sua própria água. Assim, o P1MC possibilita inúmeros avanços não só para as famílias, mas para as comunidades rurais como um todo, como o aumento da frequência escolar, a diminuição da incidência de doenças em virtude do consumo de água contaminada e a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas.” Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>.

²² É uma espécie de cova aberta no terreno úmido de riachos a partir do recuo de nível destes.

ao território quilombola, os barreiros²³, os poços e as barragens, que são abastecidos pelas chuvas. E trazendo uma referência quilombola, se houver uma boa **invernada**, ou seja, se houver um bom período de chuvas, os barreiros, lagoas e barragens podem fornecer água para a população por grande parte da estiagem, se não por todo esse período. Destaco as expressões inverno ou invernada como sinônimos de chuva ou período chuvoso. De acordo com os relatos quilombolas, o período de inverno geralmente se inicia pelo mês de novembro, se estendendo até meados de abril. Ao todo, são seis meses de inverno, porém, segundo interlocutoras(es), as chuvas estão a cada ano mais irregulares.

Mas voltando a chegada ao quilombo, nesse dia fui direto para a casa de minha avó, na Lagoa do Calango. Por ser uma casa construída após a implementação das cisternas, sua casa é abastecida por um poço próximo, sendo a água armazenada em uma caixa d'água. Esse é um dos dilemas na comunidade, pois com o desmantelamento do programa Um Milhão de Cisternas, as casas mais recentes no quilombo ainda não possuem acesso aos caldeirões. Com essa água do poço finalmente me banhei. No fim da tarde desse mesmo dia fui à barragem do Calango, a maior do território Lagoas.

Fui pescar, sendo essa uma das atividades possibilitadas por esses locais com armazenamento de maior quantidade de água. A atividade foi possível por conta de uma vara de pescar produzida no próprio território. No caminho até um lugar propício, pude observar o cultivo de alguns alimentos e hortas no leito da barragem. Mas isso é uma conversa para as próximas páginas, o que se deve atentar nesse primeiro momento são as dinâmicas que a água possibilita nesse local.

Por enquanto, é imprescindível perceber a importância dos períodos de inverno e estiagem para o condicionamento de atividades no quilombo. Primeiro, muito por se tratar de um quilombo localizado em uma região de volume de chuva abaixo da média, destaca-se a centralidade de uma espécie de calendário da chuva para determinar as ações quilombolas. Para iniciarmos o entendimento acerca do modo de viver em Lagoas, é recomendável partir da compreensão de que os períodos de chuva e estiagem determinam aspectos importantes da vida cotidiana dessas pessoas, uma vez que estes têm suas ações determinadas mais pelo ritmo e intensidade da chuva do que pelo calendário gregoriano, por exemplo.

Durante o inverno, algumas dinâmicas são potencializadas em Lagoas. Por exemplo, poucos dias após as primeiras chuvas, a caatinga começa a se modificar, abandonando o tom

²³ Uma pequena lagoa aberta por meio de escavação para aumentar a capacidade de armazenamento de água.

cinzento para dar início ao esverdear. E esse processo garante a retomada da alimentação dos animais criados, como bodes e ovelhas, na mata verde. Desse modo, com a caatinga verde, não há preocupação das(dos) quilombolas com ração para seus animais, pois, ao deixar estes soltos pela terra de conjunto, eles conseguem se alimentar. Outro ponto é que a partir das primeiras floradas, a comunidade começa a se movimentar na apicultura, tirando os primeiros litros de mel que podem ser vendidos e garantir um desafogo econômico. Mas sobre essas atividades falaremos melhor mais à frente, por enquanto é só para exemplificar algumas dinâmicas que as chuvas estimulam. A interação entre chuva e terra proporciona movimentações no quilombo.

Mas quando a chuva se despede, geralmente em abril, ela também estimula interações entre quilombolas e a terra. E por estar lá durante o período de estiagem, pude observar um exemplo de interações entre quilombolas e terra, mediadas pela chuva e estiagem. Como já dito, quando fui pescar na barragem já se apresentaram dinâmicas importantes. Isso, pois, com o fim da chuva e o início da estiagem, a água passa a recuar, em um movimento chamado de **vazante**. Esse movimento da água proporciona uma faixa de terra úmida, utilizada pela população local para a agricultura familiar em uma época não convencional para aquela atividade.

Em um dos primeiros dias em que estava em Lagoas, José – irmão de minha avó materna e um dos casos de lagoanos que migraram para alguns estados, mas que decidiram voltar para Lagoas – me convidou para ir em seu trabalho na vazante. No outro dia, antes do amanhecer, já fui à casa dele para que pudéssemos ir ao local. Como estava amanhecendo, passei pela caminhonete que vim para a casa de minha avó e naquele horário levava pessoas para a sede de São Raimundo, pois esse é o horário do transporte para a cidade. Ao chegar na casa de José, tomamos café e, em seguida, nos encaminhamos para o lugar que fui convidado a ir. Chegando lá, ele apontou que a terra presente na barragem não é propícia para o cultivo por ser muito arenosa, porém, torna-se favorável devido a movimentação de vazante.

Ou seja, não se pode interpretar aquela terra como essencialmente não fértil, pois as dinâmicas elaboradas pela estrutura geográfica da barragem até uma temporada de bom inverno, passando pelas técnicas de tratamento e cultivo, transformam a terra. Há uma descontinuidade no entendimento de que aquele tipo de terra arenosa não propicia o cultivo de alimentos. Uma relação biointerativa possibilita a fertilidade daquela terra.

Figura 6 - Cultivo de arroz à esquerda; Horta à direita



Fonte: Acervo pessoal

De modo geral, entende-se que a chuva potencializa conexões entre quilombolas e terra. A terra tem seu sentido proporcionado em parte por conta da água, ou seja, em um ano de bom inverno a terra é dotada de um tipo de sentido para essa população, mas se no ano seguinte tiver pouca chuva, o sentido dotado já é diferenciado devido a busca por subsistência quilombola na região.

E aproveitando o caso da agricultura familiar a partir da vazante, entro com mais detalhes na descrição dessa atividade. Foi descrito uma parte do cultivo em proveito da faixa de terra úmida deixada pelo movimento de recuo da água, mas esse é um dos modos de cultivo. A principal forma, contada nas histórias, recordada e vivenciada, se trata das roças. Essa atividade está presente na memória coletiva e faz parte do cotidiano local. Apesar de uma literatura que privilegia a pecuária na história piauiense, a agricultura familiar em roças próximas das casas faz parte da paisagem histórica de Lagoas. Foi comum perceber nos relatos das(os) interlocutoras(es) a lembrança do trabalho na roça desde suas juventudes, passando o tempo e alcançando os dias atuais.

Mas antes de chegarmos à roça, é preciso construí-la. Geralmente, uma família adquire uma faixa de terra, ou a herda de familiares, dessa forma, nessa propriedade, constroem suas casas e constituem suas roças próximas à residência. Escolhe-se o lugar com uma melhor terra para cultivo. Após delimitar essa área ideal para cultivar, entra-se em um processo que vai de 5 a 6 meses, que é a formação da roça em si. As etapas desse processo foram descritas por José durante o acompanhamento da constituição de sua própria roça, visto que, como já dito, recentemente vivenciou esse processo de retorno ao quilombo. Novamente,

ele me convidou para acompanhar esse momento, e assim fiz, aceitei o convite e, em uma manhã de domingo, fomos em direção de onde viria a ser sua roça.

Segundo ele, a primeira etapa é a brocagem, que consiste na retirada com foice de galhos e madeiras finas das árvores da área em que se dará a roça. O segundo passo é a retirada das madeiras grossas com machado. A terceira fase é fazer os aceiros, ou seja, a limpeza nas laterais da área que será a roça. A quarta etapa é a retirada das madeiras cortadas na segunda etapa de dentro do espaço delimitado pelos aceiros. O quinto passo é a derrubada, em outros termos, é o momento de colocar fogo dos gravetos que ainda permaneceram dentro da área delimitada. Geralmente, essa etapa possui a ajuda de outras pessoas para que o fogo não ultrapasse os aceiros. E, por fim, a última fase é cercar a roça, que consiste em colocar os postes – madeiras mais grossas – nas extremidades, abrir o buraco ao redor da área delimitada indo ao encontro dos postes, passar arame pelos postes e finalizar cercando todo o perímetro com aquelas madeiras que estavam dentro e foram retiradas na quarta etapa, para que os animais não entrem nas plantações. Após todo esse processo, tem-se uma roça pronta para o cultivo. Essa técnica, segundo José, foi aprendida com seus pais e predomina na região.

Figura 7 - Aceiro à esquerda; Derrubada à direita



Fonte: Acervo pessoal

Para quem ainda não possui uma roça, geralmente essa é a técnica de trabalho realizada para constituir uma. Quem já tem, espera a chegada do inverno para que possa iniciar seu cultivo. Assim sendo, a partir de novembro, caso a chuva não atrase, já se percebe as pessoas começando a plantar alguns alimentos, como feijão, milho, mandioca, etc. Esse

movimento acontece durante toda a internada, já sendo possível obter alguns alimentos entre dezembro e janeiro. De acordo com os relatos, em meados de abril há as colheitas finais, por conta do princípio da estiagem, e assim, é comum que as pessoas armazenem alimentos em sacas para que se passe com esse estoque de alimentos o período sem chuvas, em que não é possível cultivar nas roças.

Após as últimas colheitas, as(os) responsáveis pelos roçados colocam suas criações de bode nas roças para que se alimentem das plantas, como dos pés de feijão. A partir disso, os animais por ali mesmo já produzem o esterco, o que contribui para a fertilidade da terra. Ou seja, no que diz respeito a esse tema de fertilidade do solo, é preciso alcançar dinâmicas para além da plantação em si. Atividades se cruzam e possibilitam interações, como o tornar uma terra fértil ou não. Como observado em parte da literatura sobre quilombos ao longo do tempo, tratava-se a terra a partir da ótica de ser essencialmente fértil ou não (RODRIGUES, 2010 [1932]; CARNEIRO, 2011 [1947]; RAMOS, 1942; FREITAS, 1978), pouco se detendo a aspectos do tornar fértil. E tornar fértil a partir de um determinado pressuposto também, pois principalmente na literatura da primeira metade do século XX e na linguagem do Estado moderno, entende-se terra fértil a partir da lógica da produtividade para o mercado. E não é o caso em Lagoas. E é possível observar isso a partir, por exemplo, dos tamanhos das roças. Elas são, geralmente, do tamanho necessário para atender as demandas familiares de consumo para a subsistência. A produtividade não é para o mercado, mas para a família. Ou seja, o trabalho na roça se dá para criar condições de alimentação naquele período e para o estoque para a estiagem. A preocupação, em geral, é essa, e não em atender supostas demandas do mercado capitalista, apenas as demandas da reprodução física, social e cultural quilombola.

Aqui, mesmo com a derrubada de árvores, pude observar a partir de caminhadas pela caatinga e do auxílio de moradores, espaços que já foram roças e que hoje não aparentam um dia ter sido, pois foram desativados para a retomada da caatinga. Esses espaços são chamados pela população local como capoeira. As capoeiras são áreas que eram roças, mas pela percepção baseada no conhecimento quilombola de que a terra está desgastada, foram desativadas para a plantação para o crescimento de mata e circulação das criações para alimentação e adubação, readquirindo nutrientes para a terra. Essa área pode ser, depois desse processo, tornada roça novamente ou deixada para o recaatingamento. A percepção quilombola de que a terra não está mais boa para o cultivo e fraca em nutrientes se dá pela coloração. Quanto mais escura, em grande medida mas não necessariamente, mais a terra é

considerada boa, e quanto mais clara, menos nutritiva (SILVA, 2018). Quando ela está clara, torna-se capoeira, e quando percebe que a mata nessa área está indo para além da malva²⁴, começando a perceber-se uma variedade na mata, a capoeira está novamente com uma terra boa, segundo os relatos quilombolas. Desse modo, não há o império da lógica de expansão linear indeterminada para gerar riqueza, mas um movimento circular biointerativo. Se extrai, utiliza-se e reedita-se a terra e os elementos dela provindos em seus diferentes momentos. E esse movimento é passado de geração em geração, como observado a partir dos relatos, sendo isso em diversas direções das técnicas de trabalho e convivência com a caatinga.

Mas apesar do conhecimento passado entre gerações, isso não significa a manutenção de técnicas que demandam maior esforço físico em frente a novas técnicas que preservam a estrutura geral da lida com a terra e os frutos da colheita, por exemplo. Pode-se observar isso em um instrumento utilizado no processo de transformação da mandioca em farinha, que era a roda. Essa roda era girada manualmente e, atualmente, ela está mecanizada. Um dia, já próximo de minha volta para o DF, Seu Cláudio me chamou para, no dia seguinte, participar de uma reunião com um técnico da Emater-PI que aconteceria em sua roça na Lagoa do Queixada. Sobre essa reunião, tratava-se de uma visita para o repasse dos problemas enfrentados pela população em seus trabalhos agrícolas e para uma capacitação sobre o manejo com a palma orelha de elefante mexicana, cultivada para ser tratada como ração para bodes e cabras. Na manhã seguinte, peguei uma bicicleta emprestada e seguindo as orientações de Cláudio sobre como chegar lá, pois nunca tinha ido para os Queixadas, pude chegar ao local marcado. Como ainda não tinha começado a reunião, fui dar uma volta na proximidade, e assim, pude ainda encontrar uma antiga roda utilizada neste trabalho para a confecção de farinha, já um pouco desgastada pelo tempo.

²⁴ Um tipo de planta que também nasce em solos menos férteis, utilizada como uma espécie de medidor de saúde da terra no quilombo, além de ser utilizada para a confecção de objetos, como vassouras.

Figura 8 - Roda para produção de farinha



Fonte: Acervo pessoal

Em uma das tardes quentes de Lagoas, pude conversar com Seu Raimundo²⁵ em sua casa – um senhor que pode contar sobre as alterações e semelhanças em como era a vida ali há décadas atrás e atualmente, por conta de sua experiência com o trabalho na roça nesse ambiente de caatinga – que me falou sobre essas mudanças. Entre algumas histórias, umas sérias e outras descontraídas, ele afirmou que é de 30 a 20 anos, aproximadamente, que houve mudanças no território. Uma significativa, em seu relato, é sobre o trabalho na roça, pois este era completamente manual e hoje de tempos para cá há a inserção de máquinas. O trabalho despendido na roda, por exemplo, é hoje executado em parte por uma máquina, pois mesmo assim há etapas na preparação da farinha de mandioca que são manuais. Assim, ele aponta que hoje as pessoas trabalham menos horas na roça, mas mesmo com a inserção de elementos nessa atividade, a agricultura local permanece sem o uso de agrotóxicos e com as técnicas manuais passadas de geração em geração.

Outro aspecto passado entre gerações envolvendo o trabalho na agricultura familiar e recordado por parte da população lagoana que me foi explicada, foi sobre a situação do dono de uma faixa de terra ceder esta para outra pessoa cultivar, caso ele não faça uso por qualquer

²⁵ Nasceu em 1943 e conta que desde os doze anos de idade trabalha na roça, próximo da comunidade Vermelhinho. Em 1967 se mudou para a Lagoa do Calango, onde mora até hoje. Destaca que tempos atrás, no tempo dos fazendeiros, uma forma de conseguir renda era por diária de serviço para estes, mas que a remuneração era extremamente baixa.

motivo que seja. Isso ocorre sem qualquer tipo de cobrança de aluguel ou remuneração. Quem cultivou, costuma retribuir voluntariamente com uma parte da colheita para o dono da roça. Como as comunidades possuem laços familiares estendidos, geralmente essa interação ocorre entre pessoas da mesma família. Essa prática se estende na agricultura tanto na roça, quanto na vazante. A técnica realizada a partir do cultivo no recuo da água permite que durante o período em que não seja possível cultivar pela falta de chuvas, seja possível adquirir alimentos por meio da agricultura. Como já dito, por ser um lugar de baixo volume de chuvas, entende-se esta como uma tecnologia de sobrevivência que compõem a rede do modo de viver em parte da população lagoana. Mas vale ressaltar que parte do quilombo não possui acesso a essa técnica por não haver locais com quantidade de água suficiente para recuar durante toda a estiagem sem secar. De todo modo, durante o período em que estive lá, pude me alimentar de batatas, melancias, feijão, entre outros alimentos, cultivados em uma área de vazante por minha avó, pessoa que me levou e ensinou sobre a prática da agricultura na vazante da barragem.

Em relação à agricultura familiar, pude perceber o aprendizado passado pela prática e oralidade entre gerações, a chuva, o movimento da água, a estiagem, os animais, a caatinga como elementos de conexão entre as(os) quilombolas e a terra. São espécies de elementos de negociação entre as pessoas e a terra. A terra promete dar condições para fornecer alimento caso a pessoa garanta a sobrevivência dela. E o quilombola promete cuidar da terra caso ela forneça a sobrevivência dele. Acontece que esses elementos são instáveis em suas medidas, e isso gera momentos de renegociação por novas formas de lidar entre quilombolas e terra. Ou seja, um período de seca²⁶ pode gerar conexões no sentido de práticas cotidianas no quilombo que não seriam realizadas se a estiagem não se estendesse, por exemplo.

Um desses elementos de conexão entre lagoanas(os) e a terra é a caatinga. Primeiro, é preciso uma breve descrição do bioma. A caatinga é um bioma presente predominantemente na região nordeste do Brasil, típica do clima semiárido. Se caracteriza pela aparência cinzenta no período de estiagem, com árvores sem folhas, mas que fica verde durante o período chuvoso, e também pela resistência ao longo período de estiagem e altas temperaturas. Entende-se a caatinga como “um ecossistema que, em tempos de alterações climáticas mundiais, tem muito a ensinar no quesito produção de alimentos em condições de pouca água

²⁶ A seca se caracteriza pelo período prolongado de estiagem ou de anos consecutivos com invernadas curtas.

e alta temperatura” (ASA, 2019). Ou seja, se tem condições hostis para a sobrevivência das pessoas, como a escassez de água e o forte calor.

Mas apesar disso, atualmente o bioma possui cerca de 13% de sua área quase desértica, ou seja, há uma parte da caatinga que sofre com a desertificação, o descaatingamento, o mau uso do solo, entre outros fatores, destruindo a paisagem natural. Essa dinâmica reverbera sobre a piora das condições climáticas e ambientais, impactando sobre a vida das pessoas que moram nessa região em diversas direções. Mais do que os limites de estados, morar na caatinga remonta dinâmicas referentes às práticas de sobrevivência que essa população exerce. Não à toa, entende-se que essas pessoas em conjunto com a caatinga podem apresentar alternativas para o mundo em um cenário de colapso climático iminente.

E daí a importância de ressaltar o quilombo Lagoas para além de uma comunidade quilombola piauiense, mas um quilombo da caatinga. Essa é uma referência importante na compreensão do modo de viver lagoano. Por exemplo, a preservação da caatinga por parte das(os) quilombolas, satisfaz a terra por protegê-la de efeitos erosivos e sua eventual degradação, e também promove a criação de condições para a manutenção de ingredientes de remédios naturais no quilombo. Em uma lista elaborada com colaboração de minhas avós – destacando o conhecimento especializado das mulheres de Lagoas sobre os aspectos medicinais na caatinga – e complementada por algumas pessoas da comunidade, pode-se perceber a importância da caatinga para a saúde quilombola por conta da diversidade de remédios naturais lembrados. Não se pretende dar conta de toda essa variedade, mas salientar uma amostra de como esse conhecimento é passado.

Quadro 3 - Remédios naturais em Lagoas

Vegetação	Como usar?	Para que?
Pau de rato	Chá da casca	Dor de barriga, estômago
Jatobá	Chá da casca	Muita coisa, estômago, colesterol
Quebra facão	Chá da casca	Gastrite, fígado, infecção intestinal, gripe
Ameixa da caatinga	Chá da casca	Bom para muita coisa, como infecção, etc
Pau ferro	Chá da casca	Rins, gripe, fígado
Inharé	Chá da casca e o leite da árvore	Feridas
Pau d'arco	Chá da casca	Gastrite, úlcera
Umburana de cheiro	Chá da semente	Gripe, garganta, má digestão, bom para o sangue
Alho bravo	Chá da raiz	Gripe, dor
Umburana de caboclo	Chá da raiz	infecção, gripe, dor, próstata, intestino
Espinheiro	Chá da casca	Tosse, fígado
Marmeleiro	Xarope, Chá da folha, da casca e da raiz	Gripe
Camaçari	Chá da casca	Próstata, dor, cólica
Angico de bezerro	Chá da casca, Raspa do pau	Dor de barriga, estancar sangramento
Aroeira	Casca com mel	Próstata, bexiga
Pau de colher	Chá da casca e da raiz	Muitas coisas, próstata
Unha de gato	Chá da raiz	Próstata, coluna
Espinheira santo	Casca (colocar um pedaço sobre a picada)	Picada de cobra
Ata/Pinha	Chá da folha	Má digestão
Capim Santo/Erva cidreira	Chá da folha	Pressão alta, dor de barriga
Milindro	Chá da folha	Coração

Fonte: Elaboração coletiva com parte da população do Quilombo Lagoas

E mais do que identificar esse aspecto, importante também compreender a caatinga não como um campo vasto de árvores iguais, um amontoado de mesma coisa, e sim como uma variedade de funções e ações que as(os) quilombolas de Lagoas dominam o conhecimento. Em outras palavras, o conhecimento especializado do quilombo acerca das propriedades da caatinga em diversos sentidos é algo que potencializa a existência quilombola, sendo que é essa existência um fator determinante para a manutenção de conhecimentos sobre esse bioma. Outro exemplo de atividade presente no cotidiano lagoano e que interage com essas complexidades da caatinga é a apicultura.

Como já apontado antes, essa atividade faz parte do modo de viver lagoano há décadas. Até os anos 1970, a extração de mel no território era para consumo próprio. As abelhas locais – como a tubi, destacada pela alta capacidade de polinização e de produção de mel – proporcionaram a possibilidade de moradores conseguirem acesso a mel para utilizar como remédio, adoçante e alimento.

A partir da década de 1970, com a chegada da abelha europa, essa atividade foi reconfigurada. Isso, pois, na virada desta década com a seguinte, iniciou-se a comercialização

do mel. A partir daí, há uma virada sobre a importância da apicultura para a renda familiar quilombola, em vista da desvalorização dos produtos da roça ano após ano. De acordo com relatos, foi a partir de 2000, com uma melhora considerável no preço de venda do mel local e com a articulação quilombola em associações, que houve uma expansão de fato na produção. E volto aqui a informação sobre o conhecimento especializado das(os) quilombolas de Lagoas em relação a caatinga, pois essa produção pode ser expandida, e ainda está nesse processo de ampliação, em muito por causa desse conhecimento local.

Atualmente, como informado por diversas pessoas, como Seu Cláudio, Carla, Andréia²⁷, Júlio, etc., a apicultura é a maior fonte de renda para uma parcela das(os) lagoanas(os). E o que vale ressaltar aqui é como quando se fala em expandir e capacidade produtiva em relação a apicultura no quilombo – mesmo que com esses termos que lembram o vocabulário capitalista de expansão a todo custo, inclusive desmatamento – trata-se de processos que passam pela manutenção da caatinga e por projetos de recaatingamento. Isso, pois quanto mais flores nativas, maior a extração de mel, maior a geração de renda dentro do quilombo e para quilombolas, maior a conservação da caatinga, de animais e da terra. Assim, há uma arena de negociações entre quilombolas e a terra, que estabelecem um pacto de colaboração mútua de sobrevivência. E esse movimento não se dá apenas por conta do aspecto econômico, mas percebe-se desde os relatos sobre momentos mais antigos do quilombo, quando a extração de mel era quase exclusivamente para a confecção de remédios naturais.

Mas essa atividade passa por alguns desafios, alguns deles estabelecidos por efeitos das mudanças climáticas. Júlio²⁸, morador do São Vitor e uma das referências sobre a apicultura e a lida com as abelhas no quilombo Lagoas, faz uma síntese dessa situação e da importância do mel para a população local:

hoje as consequências veio através do aquecimento global mesmo do planeta, não é tão bom pra abelha aqui como era naquele tempo, a gente produzia mel demais, só que naqueles tempos os preços era fraco. Não era como hoje. Hoje o mel tá mais difícil de produzir porque parece que o povo destruiu um pouco o planeta, mataram a caatinga um pouco, chove irregular. Geralmente não é todo ano que se tem uma safra como tem anos que a gente tem. Quando o cara chega a ter uma safrinha, trabalhando com a abelha, que nem, a abelha dava um pouco de dinheiro, era mais

²⁷ Em 2021, ela era a presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Calango, comunidade que faz parte do Núcleo São Vitor. Nasceu em 1981 nessa comunidade, onde cresceu e se criou. No final da década de 1990 chegou a migrar para o estado de São Paulo, mas alguns anos depois retornou ao quilombo para, segundo ela própria, ficar próxima de seus pais.

²⁸ Nasceu em 1958 na comunidade São Vitor, onde passou quase toda a vida. O período de exceção foi durante parte da década de 1980, quando migrou para o DF. Segundo ele próprio, “ir para o mundo” foi uma ilusão. É apontado por muitas pessoas do quilombo como uma das grandes referências na apicultura praticada em Lagoas.

fácil, que a gente não deixava de trabalhar com outras atividades, podia trabalhar na roça, podia fazer o que quisesse, mas a abelha ficava a parte ali, na mesma propriedade que o cara cria abelha, pode criar o bode, fazer uma rocinha, plantar um feijão, uma mandioca. Aí eu fiquei nessa, trabalhando assim, plantando mandioca, feijão, milho pra comer e criando minhas abelhas. Exatamente foi a coisa que mais me deu lucro depois que eu comecei a trabalhar, casei e tudo, foi a abelha. (Júlio Paes, comunicação oral, 2021)

Em uma conversa em uma manhã ao lado da praça da Igreja de São Vitor, ele continuou a falar sobre as conexões entre a preservação da caatinga e a diversidade desta, também destacando:

a apicultura, a principal meta é preservar a natureza, o meio ambiente, nossa caatinga, que ela é a caatinga nativa, ela tem várias... a variação de árvores é grande, tem é milhares, chega a ter milhares. [...] nossa caatinga tem, só Jurema tem 5 tipo ou mais, quer dizer, 5 tipo, nós tem a Jurema Preta, Jurema Branca, Jurema de Besta, Unha de Gato que é da família, tudo... Aroeira, Angico de Bezerra, Marmeleiro, depois vem o Pasto, Bamburral, Balaio de Vei, tudo é... aí tem outros, rapaz, tem Mulatinha, tem Maria Preta, tem tanto Quebra Facão que tudo na época aflora, Cabo de Machado, Pau de Casca, se a gente for contar, um dia não dá pra dizer o tanto de espécie que tem. Essa variedade faz com que o mel agregue mais sacarose, mais... um mel mais composto, mais nutritivo. O mel do nordeste é descoberto, é constatado que é o melhor mel do planeta por causa disso, aqui no semiárido nordestino, por que é livre de agrotóxico, é livre de contaminação de indústria química, não tem lixão, não tem nada, nem a cidade não tem, só os povoadoinho que tem aqui, o resto é caatinga. Não tem tanta sujeira, poluição de jeito nenhum, as águas são boas, são limpas. (Júlio Paes, comunicação oral, 2021)

Enfatizo, primeiro, a questão de ser um território livre de agrotóxicos como algo que potencializa a apicultura, mas também outros aspectos da existência quilombola, como a própria vida. Em um final de tarde, estava passando pelo São Vitor quando encontrei com Seu Messias²⁹, com 91 anos à época, sentado à frente de sua casa. Nessa situação, tivemos uma breve conversa e ele apontou “os veneno” como causa da mortalidade precoce de muitas pessoas atualmente. Daí a importância do não uso desses venenos, como são comumente chamados pelas(os) lagoanas(os) e que já percebia há tempos no meu núcleo familiar, tanto para não prejudicar atividades econômicas, quanto para assegurar condições de saúde para uma maior longevidade. Essa fala de Júlio também dá indícios da complexidade da caatinga e faz um alerta sobre os motivos da importância da preservação desta. Ela é um dos aspectos a se ressaltar da conexão entre quilombolas e a terra, pois tal como no caso da apicultura, é a partir da ação conjunta de terra e população do quilombo que a produção de mel pelas abelhas tem condições necessárias para existência ali. E em ação conjunta destes, também se faz

²⁹ É apontado por parte da comunidade como um dos contadores da história local, principalmente nos aspectos de como foram as formas que a população dali formulou para conseguir sobreviver em fases difíceis de pobreza e seca na região.

possível a caprinocultura na região. Para explicar melhor essa afirmação, é preciso passar por uma descrição sobre a criação de bodes e cabras, principalmente, bem como de ovelhas e carneiros em Lagoas.

Essa atividade se faz presente na região desde a consolidação das primeiras fazendas. Como já informado, a pecuária é destacada como principal atividade econômica durante séculos no Piauí, porém, na região de Lagoas, a população negra passou a criar seus próprios animais a partir da ação de tirar a sorte, ainda na condição de cativos. Daí em diante estabeleceu-se uma forma de criar animais que passou a fazer parte do modo de viver lagoano.

Essa forma, assim como outras atividades como a apicultura, depende diretamente da chuva, da preservação da caatinga e de dinâmicas sociais, como a noção de terra de conjunto. Imagina-se uma família de Lagoas que possui um rebanho de bodes e cabras. Essa é a realidade de grande parte das famílias lagoanas. Mas voltando para o exemplo, essa família mora em uma casa e ao lado possui um curral. Nesse local, os animais passam a noite. Pela manhã, algum membro da família abre o curral e libera os bodes e cabras para sair e passar o dia pela terra de conjunto, para estes se alimentarem pela mata verde. Essa técnica de criação de animais permite as(aos) quilombolas aumentarem seus rebanhos principalmente por dois motivos: primeiro, por não depender de ficarem com seus animais o tempo todo nos currais, o que necessitaria de mais espaço, e segundo, pela não preocupação com a compra de ração por boa parte do ano, aliviando as despesas familiares.

Geralmente, entre o final da tarde e o início da noite, colocam os animais no curral para passar a noite e no dia seguinte segue a rotina. Importante salientar que esse processo acontece com maior destaque, aproximadamente, entre os meses de dezembro e julho, sendo que neste mês as folhas murcham e caem, inclusive facilitando a alimentação de bodes e cabras. Isso por conta de algumas semanas já de estiagem, e daí em diante, até a retomada das chuvas no final do ano, as(os) quilombolas mantêm a rotina de deixar os animais na terra de conjunto, para estes procurarem alguma planta para a alimentação, mas também produzem ração para os animais, chegando até a comprar ração para as criações.

Outra atividade que se baseia na criação de animais na terra de conjunto é o trabalho com as galinhas. Geralmente são as mulheres que mais se dedicam para esse trabalho, alimentando-as com milho ao amanhecer. Durante o dia, as galinhas ficam entre o terreiro da casa de quem as cuida, mas também circulam entre outros terreiros. Ou seja, as galinhas da

vizinhança passam o dia em diferentes locais, fazendo com que quem não conheça, não consiga identificar se determinada galinha pertence a quem. Elas, assim, passam o dia procurando lagartos e insetos, por exemplo, nesse espaço coletivo, para se alimentarem. Mas mesmo andando por alguns lugares, ao final da tarde as galinhas retornam para o quintal correto, buscando uma árvore para fazer seus poleiros e descansar durante a noite. Essa rotina se dá durante todo o ano. Além de se dedicarem ao cuidado com as galinhas, são também as mulheres as responsáveis pela comercialização dos ovos, das próprias aves e das refeições feitas com elas.

Nas últimas páginas, passamos por uma descrição de algumas atividades e interações presentes no cotidiano quilombola em Lagoas. Houve o destaque sobre o papel da chuva, a centralidade da caatinga em atividades de sobrevivência como a agricultura familiar, a apicultura e a caprinocultura. Para sintetizar alguns aspectos do que foi descrito, observa-se o quadro abaixo:

Quadro 4 - Quadro resumo de atividades ao longo do ano

	Chuva/Seca	Caatinga	Criações	Roçados	Oropa
Janeiro					Produção e venda de mel
Fevereiro					
Março					
Abril	Fim do inverno			Início da colheita na roça; ensacar para passar a seca	
Maio	Início da seca			Início do cultivo na vazante	
Junho	Começa a murchar				
Julho	Se o inverno for bom, as lagoas ficam com água até aqui	Plantas murcham e caem	Animais engordam com as plantas caídas; reta final da "ração natural"		
Agosto	Início do período que tem que comprar ração.				
Setembro				Reta final da vazante	
Outubro					
Novembro	Início do inverno / Fim da seca	Começa a enverdecer a mata		Início do cultivo nas roças	
Dezembro				Início da "ração natural"; fim da compra de ração	Primeiras tiradas de mel

Fonte: Elaboração própria em colaboração com parte da população de Lagoas

Mesmo com a noção de terra de conjunto já permeando ações coletivas entre a população local em uma terra comum, que potencializava as atividades descritas até aqui, no final do século XX um novo ingrediente foi adicionado e produz interações desde então no quilombo. Trata-se das associações. As primeiras associações criadas foram as de moradores e de pequenos produtores rurais. Estas tinham entre seus objetivos o de organizar a população local para alcançar benefícios para a comunidade, a partir de reivindicações ou pela realização de projetos. Foi pela junção destas que na década de 1990, a Associação do São Vitor conseguiu levar energia elétrica para essa comunidade. Esse povoado que já tinha sua importância entre as demais ao redor por toda a história local, passou a ter mais centralidade por conseguir fornecer serviços que boa parte do território não tinha acesso em seus povoados.

As demais comunidades foram constituindo suas próprias associações. Os projetos elaborados e executados pelas(os) associadas(os) nesse tipo de associação, em sua maioria, dizem respeito a caprinocultura, apicultura e agricultura familiar, além de outros tipos de benefícios estruturais, como de construção de cisternas e barreiros. Durante o período do trabalho de campo, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Calango estava envolvida em um projeto. Tratava-se de uma intervenção do Projeto Viva O Semiárido³⁰, em que as(os) associadas(os) estavam se dedicando principalmente a elementos da caprinocultura e apicultura. Esse projeto em específico, diz respeito as(os) associadas(os) da Lagoa do Calango.

Buscando entender como funciona essa dinâmica de projetos em associação, busquei a presidente da Associação do Calango em exercício na época, Andréia, que explicou de maneira geral do que se trata esse projeto em específico em uma conversa em frente à sua casa em um final de tarde, quase noite, horário que deu para caminhar até lá com mais tranquilidade por conta do calor que fez nesse dia.

o dinheiro que vem pras famílias que vão receber caprinos, esse primeiro é investido em melhoramento de pastagem. Aí eles fazem o melhoramento de aprisco e pastagem, e o plantio de feijão guandu, de palma e de... e leucena. Esses três plantios. Aí quando o melhoramento tá pronto, aí vai vir agora, falta receber os caprinos, que é dez cabeças de matriz e um reprodutor, aí vai vir uns motor

³⁰ O projeto Viva o Semiárido (PVSA) é um esforço do Governo do Estado do Piauí, em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), para reduzir a pobreza, aumentar a produção e melhorar o padrão de vida das populações com maior nível de carência social e econômica no meio rural do Semiárido Piauiense, por meio do incremento das atividades produtivas predominantes, da geração de renda e do fortalecimento organizacional das famílias rurais. Disponível em: <<https://vivaosemiarido.org.br/>>.

forrageiro também pra ajudar nesse período de estiagem pra fazer ração pros animais. [...] é pra melhoramento de famílias, o governo pensou assim, de melhorar a qualidade de vida das famílias. Até esse projeto ser concluído, o projeto não é nosso, nós cuida do projeto. Aí quando o projeto é concluído, aí sim o projeto é das famílias trabalharem com isso, pensando em melhorar a vida das famílias. [...] quando a família desenvolve muito, que cria bastante, aí nós vamo, assim, o projeto encomenda a vender pra uma cooperativa, que aí através dessa cooperativa, o governo vai ter o conhecimento que sim, essas famílias trabalha com isso. Com mel, com apicultura, por que se nós vender o nosso mel ou a nossa carne pra um atravessador por mais que pague mais um pouco, mas o governo não tem conhecimento, aí não tem como o governo investir nessas famílias. O certo é vender pra uma cooperativa. (Andréia Miranda, comunicação oral, 2021)

Assim, a parte destinada para a caprinocultura envolve alguns elementos, como o melhoramento da ração dos animais por meio do cultivo de palma, feijão guandu e leucena, pela máquina forrageira, que auxilia na produção de ração triturando os plantios citados anteriormente, principalmente para servir aos animais durante o período de estiagem, e a chegada de animais para que sejam tratados pelas(os) quilombolas da comunidade. Como apontado pela Andréia, é aconselhável que o grupo de associadas(os) possam trabalhar coletivamente e vender em conjunto para cooperativas. E esse aspecto também serve para a extração de mel.

Outra forma de organização coletiva que merece destaque no território Lagoa é a Cozinha Comunitária da Lagoa do Moisés. Em interlocução com Carla, em uma tarde que fui a comunidade que ela reside, ela conta um pouco sobre o surgimento desse projeto:

A cozinha comunitária... no ano de 2008, 2009, a gente começou por capacitação né. Mas isso, a gente trabalhando nas cozinhas próprias. Nessa época eu nem tava participante ainda né, no grupo. Mas aí já tinha outras pessoas da comunidade que até hoje ainda tão né, no grupo. E a rede Cáritas trazia capacitação pra dentro da comunidade, mas aí a gente não tinha um espaço. Então teve que ocupar as nossas cozinhas né. Quando a gente não tava na cozinha e que tinha pessoas a mais, a gente ocupava um espaço que era uma casa de farinha que tem na comunidade. Por causa do espaço a gente, é, se deslocava de casa pra lá. Aí então foi elaborado um projeto pro fortalecimento da Cozinha, e na elaboração desse projeto, que era pra economia solidária da Rede cáritas, aí graças a Deus a gente foi aprovado. Em 2018 a gente recebeu a vitória né, de aprovação do projeto, e foi dado o início a construção. Em 2019 a gente fez a inauguração da Cozinha e de lá pra cá a gente veve trabalhando assim na medida do possível. (Carla Pindaíba, comunicação oral, 2021)

Ou seja, em aproximadamente dez anos o projeto passou do estágio de ocupar as cozinhas das casas das participantes, para obter um espaço próprio. Ainda de acordo com o relato de Carla, na época dessa conversa eram 18 mulheres que se dedicavam à Cozinha Comunitária. Como as encomendas que chegam não ocupam todas as participantes simultaneamente, sendo adotada a estratégia de duas ou três mulheres assumirem uma

encomenda e no próximo pedido outro grupo de quilombolas fica responsável, realizando assim um movimento circular de responsabilidade pelo trabalho.

Apesar do desejo, parte dos alimentos produzidos na Cozinha não são advindos da agricultura familiar local. Mas, apesar disso, Carla destacou que uma boa parte advém do trabalho nas roças lagoanas, como é o caso da produção de sequilhos, produto foco do projeto, feito a partir da mandioca cultivada na comunidade. Além dos sequilhos, outros exemplos de produtos da Cozinha Comunitária são o pão caseiro, o beiju e a polpa de umbu. E aqui vale mencionar o umbu como um dos elementos marcantes do quilombo Lagoas.

Essa fruta é típica da região, sendo encontrada tanto nos quintais das(os) quilombolas, quanto pela caatinga. O umbuzeiro é uma árvore com uma raiz que armazena grande quantidade de água, para que possa passar o período de estiagem e continuar viva mesmo com a aparência seca e sem plantas. Quem não conhece e vê um umbuzeiro durante o período de estiagem, provavelmente achará que se trata de uma árvore morta. Mas após as primeiras chuvas ele enverdece, as flores surgem, sendo estas importantes para a alimentação das abelhas e conseqüentemente para a produção de mel na região, e dias depois os umbus aparecem, sendo um alimento para a população durante esse período e alimentando os animais, como os bodes e cabras, principalmente nos umbuzeiros pela mata em que umbus caem, facilitando a alimentação destes. Essa sobrevivência dela se dá em boa parte por conta de suas raízes serem uma espécie de grandes armazenadoras de água, possuindo algo parecido de grandes batatas que armazenam água para garantir a vida do umbuzeiro durante a estiagem. A árvore é um exemplo de resistência, e não à toa, é ela a imagem símbolo da Associação Territorial do Quilombo Lagoas.

Figura 9 - Logotipo da Associação Territorial do Quilombo Lagoas



Fonte: Internet

Desse modo, entende-se que a Cozinha Comunitária, por ter como um de seus produtos a polpa de umbu, potencializa a preservação e o recaatigamento com mudas de umbuzeiros. E esse movimento colabora em outras atividades, como destacada a situação da caprinocultura e apicultura, além da alimentação humana. Em outros termos, o projeto colabora com a manutenção de outras atividades no quilombo, e vice-versa, colaborando, assim, para a sustentação do modo de viver lagoano. E nesse sentido de importância da Cozinha Comunitária, durante o período de trabalho de campo o projeto fechou contrato com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

E voltando a um exemplo dado no tópico anterior, da situação de violência contra as mulheres e o caso das alternativas de mulheres quilombolas, vale ressaltar em que medida as mulheres lagoanas podem ser vítimas de violência para além da agressão de companheiros. Pode-se ressaltar a degradação da caatinga e o racismo ambiental como processos que constituem formas de violência contra a mulher quilombola em Lagoas, pois vai de frente com aspectos da subsistência delas. No caso das participantes da Cozinha Comunitária, por exemplo, o descaatingamento pode impactar na destruição de umbuzeiros, diminuindo a capacidade produtiva de polpa de umbu e impactando sobre a renda e capacidade de autonomia financeira delas.

Tanto no caso das Associações e da Cozinha Comunitária, além de outras formas de organização coletiva, pude perceber uma nova forma de mobilização, ainda em vias de consolidação. Se trata dos grupos no *WhatsApp*. Como já apontado, a energia elétrica por todo quilombo é um evento recente, e a *Internet* é algo que está em processo de chegada. Durante o período que fiquei no quilombo, algumas casas tinham colocado roteadores há poucos meses, e outras residências instalaram seus aparelhos nesse período. Ou seja, é um processo em trilha da consolidação do uso da *Internet* e desses grupos no *WhatsApp* como instrumentos de mobilização da comunidade, da defesa territorial e de demais direitos, como foi o caso relatado de possíveis desvios de vacinas contra a Covid-19, que foram divulgadas e denunciadas nesses grupos, além do caso observado do recebimento de cestas básicas e a demora da prefeitura de São Raimundo Nonato para liberá-las, algo também mobilizado nesses grupos. Por grande parte do território quilombola não ter acesso a sinal de telefone, o acesso ao *Wi-Fi* nas casas está se firmando como um elemento de organização coletiva do quilombo em defesa de seus direitos e de seu território.

Com as experiências descritas nas páginas anteriores, pode-se compreender esse modo de viver em conexão com a preservação da natureza. E para ficar mais concreto essa afirmação, entende-se o trabalho nos roçados, nas europas e com as criações, além de interações a partir da chuva e volume de água, como parte do modo de vida lagoano, compreendendo a preservação da natureza como a manutenção da biodiversidade da caatinga. Ou seja, essas atividades estão em uma espécie de sinergia com a caatinga, em um movimento de colaboração mútua. A terra, como já apontado, apesar de sua aparente estabilidade, apresenta-se em torno das interações componentes do modo de viver, mas também como componente das interações da preservação da biodiversidade. Conhecimentos e técnicas que embasam, por exemplo, a agricultura familiar, conectam quilombolas e terra, e a preservação da biodiversidade, da caatinga, passa por esses conhecimentos e técnicas, sendo esse processo também a expressão dessa conexão.

Santos (2019) aponta que as populações, em geral, desenvolvem suas cosmovisões a partir de suas religiosidades, sendo que essa cosmovisão constrói os modos de viver, perceber e sentir a vida. Ou seja, há uma importância na compreensão da religiosidade para a compreensão dos sentidos atribuídos à organização de determinado grupo. O autor destaca Gênesis 3:17³¹ na Bíblia, pois esse trecho dá indícios sobre a invenção do trabalho e da terra na cosmovisão eurocristã. Ele também destaca, em contraponto:

Nas religiões de matriz afro-pindorâmicas a terra, ao invés de ser amaldiçoada, é uma Deusa e as ervas não são daninhas. Como não existe o pecado, o que há é uma força vital que integra todas as coisas. As pessoas, ao invés de trabalhar, interagem com a natureza e o resultado dessa interação, por advir de relações com deusas e deuses materializados em elementos do universo, se concretizam em condições de vida. (SANTOS, 2019, p.31)

Desse modo, nas populações assentadas na religiosidade de matriz afro-pindorâmicas³², percebe-se uma cosmovisão em que as pessoas não trabalham, no sentido de castigo, com a terra, mas interagem com ela, proporcionando condições de vida a partir dessa interação. Não só com a terra, mas com a natureza. E mesmo observando que a maioria da população de Lagoas se autodenomina como católica, percebe-se orientações e influências

³¹ “E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela, maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida.” Gênesis 3:17.

³² **Santos** (2019) utiliza da expressão afro-pindorâmica ao partir do pindorama como uma expressão tupi-guarani que designa todo o território que é mais conhecido como América do Sul. Ou seja, afro-pindorama se refere a América.

religiosas para além do catolicismo clássico. Destaco dois exemplos no quilombo: as rodas de São Gonçalo e a Cova da Tia.

O primeiro, possui referências ao catolicismo. Trata-se de um evento realizado, geralmente, para o pagamento de promessas. Ou seja, realiza-se a festa para São Gonçalo quando alcançada alguma graça individual, como a cura de uma doença ou uma melhoria financeira, ou coletiva, como a chegada da chuva após um longo período de estiagem. As promessas vão em diversas direções, mas quando o pedido é realizado se comemora com uma Roda de São Gonçalo, sendo este uma figura católica. Essa comemoração é comum nas comunidades negras rurais nordestinas, sendo configuradas com a inserção de elementos e características desses locais e dessas populações. Matos (2013) define essa prática como catolicismo popular, por apresentar elementos da religião católica, mas reinventados a partir das características e traços culturais dessa população. As Rodas são, geralmente, dançadas por um grupo de pessoas e cantadas por outras, havendo grupos que se destacam como profissionais dessas práticas no quilombo.

Figura 10 - Roda de São Gonçalo



Fonte: Acervo pessoal

Em meados de setembro de 2021 foi realizado um evento na Lagoa da Firmeza, chamado de Ônibus Lilás e executado pelo governo do estado. Nele, houve atendimento para a comunidade como a confecção de documentos, atendimento psicológico e assessoramento jurídico para mulheres, além da realização de palestras. Para marcar a abertura do evento, foi realizada uma Roda de Gonçalo, como se pode ver nas imagens acima. Percebe-se a participação de pessoas negras e não-negras, observação que vai ao encontro do que parte da literatura do século passado caracterizava a Palmares como lugar de ação predominante da

população negra, mas também de pessoas brancas empobrecidas, marginalizadas (CARNEIRO, 2011 [1947]; MOURA, 1993; FREITAS, 1978).

Já o segundo exemplo, refere-se a um aspecto religioso construído a partir do caso de uma mulher negra escravizada. Algumas versões são contadas sobre a origem da Tia, mas de forma geral, de acordo com os relatos locais, trata-se de uma mulher negra escravizada que saiu para buscar lenha na caatinga e possivelmente se perdeu. Após alguns dias, um homem encontrou o corpo dessa mulher, possivelmente morta de sede, e em um ato de solidariedade fez uma cova e sepultou-a. Esse homem sofria de uma doença e, momentos após sepultar essa mulher, sentiu melhoras e chegou à cura de sua enfermidade. A partir daí, são realizadas promessas e pedidos para essa mulher, e ao serem atendidas, as pessoas realizam ações diversas, como reparos na cova, dançam uma Roda de Gonçalo no local, rezas, entre outras. Por não se ter conhecimento de quem foi essa mulher, mas mesmo assim haver uma proximidade familiar com ela, a chamam de Tia. A Cova da Tia se situa no extremo oeste do território Lagoas e recebe todos os anos devotos do quilombo, de municípios vizinhos e até de outros estados. Uma característica importante sobre esse local é que a Cova está situada em um morro, em que ninguém pode ser sepultado, além da própria Tia e os anjinhos, que seriam crianças. Adultos que antes de falecer deixaram o recado para serem enterrados nesse morro sagrado, tiveram seus pedidos impedidos, pois após algumas pás de terra, deparava-se com pedras e não sendo possível enterrar adultos. Adiante trataremos sobre os sentidos desse morro para além das(os) quilombolas e devotas(os) da Tia.

Voltando a contribuição de **Nego Bispo** (SANTOS, 2019) sobre o papel da religiosidade na constituição da cosmovisão de povos, e a cosmovisão como formadora do modo de viver, é possível realizar algumas reflexões acerca desses exemplos destacados acima. Há uma materialidade entre o sagrado e a vida cotidiana, como no caso da Cova da Tia. Primeiro, trata-se de uma mulher negra com um passado comum com os ancestrais do quilombo. Ou seja, a Tia, muito provavelmente, possui uma trajetória de vida similar ao de tantas(os) outras(os) ancestrais da população de Lagoas, naquela mesma região. Há, então, uma proximidade que justifica chamá-la por Tia. Segundo, a Cova situa-se em terra de conjunto. A preservação física e religiosa, duas coisas que fazem parte de uma só, passa por essa configuração territorial lagoana, por se tratar de um espaço comum de devoção. O sagrado que essa terra guarda não é propriedade. Ao passo que a terra é de conjunto, é comum, as graças e os pagamentos de promessas são comuns. São traçadas relações de

sagrado com e na terra que vão para além da noção de propriedade. Voltando a Latour (2019), seria impossível compreender as relações que constituem a terra no sagrado, partindo de um entendimento da terra como uma propriedade demarcada e registrada em cartório, ou seja, no léxico do Estado. Outro exemplo disso, para além do sagrado estimulado pela Tia e as interações que passam por ela, é admitido, a partir de algumas falas recorrentes que vão em uma direção próxima, ao se tratar de que para trabalhar na terra, ali, é preciso ter fé. Em um determinado momento, Josefa³³ – irmã de meu avô paterno, Antônio – que trabalhou a vida toda na roça, me disse que “tudo que se faz na terra é movido pela fé”, e explicou a fé como uma esperança de que a chuva vai chegar no momento certo, na quantidade adequada, de que não haverá situações ambientais adversas para a realização das atividades que envolvam a lida com a terra. Ou seja, a religiosidade se materializa em situações de fé que envolvam a realidade prática quilombola com recursos naturais comuns.

Com a descrição de aspectos da vida lagoana, pode-se perceber que o modo de viver no quilombo não é algo estabilizado, ou seja, um bloco de conhecimentos passados de geração em geração, mas um conjunto de interações, produtoras desse modo de viver, que passam por esses conhecimentos, mas que abarcam também a diversidade da caatinga, da chuva, da terra, as relações que dão sentido a estas. Desse modo, entende-se que há conhecimentos, técnicas e códigos que estão circulando entre esses aspectos, constituindo o modo de viver.

Para compreender isso, podemos voltar ao caso da preservação da biodiversidade, em especial da caatinga. Se olharmos pela ótica de um empreendimento desenvolvimentista, como um projeto de exploração mineral, esse território de caatinga é um vazio. Diante dessa situação, as(os) quilombolas são compreendidas(os) como obstáculos para o progresso. Em uma outra ótica, de militantes pela preservação do meio ambiente, a caatinga tem um valor de cooperação para a contenção de efeitos climáticos, por exemplo. Daí, compreendem as(os) lagoanas(os) como protetoras(es) do bioma. Os dois exemplos falam a partir de dois lugares, a partir de dois modos de existência: o do capitalismo e do movimento social ambientalista. O objetivo, a partir de uma perspectiva de que são múltiplos os modos de existência, é destacar o modo de viver lagoano. Essas pessoas podem proteger a caatinga, mas sua identidade não termina por aí. E a proteção pode ir para além das motivações destacadas pelos

³³ Nasceu em 1966 na comunidade Salão. Desde os onze anos de idade se dedica ao trabalho na roça, trabalho que executa até hoje, também dedicando parte de seu tempo à costura.

ambientalistas. Do mesmo modo que o quilombo pode apresentar soluções econômicas em alternativa ao capitalismo exploratório de recursos naturais.

Nota-se as múltiplas direções que a caatinga tem em relação a população quilombola. O bioma atravessa a terra de conjunto, ou seja, é o componente natural que acompanha a formação do território quilombola. É a partir dessa caatinga em terra de conjunto, ou seja, de um bioma em uso coletivo, que se confere alimentação para as criações, que se propicia a existência de abelhas e a consequente extração de mel, que se tira madeira para cercar roças, que se tira plantas e cascas de árvores para a confecção de remédios, que se tira frutos para alimento próprio. Todos esses são aspectos da vida cotidiana lagoana. Para a realização dessas atividades é necessária a existência da caatinga preservada. Ou seja, para além de um dever moral de preservação ambiental, essa ação se dá para a manutenção das condições de sobrevivência nessa região. Isso não quer dizer que não haja um sentimento de que se deva preservar a biodiversidade para colaborar com o planeta, pelo contrário, a situação vai ao encontro de um modo de existência outro, de um modo de viver lagoano, em que a manutenção das condições para a sobrevivência está presente nas ações rotineiras.

O léxico ambientalista, do exemplo citado anteriormente, poderia estar na direção de modificar o modo como a sociedade está agindo, pois, este modo nos leva para uma situação ambiental, climática e social irreversível. O léxico quilombola não trata de uma mudança, pois já parte de um outro momento em que a preservação da biodiversidade já está presente no modo de viver. Assim, esse lócus quilombola também se contrapõe ao modo do outro exemplo, do empreendimento de exploração mineral. Enquanto este percebe um vazio, o quilombo percebe um espaço gerador de conexões, como para a caatinga fornecer alimentação para as criações, possibilitar a apicultura, por exemplo. Esse vazio, é uma tentativa de esvaziar o sentido de um lugar.

O importante nesse momento é a percepção de um outro modo de existência. Não se trata de uma população que deve mudar seu cotidiano para ajudar a evitar um colapso ambiental, mas uma comunidade que já está em uma situação de preservar para sobreviver. A mata fornece a alimentação para as criações durante um período do ano, possibilitando a não compra de ração, economizando recursos financeiros da comunidade. Em junção com a noção de terra de conjunto, há a possibilidade de expandir os rebanhos. Ela também fornece as condições para uma apicultura destacada pela excelência na qualidade do mel durante alguns meses. Pela qualidade do mel, essa atividade pode ser uma boa geradora de renda. Pela

manutenção da caatinga, também pode-se conseguir madeiras adequadas para a construção de casas, outras menores para cercar roças, auxiliando na agricultura familiar. Com essas atividades como exemplo, percebe a necessidade de viver em biointeração com a caatinga para a garantia da sobrevivência lagoana. Essa biointeração é constituída por ações e interações formadoras do modo de viver.

E com essa visualização a partir do caso da caatinga, pode-se entrar com mais tranquilidade no caso da terra. Voltando aos exemplos das óticas de um empreendimento de exploração mineral e de um movimento ambientalista, a terra também está no lugar de outro sentido no modo de viver lagoano. Para uma mineradora, por exemplo, a terra do quilombo pode ser observada como algo a se passar para alcançar o que se deseja. Ou seja, um recurso a ser transformado para explorar outro recurso. Após o fim do empreendimento, essa empresa se desloca para outra região, em busca de potencializar seu lucro. Diferencia-se do modo de viver quilombola. A terra para essa população, essencialmente, é o lugar de morada mais que centenária. É organizada como terra de conjunto, de forma que essa organização possibilita, como já afirmado, a potencialização de atividades que criam as condições de existência das(os) quilombolas nesse lugar.

A terra por si só é necessária para a existência das pessoas, mas ela cria condições específicas de sobrevivência no semiárido nordestino a partir da organização desta. E aqui vai para além de uma organização territorial ao olhar do Estado. A terra de conjunto é caracterizada por, na vida cotidiana, ser um espaço de circulação de quilombolas, suas criações, outros animais, sem a necessidade de pedir autorização para passar por um determinado espaço. Apesar de haver o nome de pessoas como donas de faixas de terra, a organização quilombola a partir das necessidades práticas do dia a dia, em junção com a ancestralidade, dão outro sentido para a terra. A delimitação de donos que o Estado tem acesso não diz muita coisa sobre o bode de uma determinada pessoa que se alimenta no que seria a propriedade de outra. Ou então uma pessoa pegando umbu no que seria a terra da outra. Imagine se faz sentido ou não pensar em invasão de propriedade em um caso como esse em Lagoas.

Esse modo de viver, transpassado pela biointeração, nos apresenta um outro modo de perceber a conexão entre as pessoas e os bens naturais. Para além de uma percepção de explorar recursos naturais, típica do capitalismo neoliberal, que faz emergir alternativas para escaparmos do colapso, tem-se um modo de viver assentado na biointeração, ou até mesmo

em uma espécie de noção de biointegração. Fica a reflexão se esse modo tem conexões com a noção de Bem Viver. Esse conceito parte de uma postura biocêntrica, ou seja, admite-se o valor ontológico de todos os ecossistemas, mesmo quando estes não tenham uma utilidade aparente às pessoas.

Alberto Acosta apresenta essa noção como uma oportunidade de construir coletivamente novas formas de vida, admitindo que:

o Bem Viver deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas. [...] O Bem Viver, enquanto soma de práticas de resistência ao colonialismo e às suas sequelas, é ainda um modo de vida em várias comunidades indígenas que não foram totalmente absorvidas pela Modernidade capitalista ou que resolveram manter-se à margem dela. (ACOSTA, 2011, p.70).

Nesse ponto, Lagoas apresenta experiências que vão ao encontro dessas alternativas não absorvidas totalmente pela Modernidade capitalista, nos termos do autor. A partir da descrição do modo de viver lagoano é possível apreender aspectos que se aproximem dessa noção. A própria prática da terra de conjunto, as atividades potencializadas nesse espaço, as atividades econômicas realizadas a partir desse local de caatinga viva, são pistas biointerativas desse modo de vida alternativa ao capitalismo neoliberal. E um outro aspecto, voltado para as parcerias do quilombo, dá suporte nessa aproximação entre Lagoas e o conceito político de Bem Viver. Trata-se da busca, por parte da Associação Territorial do Quilombo Lagoas, ao Colegiado de Antropologia da Univasf, para buscar apoio em uma demanda – a oposição ao projeto de exploração de minério de ferro na região. O quilombo buscou a parceria por decidir se manter à margem desse projeto de Modernidade capitalista materializada na mineração e perceber em parte de uma universidade pública, possíveis parceiros, desde que estes assumam esse papel de resistência às práticas neoliberais.

Entendendo as experiências e cosmovisões lagoanas em direção a noção de Bem Viver, percebe-se Lagoas, representando a categoria quilombo, como além de contraponto ao capitalismo e ao desenvolvimento modernizante, mas também fazendo parte de um processo em que se sustenta a noção de continuidade histórica, ou seja, de continuar existindo. E nesse sentido, aproxima-se também da noção de modo de existência, pelo modo de expressar as formas de subsistência, e de biointeração, por visar na sobrevivência em harmonia com a biodiversidade. Para Acosta (2011), é preciso construir uma economia que ao se encontrar com a natureza, atenda às necessidades da sociedade, e não as necessidades do capital. Lagoas há décadas se encontra com a natureza para atender as necessidades das(os) quilombolas. E

daí a cosmovisão lagoana. Aqui, se trata a terra a partir desse encontro com a natureza e das demandas das(os) quilombolas para existir, ou seja, da criação de condições para viver a partir da caatinga. O tipo de economia proposto por Acosta é experimentado em Lagoas. E isso vai ao encontro de um relato quilombola: “Viver, não é querer viver, é saber viver” (Josefa dos Santos, comunicação oral, 2021).

Desse modo, entende-se que o modo de viver em Lagoas tem a ver com os conhecimentos para viver, mais do que a vontade de estar vivo. Assim, se o modo de viver lagoano se aproxima da noção de Bem Viver é mais por conta do aprendizado em torno da existência em uma região com desafios, como o baixo volume de chuvas e escassez de água, do que por querer estar vivo, pois se o desejo fosse apenas este, a solução era todo o quilombo se mudar para outros lugares com mais facilidade de acesso à água, por exemplo. Ou seja, aproxima-se de Bem Viver pois trama interações submetidas a ecologia em direção da continuidade histórica dessa população em um território com marcas ancestrais. Sem essas interações, ou biointerações, viver na região poderia ser algo a ser colapsado em tempos.

As relações entre quilombolas e a terra passam por alguns aspectos: como a carga ancestral, carregada pela aquisição de terras pelos ascendentes e a constituição da terra de conjunto, como também pelas atividades cotidianas que compõem o modo de viver, sendo ambos tipos de relações processos de identidade desse grupo e do território. E caso se questione sobre as mudanças e transformações ao longo da história do quilombo, muda algo nessa percepção? Perceba, mesmo com as mudanças na agricultura, como a inserção de máquinas, e com a diminuição no tempo e esforço despendido para essa atividade, é preciso entender as necessidades e outras formas de trabalho. Primeiro, nas últimas duas décadas houve um acréscimo de pequenos comércios no quilombo, diminuindo a distância de alimentos, como arroz, para o prato das famílias lagoanas. Ou seja, uma necessidade, a de alimentação, passou a ser suprida também pela proximidade de pequenos comércios. Assim, a roça não é mais a única alternativa. Mas mesmo com esse fator, e com máquinas, as técnicas manuais permanecem e a atividade nas roças também, pois como Seu Cláudio afirmou uma vez em uma conversa: “plantar para comer também é ganhar dinheiro”. E, além disso, outras atividades começam a aparecer como mais adequadas para suprir determinada carência da comunidade, como é o caso da apicultura que promove a geração de renda para uma população empobrecida.

Assim, o processo de territorialidade, tal como definido no capítulo anterior, em Lagoas passa por essas dinâmicas sociais entre pessoas e não-pessoas, entre quilombolas, terra, animais, água e caatinga. A identidade étnica desse grupo, centrada em certa medida no modo de viver descrito, é um dos elementos para além do espaço físico que constrói o território quilombola Lagoas.

2.3. A terra é comum ou é tornada comum?

Essa discussão acerca do modo de viver em Lagoas e a noção de Bem Viver, remonta ao debate sobre a terra quilombola. Ou seja, a terra é um elemento fundamental para que sejam apreendidas dinâmicas e interações no quilombo. Mas ao mesmo tempo, apontar a terra de uma forma crua pode essencializar a reflexão. Em outros termos, as conexões entre quilombolas e a terra devem ir para além da descrição destas, indo ao encontro do produto das conexões sobre o sentido da terra as(aos) lagoanas(os).

É recorrente ouvirmos sobre a característica dos quilombos de propriedade coletiva, ou de uso coletivo do solo, ou expressões que denotam o aspecto contrário a noção de propriedade privada. Mas percebe-se a necessidade de descrever o sentido da terra para as(os) quilombolas, para que esses termos não caiam em um espaço de contraposição genérica ao capitalismo. Dito isso, pretendo aprofundar a compreensão acerca da definição de terra de conjunto, apresentada durante os relatos, dialogando com a noção de comum (DARDOT; LAVAL, 2017).

Primeiro, com base nas reflexões dos autores, há de se pensar em críticas à noção de propriedade. Segundo eles, a lógica de propriedade é uma forma de se apropriar daquilo que era público. No caso da terra, pode-se pensar que aquela terra que era pública, é apropriada ao benefício exclusivo de determinadas pessoas por conta da lógica da propriedade. E chega-se a essa conclusão pela compreensão de que a percepção de que a humanidade caminha para um destino comum ainda não se impôs, impossibilitando a cooperação em torno do comum, e se afastando da lógica da propriedade. Uma suposta noção de liberdade pode legitimar que pessoas usem indiscriminadamente recursos como a terra, em contradição com a noção de comum. E esperar que o Estado nacional proteja as populações das degradações econômicas e climáticas é algo ilusório nessa perspectiva, pois este é dominado por grupos com poderes e privilégios, os mesmos que impossibilitam a percepção de um destino comum, por seus aparatos de dominação. Assim, a propriedade pública, pertencente ao Estado, “deixou de se

mostrar como uma proteção do comum e passou a ser uma forma ‘coletiva’ de propriedade privada reservada à classe dominante, que podia dispor dela como bem entendesse e espoliar a população conforme seus desejos e interesses” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 15). Esse aspecto de como a propriedade pública se torna uma espécie de propriedade privada da classe dominante será melhor desenvolvido no capítulo seguinte, a partir do caso da mineração no quilombo Lagoas. Por enquanto, o importante é ter em mente essa crítica à noção de propriedade como protetora do comum, ou como sendo o próprio comum.

Assim, o que deveria representar uma espécie de coletivização da propriedade, não o faz. E segundo os Dardot e Laval (2017), não o faz também por se tratar de propriedade. Se se pretende pensar a partir da categoria comum, é preciso ultrapassar a noção de propriedade, independente de seus adjetivos. Nesse sentido, pode-se lembrar como exemplo, a discussão que **Silva** (2019) realiza ao contrapor os grupos da propriedade privada e do uso comum da terra nas disputas políticas sobre o Artigo 68 da CF.

Desse modo, se parte do pressuposto de que “o comum, no princípio daquilo que nos faz viver juntos, é o inapropriável como tal. Daí a tese que defenderemos aqui: se o comum tiver de ser instituído, ele só poderá sê-lo como inapropriável – em hipótese alguma como objeto de um direito de propriedade.” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 245). Assim, o comum é algo que não pode ser apropriado. E pensando no caso de Lagoas, se há conexões entre a terra e essa noção de comum, há de se pensar para além da noção de propriedade, enfatizando o uso e os sentidos da terra para essa população. Ou seja, em proximidade com Godoi (2014), a análise da terra do quilombo parte sobre os processos, as interações.

Assim, estamos partindo do pressuposto de que na vida prática lagoana, a terra não exerce o papel de propriedade. Há usos e sentidos apreendidos no modo de viver quilombola. De acordo com os autores, apenas a atividade prática das pessoas tem a capacidade de tornar as coisas comuns, e em uma investigação sobre o comum é preciso localizar essas atividades geradoras do comum. Em um momento de diálogo, Josefa apontou que “a terra é a nossa estrutura”, fazendo perceber a centralidade da terra na compreensão do quilombo, e mais do que isso, se a terra é tornada comum, a estrutura de Lagoas é tornada comum. No caso de Lagoas, parte-se da terra de conjunto como locus produtor de relações sociais. Mas do mesmo modo que pensar a terra e o comum não se parte de percepções naturalmente estabilizadas, a noção de terra de conjunto também foi sendo construída a partir de interações entre quilombolas e biointerações.

Como já apontado, a territorialidade em Lagoas é perpassada pelas relações familiares. De forma mais específica, há eventos e situações, presentes no modo de viver, que articulam a maneira como a terra ganha sentido a partir das interações familiares. Por exemplo, no território Lagoas é comum a presença de pequenos cemitérios ao longo dos povoados. Isso se deve, em grande medida, ao desejo manifesto das pessoas de serem sepultadas em sua terra. Isso nos permite perceber a presença de pequenos cemitérios, que, na maioria das vezes, são compostos por familiares já falecidos das pessoas que moram naquele povoado. Lembrando que essa terra está registrada no nome de um ancestral da família, sendo sepultados nesta terra os familiares descendentes deste. E além da existência do cemitério em si, o falecimento promove rituais que acrescentam significado na relação entre quilombolas e a terra, como é o caso da visita³⁴, em que pessoas, desse povoado e também de outros, se direcionam a um determinado lugar marcado pela ancestralidade, pela lembrança familiar intrínseca àquele território.

Outro exemplo de relações familiares que atravessam a territorialidade quilombola é o caso dos casamentos. Geralmente, essa celebração é realizada nas terras da família da noiva, sendo que essas terras são habitualmente associadas à figura do patriarca. Em outros momentos, em viagens anteriores ao trabalho de campo, pude ir a festas de casamentos no quilombo, em que essa dinâmica do evento ser realizado nas terras da família da noiva se fez presente, e durante o período de pesquisa, também participei de momentos fúnebres em que o sepultamento se deu nas terras da família da pessoa falecida.

Dardot e Laval (2017) apontam que para construir o comum é preciso de um sistema particular de regras coletivas. Esse sistema aponta os limites do grupo e os procedimentos que elaboram e modificam as regras desse grupo. Desse modo, entende-se as relações familiares como componente desse sistema de regras coletivas. Elas são como uma base de sustentação para as demais relações na e com a terra em direção do comum, como a constituição da terra de conjunto. Assim, percebe-se que “para a comunidade, essa terra representa a memória de seus antepassados e a cultura resistente às formas de repressão.” (SILVA, 2018, p. 47).

Nesse sentido, pode-se destacar as atividades apontadas no tópico anterior como um bloco de atividades componentes desse sistema de regras coletivas. Em outros termos, atividades como a criação de bodes, o trabalho nas roças e as europas também estabelecem procedimentos de elaboração e modificação dessas regras coletivas. Desse modo, é preciso

³⁴ A visita acontece na mesma ocasião da missa de sétimo dia para lembrar a memória da pessoa falecida.

compreender aquelas atividades como produtoras do comum, sendo a terra o elemento central para essa composição. Assim, se evita uma posição essencialista de compreensão da terra do quilombo como comum por existir quilombolas sobre ela, indo em direção do entendimento da terra do quilombo ser tornada comum a partir das práticas de existência quilombola.

No caso das europas, a produção de mel orgânico se torna viável e alternativa para a geração de renda na comunidade, a partir da preservação da biodiversidade presente na terra de conjunto. Assim, não é possível pensar em uma lógica baseada em uma pessoa que possui suas abelhas, sendo que essas coletam néctar em suas flores. Os seres vivos presentes nesse movimento de produção do mel não são propriedades. Ou seja, o território é tornado comum, também, a partir da apicultura local. Tornar comum é a técnica capaz de potencializar a produção desse alimento. Mas, importante ressaltar, dentro do território Lagoas, assim como em outros quilombos, que não há uma concordância natural entre todas as pessoas. No capítulo seguinte trataremos de casos em que algumas pessoas, tomadas pela lógica de propriedade, tomam atitudes controversas ao olhar da maioria lagoana. Essas atitudes, podem, segundo o quilombo, desarticular em certa medida a apicultura, por exemplo, como o caso de pessoas que vendem suas terras para empresas. Mas isso é conversa para logo mais.

Outro exemplo é o caso das criações de bode, cabra, ovelha, etc. Como já descrito, essa atividade tem a quantidade de criações nos rebanhos potencializada por técnicas de uso da terra de conjunto. Em outros termos, ao soltar os animais dos currais, estes circulam pela caatinga, se alimentando de plantas. Isso economiza recursos financeiros das(os) quilombolas, por não ser preciso dedicar parte do orçamento durante meses à compra de ração. E, novamente, não faz sentido pensar em uma lógica de uma pessoa ter seus animais e estes ficarem na delimitação de sua propriedade reconhecida em cartório. O modo de existência lagoano não está intrínseco a essa linguagem. Mais uma vez, tornar a terra como algo comum é um fator potencializador para a caprinocultura. As interações entre a noção de terra de conjunto, as(os) quilombolas, os animais e os recursos naturais estão estabelecendo regras de convivência que conservam a vida e existência das(os) moradoras(es) do quilombo no território.

Outro caso é da agricultura familiar. O trabalho na roça é um pouco diferente, mas a coletividade se faz presente nas práticas. E ela demonstra um pouco de diferença devido ao fato da roça estar assentada em um lugar, sendo este lugar situado sobre as terras registradas no nome de um ancestral. Mas, como se trata de uma espécie de herança ancestral, a terra é

cultivada por familiares desse ascendente. Apesar de estar sobre o que seria a propriedade de uma pessoa, todo um núcleo familiar se beneficia do cultivo, das roças. Dessa forma, a terra de conjunto reaparece, sendo novamente tornada comum para que as técnicas de agricultura sejam aplicadas nessa terra tornada coletiva. Ao se referir sobre a terra do quilombo, Andréia destaca a importância da adaptação, ou seja, dos conhecimentos e técnicas para que se possa interagir com a terra de modo a garantir condições de existência:

a nossa terra é preparada, nós só temos que se adaptar e aprender a trabalhar nela. Por que a nossa terra já é adubada, se essa terra, se ela tiver uma molhação, você pode plantar, o que você plantar ela vai dar, ela vai produzir. Nós temos uma terra produtiva, agora falta... por que nós temos que aprender a se adaptar por aqui tem umas épocas que chove e outras que não chove, uns períodos de estiagem. (Andréia Miranda, comunicação oral, 2021)

Além disso, vale ressaltar o trabalho em grupo desde a derrubada da roça. Pessoas auxiliam, por exemplo, na limpeza do espaço para a formação de um roçado. E vai além. Há o exemplo das farinhaças, como ponto importante, e talvez o auge, do trabalho na roça. Elas se dão a partir do cultivo da mandioca. No dia da colheita, organizam-se pessoas da comunidade para executar algumas atividades, como arrancar as raízes de mandioca, o transporte destas e as atividades na casa de farinha, como a lida no forno. **Santos** (2019) aponta a casa de farinha como uma estrutura orgânico social, remontando as interações realizadas nesta a noção de biointeração.

Figura 11 - Casa de farinha



Fonte: Acervo pessoal

E esse trabalho em conjunto perpassa outras etapas e outras esferas da vida lagoana. Isso quer dizer que esse trabalho coletivo perpassa o modo de viver em Lagoas, gerando benefícios práticos para a existência quilombola. A organização de associações, a realização de projetos, a constituição e trabalho na Cozinha Comunitária, são alguns exemplos práticos disso. Destaca-se também a cooperação em eventos, como casamentos, em que geralmente alguns homens ajudam na lida com os animais a serem servidos no jantar, e algumas mulheres colaboram no preparo e no servimento da refeição. Destaco a justificativa de Carla sobre essa questão do trabalho em conjunto na comunidade:

O que eu mais gosto? Eu gosto muito assim de, de viver em conjunto né. De trabalhar em conjunto, porque essa é uma coisa muito ótima pra melhorar né, na comunidade. Porque nem sempre a gente tem a condição financeira de tá pagando, quando a gente vai fazer nossos trabalhos. E aí a coletividade ajuda muito. (Carla Pindaíba, comunicação oral, 2021)

O trabalho coletivo se mostra como uma das técnicas para a superação de limites que a condição financeira empobrecida poderia impor. Essa forma de trabalho, que compõe o modo de viver, também é atravessada pelas relações familiares, ao passo que as pessoas da família extensa são geralmente as componentes do trabalho colaborativo.

Esse modo de viver dialoga com o uso de recursos comuns. Ou seja, a água, a terra e a caatinga, por exemplo, são recursos comuns usados em atividades e interações constituintes do modo de viver lagoano. Mas poder-se-ia argumentar que esses são recursos explorados por muitos não-quilombolas em suas existências. Acontece que esses recursos são usados de maneira a levar em consideração a duração destes para a garantia de sobrevivência no futuro. Nos termos de Acosta (2011), prioriza-se as necessidades de subsistência do que as necessidades do mercado. Essa última precisa da exploração escalonada para a manutenção do capitalismo. Ou seja, para atender as necessidades do capitalismo neoliberal é preciso explorar os recursos comuns indiscriminadamente. Já a população de Lagoas é mais do que centenária morando ali, e se relaciona com os recursos comuns de uma forma a usar e preservar para que estes durem. Ou seja, há um sistema de regras coletivas que faz durar estes recursos, pois eles estruturam o modo de viver no quilombo. Assim, a existência lagoana propõe um modo alternativo de interagir com a terra, por exemplo, não um modo exploratório para expansão, mas sim de uso para sobrevivência.

A terra do quilombo qualifica limites a atividades quilombolas. E aqui, entende-se limites não como o encerramento de algo, mas como um espaço de fronteira, de criação de

conhecimentos a partir das experiências e cosmovisões lagoanas (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016). Por exemplo, a terra possui pouca profundidade no morro da Cova da Tia impõe um limite sobre a escavação manual. Só se vai até determinado ponto, mas isso não conclui as interações, pelo contrário, esse fato potencializa religiosidades, como pelo fato de o morro ser santo e ninguém poder ser sepultado ali além da Tia e os anjinhos (crianças), aumentando a carga simbólica do morro e da Tia para a comunidade. Ou seja, um limite físico da terra abre brecha para a constituição de cosmovisões quilombolas.

Desse modo, de que maneira a terra é importante para as(os) lagoanas(os)? Diante da descrição apresentada nas páginas anteriores, pode-se inferir que a terra é importante por proporcionar condições para a realização de atividades componentes do modo de viver quilombola. Além disso, essas atividades que compõem o modo de viver, as interações imbricadas nessa rede, dão sentido e importância à terra para essa população. Em outros termos, a terra é tornada importante a partir das situações e experiências formadoras do quilombo e modo de viver em Lagoas.

Foi a partir da aquisição de terra por parte das famílias negras rurais que se deu a emancipação dessas pessoas. Ou seja, as relações com a terra criaram condições para que a população negra lagoana pudesse sair da condição de cativo. Mas aí alguém poderia questionar: se a terra do quilombo é inapropriável, como explicar o fato dela ter sido adquirida pela compra, como propriedade? Ora, se estamos tentando criar um rastro de compreensão de que a terra foi tornada comum pelas(os) quilombolas, parte-se do pressuposto de que ela não tinha esse valor político. Importante se lembrar de que ali havia fazendas escravistas, que após o fim do regime continuaram sendo fazendas em que as populações negras trabalhavam como cativas. Para mudar o sentido da terra, nesse caso, haveria de se ter um momento ou situação de transição, passando pelo léxico capitalista da aquisição de propriedade, para que se pudesse criar condições de sobrevivência dessas pessoas, ou seja, um modo de viver em que a terra tornada comum potencializaria estas condições. A partir daí, a terra, como algo comum, torna-se inapropriável no modo de viver lagoano.

Assim, o modo de existência quilombola denota sentido a terra como algo tornado comum, ou seja, esse processo político-existencial passa pelo *ser* quilombola. E *ser* aqui como verbo. Na Constituição Federal, pode-se interpretar como sendo quilombola aquelas

pessoas remanescentes de comunidades dos quilombos que estão ocupando suas terras³⁵. Há dois pontos fundamentais aí: a noção de remanescente e estar ocupando a terra. Primeiro, ao tratar do termo remanescente, percebe-se uma inclinação ao entendimento de se tratar de quilombo como algo do passado, em que se tem agora apenas pessoas descendentes de quilombolas. E sobre esse ponto, mais do que a literatura e a interpretação da Constituição, deve-se voltar aos relatos quilombolas. Estes podem fornecer argumentos no sentido de como esse significado de remanescente, considerando o quilombo como algo finalizado, pode gerar dificuldades no reconhecimento da comunidade como quilombola, como relatado:

Até os colégios **não tinha conhecimento** de ser quilombola. A pouco tempo pra cá que muitas pessoas tão, é... que muita gente **se rejeitava** sabe, pensava que ser quilombola era ser pessoas negras, entendeu, e tem muito racismo. Aí as pessoas pensavam que era isso, mas eu acho que não, que ser quilombola é **você morar no território** que tem umas pessoas descendentes de quilombo, entendeu. Então você mora no quilombo, você é quilombola, **independente de sua raça**, cor, entendeu. Então eu me considero quilombola por que eu moro em um território quilombola. (Andréia Miranda, comunicação oral, 2021, grifo nosso)

Entre alguns pontos de reflexão a partir dessa fala, pode-se começar pela percepção de que nem nas escolas havia, anos atrás, o conhecimento de ser quilombola, ou mesmo da existência do termo quilombo. Algo confirmado por diversas pessoas – como a própria Andréia e Francisco³⁶, o primeiro presidente da associação presidida por ela em 2021 – afirmando que foi a partir da virada para os anos 2000 que a expressão começou a fazer parte do cotidiano na comunidade. Ainda de acordo com o relato de Andréia, pessoas tinham um certo receio em se reconhecer como quilombola por conta do racismo, pois há a associação entre quilombo e pessoas negras, e pessoas negras sofrem racismo, não sendo algo que a comunidade quer sofrer. Mas, como veremos em outros relatos, é a partir do reconhecimento e organização como quilombolas que se instrumentaliza o antirracismo. E sobre o tema da organização, Francisco aponta que “de 95 pra cá toda a história de nossa comunidade começou a mudar, e não foi por outra coisa. Foi por organização, conversa entre as pessoas” (Francisco Rodrigues, comunicação oral, 2021). Ou seja, percebe-se uma chave entre a organização coletiva, o reconhecimento como quilombola e as reivindicações.

Outro ponto é morar no território como uma das condições para ser quilombola, indo ao encontro da interpretação do texto constitucional, mas acrescentando outras dinâmicas,

³⁵ “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

³⁶ Foi o primeiro presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Calango, cargo que ocupou de 1995 a 2003.

como a composição racial do quilombo. Assim como boa parte da literatura sobre as comunidades quilombolas desde as primeiras décadas do século XX, há o entendimento de que o quilombo é um lugar de maioria negra, mas que também abriga pessoas não-negras marginalizadas, empobrecidas, etc. Nesse sentido, Carla aponta que para além de morar no quilombo, é preciso se reconhecer para ser quilombola:

Ser quilombola é você se autenticar né, se identificar como quilombola. Por que às vezes a gente ainda vê muitas pessoas que veve dentro do território, veve no quilombo e não se identifica né. Aí é a coisa mais importante é você se identificar, do que adianta você morar num quilombo e não querer ser quilombola? (Carla Pindaíba, comunicação oral, 2021).

Desse modo, além da noção de morar no território, ela destaca o auto reconhecimento. Vale ressaltar que esse processo de se reconhecer como quilombola em Lagoas passa por uma caminhada identitária, ou seja, pela percepção de que a pessoa tem um modo de viver em comum com a comunidade, constituindo uma identidade coletiva. Essa percepção vai para além do que está expresso na CF, sendo que esta admite como condição apenas morar no território. Aqui, é preciso se reconhecer como quilombola, sendo esse reconhecimento atravessado pelo modo de viver lagoano que compõe a identidade do quilombo. E outro tópico fundamental no entendimento do que é ser quilombola vem por meio de casos históricos, como a importância política do Quilombo de Palmares e de Zumbi. Em outras palavras, há a dimensão de morar no território, de se reconhecer como quilombola e de ter em mente os posicionamentos políticos que ser quilombola envolve. É possível perceber isso em partes do relato de Seu Cláudio:

ser quilombola é ser, vamo dizer assim, uma pessoa defensora de si e dos mais frágil. Por que o quilombola naquela época, o quilombo naquela época foi criado exatamente pela aquelas pessoas mais corajoso, que era aqueles negro que se cansava da escravidão e fugia, ia se esconder num centro de mata desses pra lá, como foi a questão de Zumbi dos Palmares. Zumbi fugiu, que ele era brigador, corajoso, achou o jeito de fugir e fugiu. Se escondeu lá num centro de mata. Numa hora por outro dava uma escapadinha e vinha cá e roubava um pra vir mais ele, na casa grande. Porque no meio de 100 ou 200 escravos que tinha ali, ela chegava uma meia noite daquelas, uns não tinha coragem de ir porque tinha medo do castigo e até de ser morto. Outros já queria ir. E acompanhava ele. Que é por isso que foi dado o nome de quilombo, eu não sei se por conta da distância que ficou da fazenda, que não ficava muito perto, que aí o que se define como quilombo de verdade é um ponto de resistência mesmo. O quilombola é sempre brigador, ele sempre se defende. É o meio dele. É defender suas causas, suas lutas. Que aí assim, quando a gente fala de quilombola, as pessoas às vezes pergunta: o que é mesmo quilombola? Hoje eu sei o que é ser quilombola, ser quilombola é ser resistente, é lutar pelos seus direitos, é não desistir nunca. Como eu falo e repito novamente, Zumbi chegou a ser tirado a cabeça por conta disso, brigou, roubou nego até quando pode, quando viram que não tinha jeito, foi obrigado a botar gente pra caçar e matar por que ele não... o homem não se entregava e nem parava de roubar. Ou seja, não era roubar, era

defender os irmão que confiava nele. Então quilombo é isso, é resistência mesmo, em qualquer lugar do mundo. (Cláudio Teófilo, comunicação oral, 2021)

Assim, percebe-se explicações sobre o que é ser quilombola que passam pelo território, pelo reconhecimento e pela prática política de resistência. Essas características não estão isoladas, mas estão se conectando. Por exemplo, se reconhecer como quilombola, entre outros aspectos, passa por morar em um território e ter determinadas interações com este, ao mesmo tempo que essas práticas dão sentido ao reconhecimento como quilombola em direção a resistência, por se partir de um lócus antirracista. Pois como Seu Cláudio disse, ser quilombola é ser defensora de si e dos mais frágeis, e no Brasil, historicamente a população negra está na posição de fragilizada pelo racismo. Ou seja, essas características apontadas nos relatos lagoanos se atravessam na concepção do que seria uma identidade quilombola. Além disso, a partir do relato de Cláudio, pode-se perceber como se dá a mudança no regime de inscrição em relação à ideia de roubo a partir do caso de Zumbi. Parte-se dessa percepção de que Zumbi roubava pessoas, mas só é possível roubar quando algo é de alguém. Em outros termos, a noção de roubo faz sentido em um regime de propriedade privada, justamente a condição das(os) escravizadas(os) negras(os) no regime de escravidão. Como pode ser observado no relato, não se tratava de roubar, mas de defender as(os) quilombolas. O roubo era daquelas pessoas em condição de propriedade de alguém, mas não tinha como fim a apropriação privada, mas a libertação para a constituição do quilombo, para tornar comum um território. Mudança no regime de inscrição que pode ser vista no caso de Lagoas, por meio da situação de sua terra, outrora propriedade privada de fazendeiros ou herdeiros destes, e que por meio da aquisição, tornou a terra em algo comum pela categoria terra de conjunto.

Nesse sentido, há de se perceber uma relação entre o lugar e o pensamento, sendo preciso diferenciar o que é o lugar social e o que é lugar epistêmico. No caso em específico, pode-se imaginar o espaço que constitui o território Lagoas como um lugar social, que pode vir a ser um lugar epistêmico ou não a partir do reconhecimento das pessoas como quilombolas, seus conhecimentos a partir deste lugar, e o compromisso ético e político destas(es) a partir de suas experiências e cosmovisões (**BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016**). Ou seja, e voltando à fala de Carla, se a pessoa mora no território, mas não se reconhece como quilombola, ela não constitui um lugar epistêmico, mas se ela se reconhece como tal, constitui esse lugar.

Essa posição pode ser entendida como um privilégio epistemológico, pois estar em um ponto subalternizado proporciona um posicionamento interessante do ponto de vista da produção de conhecimentos. Ainda mais quando se trata de quilombolas da caatinga e do semiárido. Sobreviver em uma região marcada pelo problema de acesso à água, os conhecimentos acerca das técnicas de agricultura, por exemplo, e de armazenamento de água para a estiagem, podem ser inspiradores em um cenário global de aquecimento global, em que grupos de pessoas passam a conviver com dilemas já vividos, mesmo que em outro lugar geográfico, pelas(os) quilombolas.

Tornar a terra comum a partir de determinados códigos e regras próprios do modo de viver lagoano parte de um lugar epistêmico de conhecimentos construídos por essa população negra, em direção da subsistência e que encontra, nesse trajeto, movimentos de preservação da biodiversidade e antirracismo. Ora, tornar a terra comum instrumentaliza as atividades componentes do modo de viver, ou seja, instrumentaliza a vida na caatinga para essa população. Se esse processo possibilita isso, logo vai ao encontro do antirracismo por proporcionar a moradia e organização de uma população negra, que ao se reconhecer como quilombola aciona diversos dispositivos, como a luta por titulação de suas terras, e no caso mais recente, a priorização destes na vacinação contra a Covid-19. Esses aspectos vão na direção do antirracismo, pois pretende a valorização da vida negra. E ao mesmo tempo, a subsistência quilombola ali preserva a caatinga, principalmente ao perceber o desejo de mineradoras em explorar a região, freado pela existência e resistência lagoana. Aí, vai ao encontro da preservação da biodiversidade.

A partir daí pode-se visualizar porque há controvérsias entre as linguagens do Estado e quilombola em relação à terra. A noção de terra de conjunto em si já estabelece um ponto de diferenciação nos modos de existência do Estado moderno e do quilombo. No primeiro, entende-se o território quilombola como propriedade, sendo o debate público levantado sobre qual o tipo de propriedade e as consequências sobre o sentido a ser adotado nas normas jurídicas (SILVA, 2019). Partindo dos códigos estabelecidos para a compreensão do território pela perspectiva de propriedade – terra é posse – a categoria *uso comum* perde espaço. Ou seja, o léxico da modernidade debate a terra do quilombo pela posse, sendo do direito individual ou coletivo agir com suas terras do modo como quiser. Já no léxico quilombola, as ações práticas em direção da sobrevivência estimulam a consolidação da noção de terra de conjunto, sendo ela guiada pelo pressuposto de uso comum da terra, da caatinga e

demais recursos naturais comuns. É recorrente o caso de faixas de terras registradas no nome de pessoas falecidas, e a ausência de inventários e repartição da propriedade entre as(os) herdeiras(os). Isso ocorre, entre outros motivos, pela lentidão burocrática, que causa indisposição da população. Se não há esse movimento de resolver problemas dessa ordem, observa-se a pouca importância prática que isto tem para a vida cotidiana e o modo de viver em Lagoas. A importância está no uso da terra para proporcionar condições de uma apicultura e caprinocultura bem sucedidas, por exemplo, de modo aos impactos das atividades atingirem a todas as pessoas. A terra tornada comum para o uso possibilita interações práticas para a vida cotidiana quilombola, ou seja, cria-se códigos próprios nessa relação, códigos estes que se distanciam da lógica de propriedade que embasa o Estado moderno.

E além disso, na perspectiva dos códigos do Estado, a coletividade é encarada como algo quase que natural dos quilombos, apontando a emissão do título de propriedade coletiva como uma espécie de legitimação do caráter coletivo dos quilombos. O comum vem de fora para dentro. E na perspectiva lagoana, o comum é constituído de dentro para fora, ou seja, torna-se comum a partir das práticas biointerativas. Daí, apontando alguns exemplos, a dificuldade do Estado em lidar com os quilombos e comunidades tradicionais. Isso, sem contar o debate acerca do racismo estrutural. E além de desencontros com o Estado moderno, há também com outros representantes da modernidade e do desenvolvimento.

Em janeiro de 2022 estava viajando em visita aos familiares no quilombo e, por acaso, em um dia, quando estava na casa de meus avós paternos, Ana e Antônio³⁷, chegou um homem que trabalha como consultor de geotecnologia para pedir auxílio para um trabalho que ele realizava para pessoas vizinhas. Em sua chegada na casa, ele se apresentou como um dos consultores da SRN Mineração.

Após tirar suas dúvidas com meu avô, perguntei se ele já tinha finalizado o trabalho dele para a mineradora, e ele apontou a dificuldade que possui em demarcar os limites das propriedades. Ou seja, há uma dificuldade em demarcar quais faixas de terra pertencem a quem. E além disso, disse sobre a dificuldade de dialogar com a maioria da comunidade, pois as(os) quilombolas se rejeitam a colaborar de qualquer forma com informações para a mineração. Desse modo, primeiro, se percebe que a dificuldade na realização do trabalho desse homem se dá, muito por conta, pela noção de propriedade privada não estar assentada no quilombo, sendo realmente complicado mapear as propriedades se na prática trata-se de

³⁷ Moradores do Baixão do Grajal, sendo este nome dessa comunidade que faz parte do Núcleo São Vítor sugerido pelo meu avô.

terra de conjunto. É como dividir o indivisível. E segundo, a dificuldade em relação ao diálogo com quilombolas, sendo este aspecto melhor trabalhado no próximo capítulo, mas que já aponta um processo identitário marcado pela defesa do território.

Para concluir o capítulo, volto à tríade que explica a biointeração para Nego Bispo: extrair, utilizar e reeditar. As interações das(os) quilombolas com a terra passam por essa tríade. Por exemplo, se constrói roças em faixas de terras em meio a caatinga, cultiva-se, se alimentam desse cultivo e após o uso da terra por um determinado tempo, deixa essa área se tornar capoeira, reeditando a terra, que desse modo se enche de malva, possibilitando a alimentação das europas e das criações. Ou seja, se faz um movimento cíclico de uso da terra, em que se extrai elementos dela, utiliza-se destes e reedita a terra, repassando por esse processo de extração e utilização.

Capítulo 3 - “Para mim não existe São Paulo melhor que essa aqui”: experiência lagoana na defesa de sua terra

Antes mesmo de iniciar esse trabalho, percebia certa preocupação em conversas com familiares residentes em Lagoas. Trata-se da iminência da mineração no território quilombola. Com o aprofundamento nas questões cotidianas do quilombo, para além de um lugar familiar, mas também como locus de investigação, pude perceber que essa questão estava presente nas preocupações para além de meus familiares, sendo algo que atravessa o quilombo. Além disso, com a chegada em Lagoas para o trabalho de campo, esse tema foi levantado como uma demanda de contribuição para com a comunidade. Em outros termos, parte da população que eu tive contato situou essa questão da mineração como algo que a pesquisa poderia contribuir. Importante guardar essa observação de contribuição com as demandas do quilombo para um momento de reflexão adiante. Por agora, se faz necessário traçar um trajeto de como a mineração se tornou um motivo de preocupação para a população lagoana. Assim, nesse capítulo há a intenção de apontar o histórico das investidas de mineradoras sobre o território Lagoas, traçando um paralelo sobre a agenda de desenvolvimento econômico e as promessas que vem na esteira desta agenda, para, ao final, ser possível realizar um debate sobre os impactos que a mineração, por parte da SRN Mineração, pode ocasionar sobre a comunidade lagoana, sendo essa discussão guiada por relatos quilombolas, construindo junto com parte das pessoas que tive contato no quilombo durante meados de 2021.

3.1. Desenvolvimento, indícios da mineração e a ação de Lagoas

Nesse primeiro momento, é preciso se situar sobre a pretensão de desenvolvimento que tanto justifica projetos como a mineração em larga escala. Assim, pretendo apontar os *développeurs*³⁸ e dos *développés*³⁹, nos termos de Sardan (2016), ou seja, a intenção é apresentar os atores pertencentes à configuração desenvolvimentista e dos atores do grupo local. De acordo com o autor, as normas das instituições do desenvolvimento dificilmente são correspondentes às normas das populações locais, sendo rara a legitimação destas. Os grupos locais tendem a buscar um contorno dessas normas. Daí a importância do olhar a partir dos atores nas investigações das ciências sociais. Assim, partindo desse pressuposto, entende-se

³⁸ A tradução literal é desenvolvedores, mas pode-se compreender aqui como agentes do desenvolvimento. Essa compreensão não retrata fielmente a elaboração do autor, sendo uma interpretação nossa.

³⁹ A tradução literal é desenvolvidos, mas pode-se compreender aqui como receptores do desenvolvimento. Essa compreensão não retrata fielmente a elaboração do autor, sendo uma interpretação nossa.

que “todos os atores envolvidos têm espaço de manobra à sua disposição e, portanto, nunca são reduzidos ao estado de agentes simples ou de meras vítimas de um sistema totalitário” (SARDAN, 2005, p.6, tradução nossa)⁴⁰. Os *développeurs*, nessa situação, poderiam ser compreendidos como os agentes da SRN Mineração, e os *développés*, como a comunidade Lagoas, com uma rede de parceiros e envolvidos que passam por esses papéis. Estes serão abordados com mais cuidado à frente. O que se percebe é que o caso da mineração em Lagoas, assim como outros diversos casos de mineradoras, hidrelétricas, entre outros empreendimentos, remonta ao tema do desenvolvimento.

Este tema possui um amplo debate nas ciências sociais. Buscando uma síntese, destaco Ribeiro (2008), pois ele defende que esse conceito é elástico e, por isso, pode se tornar vazio. Isso pois, segundo o autor, o desenvolvimento é um campo de poder constituído por diversas redes e instituições, articulados pelo que ele chama de consorciação. Aqui, me parece importante resgatar uma referência que aparenta ser importante para o autor, que é as reflexões sobre o conceito de rede para Bruno Latour, expoente da teoria do ator-rede. Ele define rede como o que conecta os atores (LATOURE, 2012). Dessa forma, entendo aqui que o desenvolvimento é um campo de poder que se constitui pelas conexões entre os atores do desenvolvimento e suas respectivas posições de poder. Ou seja, partindo das noções de insiders e outsiders que Ribeiro dispõe, entende-se que estes estão em posições de poder diferentes e estão em encontros, sendo que o desenvolvimento está atravessado justamente nesses locais em que a desigualdade de poder abunda e os atores interagem. Segundo Ribeiro (2008), isto é, como expansão econômica adorando a si mesma. Perrot (2008) aponta que o desenvolvimento é um conceito abundante de um contexto histórico e cultural determinado, não sendo transcultural. Percebe-se o desenvolvimento não como uma caixa vazia, mas caracterizado por determinados princípios. Em outros termos, o desenvolvimento possui seu modo de existência, guiado por domínios e princípios próprios. A autora também aponta que o desenvolvimento tem a capacidade de demonstrar uma promessa de um futuro melhor, marcado pela liberdade, igualdade e justiça individuais.

Mas, no caso da mineração, esse discurso do desenvolvimento passa pela exploração da terra para se chegar ao minério desejado. Em outros termos, a terra é apontada nessa operação como uma espécie de mercadoria. Postula-se um preço sobre o valor que uma área pode ter em relação aos minérios em seu subsolo. Percebe-se esse movimento nos estudos

⁴⁰ “all the actors concerned have elbow room at their disposal and are therefore never reduced to the state of simple agents or of mere victims of a totalitarian system” (SARDAN, 2005, p.6)

realizados para mensurar a quantidade e qualidade de minério que há em um determinado lugar, relatos que serão observados em breve. Mas é preciso voltarmos um passo, pois a terra é uma mercadoria?

o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. [...] A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (POLANYI, 2000, p.94)

Entende-se, a partir da perspectiva de Polanyi (2000), que a terra é um elemento da natureza não produzido pelo ser humano, mas que está entrelaçada nas instituições humanas. É nesse entrelaçamento que se dá essa descrição da terra como mercadoria fictícia, sendo com essa ficção que se dá a organização da terra no mercado. Nos termos do caso aqui levantado, é a partir de um projeto de desenvolvimento capitalista que a terra é tornada uma mercadoria, que pode ser comprada, vendida e explorada. Adiantando um relato sobre o caso da mineração em Lagoas, a empresa SRN comprou propriedade de uma pessoa em um local adequado para a operação de suas atividades, ou seja, a terra entrou nesse circuito de mercadoria, mesmo que seja fictícia. Ainda de acordo com Polanyi, mesmo sendo um elemento da natureza, é na conexão com o trabalho, aspecto da ação das pessoas, que se forma um todo articulado. E aqui, cabe ressaltar os pressupostos de certo tipo de trabalho em conexão com a terra. No caso da mineração, forma-se um todo articulado na direção de um empreendimento capitalista de exploração da terra até o fim de sua utilidade para essa atividade. Quando chegar ao fim, procura-se outro lugar para o exercício dessa atividade. As(os) quilombolas moram no território, como já descrito anteriormente possuem uma relação circular com a terra. Extrair, utilizar, reeditar, essa é a tríade exposta por Nego Bispo e que pode resumir esse ponto. Desse modo, as diferentes formas de se conectar com a terra geram múltiplos sentidos sobre ela. Se a terra é mercadoria fictícia em um caso, é a vida para o outro. Para as mineradoras, a terra tem um valor quase que exclusivamente econômico. Para o quilombo, os valores vão na direção da economia, do parentesco, da religiosidade, etc. Percebe-se que “a função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra” (POLANYI, 2000, p.214).

De qualquer modo, no capítulo anterior houve uma descrição dessas conexões quilombolas com a terra e realizada essa breve caracterização do que se entende como desenvolvimento aqui, é possível entrar no caso da mineração em território lagoano, para que

seja possível um trabalho descritivo também sobre as possíveis conexões da mineradora com a terra e iminentes controvérsias com o modo de viver em Lagoas.

Diante da literatura observada sobre o tema da mineração em Lagoas (FREIRE, 2018; LIMA, 2019; OLIVEIRA, 2020) e dos relatos de interlocutoras(es) durante o trabalho de campo, não há um consenso sobre a data aproximada de que o território passou a ser alvo de mineradoras. De acordo com Lima (2019), desde meados dos anos 2000 a população lagoana começou a observar a aproximação de mineradoras e da carvoaria. Pela extensão territorial do quilombo Lagoas, esses fatos se deram em algumas localidades pela comunidade. Destaca-se o caso da Mineradora São Camilo, que iniciou suas ações em 2009 nas proximidades do Morro do Mel, a Mineradora Galvani e a SRN Mineração. Sobre o primeiro caso, a entrada da Mineradora São Camilo foi considerada uma invasão e:

Tal “invasão” gerou a movimentação entre os moradores que logo recorreram às ONGs locais para buscarem meios de impedir a ação da mineração e carvoaria. Assim, como mecanismo de denúncia sobre a exploração da carvoaria nas comunidades do quilombo Lagoas, os moradores impactados pela carvoaria – com o apoio da Cáritas Diocesana – produziram um documentário intitulado “Mineradoras no território Serra da Capivara”, que mostra as áreas desmatadas e as toras de madeira extraídas pela carvoaria na Comunidade Lagoa Nova, em Várzea Branca-PI. (LIMA, 2019, p.60)

Destaca-se a busca do quilombo por parceiros para frear as atividades de mineração e carvoaria, chegando até a produção de material para este fim. Já no segundo caso, chama a atenção a atividade da Mineradora Galvani e os impactos já presentes na vizinhança de Lagoas. Percebe-se que:

A estrada que liga o município de Caracol com o de São Raimundo Nonato é utilizada para o escoamento da extração de calcário⁴¹ da empresa Galvani, que opera sem licença ambiental emitida, segundo informação extra-oficial da SEMAR. Nela circulam diuturnamente caminhões de grande porte carregando minério, promovendo um impacto de forma alguma mitigado ou (re)mediado. (FREIRE, 2018, p.192)

Ou seja, há impactos que não são mitigados pela empresa. E essa situação, ao gerar complicações para a vida das pessoas próximas a essa região, coloca Lagoas em alerta. É comum, ao se tratar do tema da mineração por parte da SRN, a pessoa buscar como exemplo o caso da Galvani para justificar seu receio sobre essa atividade no território quilombola. Há relatos de pessoas que estão com suas criações doentes pela poeira tóxica e pela contaminação do solo e da água causada pela atividade da Galvani.

⁴¹ Onde se lê “extração de calcário”, leia-se “extração de fosfato”.

O último caso, da SRN Mineração, será o melhor descrito aqui, mas é importante compreender o fato de que há outras situações de explorações minerais e de carvoaria nos últimos anos pelo território quilombola. Freire (2018) traz o relato de uma moradora, dona Lolita, que afirma que a mineração chegou ao quilombo em 1966, ao chegar o primeiro pesquisador ali. Essa afirmação traz à tona a percepção de que as atividades de pesquisa na região, foram agentes em favor da mineração. Ao tratar sobre desde quando vem as expectativas sobre a exploração mineral, as pessoas costumam tomar como referencial o período que viram pesquisadores ou situações que presenciaram gente fazendo pesquisa na região como ponto de partida. Com as pessoas que moram em Lagoas que conversei sobre o tema, algumas pessoas falaram que a mineração é algo dos anos 2000 para cá, outras afirmam que essa preocupação vem desde a última década e outras pessoas falam que vem desde antes da virada para o século XXI. De qualquer modo, para os efeitos desse trabalho, aponto prioritariamente os fatos referentes a 2000 em diante.

A Associação Territorial do Quilombo Lagoas foi criada em 2010 e diante dessas situações, a comunidade passou a adotar uma forma de se organizar em contraposição a esses movimentos exploratórios. Trata-se de uma estratégia baseada em provocar parceiros e possíveis parceiros para denunciar ilegalidades e buscar ações para garantir a segurança territorial da população quilombola. E aqui vale o destaque para alguns dos parceiros do quilombo, e outras organizações que fazem parte das principais interações políticas de Lagoas. Primeiramente, se destaca a Associação Territorial do Quilombo Lagoas como organização central lagoana, além das outras Associações dentro do território, como de pequenos produtores rurais, das mulheres, de apicultores, Cozinha Comunitária, entre outras. Essas outras associações, para além da territorial, são partes importantes da organização do quilombo, pois manter a organicidade de um território tão extenso e com um grande número de famílias exige essas associações que geralmente são ligadas a povoados dentro do quilombo. Em outra direção, há os agentes públicos presentes nas interações que envolvem Lagoas, como o Incra, as Prefeituras, o Governo do Piauí, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMAR) e a Fundação Cultural Palmares (FCP).

Há também uma espécie de frente jurídica, constituída principalmente pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Piauí (MP-PI), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE/PI). Em um aspecto político, no sentido de movimentos sociais, destaca-se a atuação da Cáritas Diocesana de São

Raimundo Nonato, do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (Cecoq-PI). E, por fim, em uma direção mais acadêmica, encontra-se a parceria com a UNIVASF, especialmente com o Colegiado em Antropologia do Campus Serra da Capivara, com a UESPI e com as universidades públicas em geral, além de projetos de extensão como a Cartografia Quilombola, vinculado ao mesmo colegiado já citado. Essa lista foi inspirada em Lima (2019), que apresenta um quadro com atores semelhantes, mas com alguns acréscimos aqui por conta dos relatos de campo. Essas parcerias e conexões do quilombo, ao se conversar com lagoanas(os), estão em algum momento no assunto cotidiano. Foi na observação de diálogos entre quilombolas que percebi, por exemplo, o apreço pelo Defensor Público Benoni Moreira por sua atuação em defesa do território Lagoas. Também é comum ouvir sobre “o povo da Cáritas”, ao se tratar das atividades desempenhadas pela Cáritas Diocesana em parceria com o quilombo. A população lagoana também destaca a participação de professores da UNIVASF. E, em conversa com Seu Cláudio sobre o momento em que aquela população se reconhece como quilombola, destaca-se também a participação da Conaq e da Cecoq-PI nas discussões para este fim. Esses são alguns exemplos de como essas parcerias de Lagoas, para além de um plano de tarefas institucionais, está presente nas conversas cotidianas da comunidade.

Com esse quadro geral de parceiros do quilombo, chegamos ao relato do professor Bernardo, do Colegiado de Antropologia da UNIVASF, corroborado em outro momento em uma conversa com Seu Cláudio. Trata-se de como o quilombo chegou ao Colegiado, ou seja, da estratégia lagoana de alcançar parcerias. Eles narram que a Associação Territorial, ao perceber o avanço da SRN Mineração nos procedimentos para a concretização do empreendimento, e percebendo seus limites, buscou ativamente a parceria do Colegiado de Antropologia. As lideranças do quilombo foram à universidade questionar se poderiam contar com a parceria do colegiado no sentido de promover a consultoria de aspectos técnicos no percurso legal da mineração. A UNIVASF tornou-se uma parceira desde que estivesse comprometida com o modo de viver lagoano. E assim é com os demais parceiros. São reconhecidos assim pelo quilombo se estiverem comprometidos em defender o modo de viver em Lagoas, as relações sociobiocentradas.

Nessa esteira das parcerias e do papel da universidade pública em relação à sociedade, e mais especificamente sobre as comunidades quilombolas, destaco algumas contribuições

acadêmicas acerca da temática da mineração no território Lagoas (FREIRE, 2018; LIMA, 2019; OLIVEIRA, 2020).

A partir de relatório do Seminário Segurança Hídrica e Cadeias Produtivas, acontecido em maio de 2017, Freire (2018) destaca pontos como as tratativas acerca da mineração no território Lagoas, as demandas do quilombo e a representação da comunidade, sendo estes pontos presentes em reuniões das assembleias comunitárias. A partir disso, o autor traz o debate sobre essas questões levantadas tomando como principal pressuposto teórico-metodológico a noção de tradução. Em um texto com trabalho descritivo interessante sobre alguns aspectos da vida lagoana, como a religiosidade a partir da Cova da Tia e da Roda de São Gonçalo, do trabalho na caprinocultura e apicultura, passa-se sobre estes temas dialogando com os impactos da mineração. Destaca-se a caracterização do território de Lagoas para além dos limites apontados pelo Incra, ao “lembrar que estamos numa região onde as relações de parentesco (filiação, germanidade e afinidade), amizade e atividades produtivas mostram sua permeabilidade a mobilidade extensiva para muito além das fronteiras quilombolas demarcadas pelo Incra” (FREIRE, 2018, p.156).

Sobre a questão de uma espécie de papel da universidade pública, ainda de acordo com o autor, pode-se apontar que a falta de pesquisas e orientação tomando como base o interesse das(os) quilombolas deixava estas(es) expostas(os) a situações de enganação de empresas com o discurso de desenvolvimento, sem demais satisfação para a comunidade dos impactos socioambientais de possíveis atividades de mineração. Nesse sentido, ele aponta, a partir de relatos lagoanos, como estes observam a falta de conhecimento da caatinga por parte dos agentes da mineração, pois estes apontaram em momentos algumas soluções que foram vistas pela comunidade como irrealis para aquela realidade. E assim, percebe-se uma espécie de divergências no modo de existência de mineradora e quilombo. Por um lado:

A caatinga, se tratada somente como faixa de solo sobreposta naturalmente sobre um veio mineral e, portanto, como coisa (commodity), assume a forma e o sentido pelo fundamento da extração mineral enquanto uma modalidade de atividade econômica [...] A caatinga, vista por este ponto de vista, está vazia, especialmente nos arredores do primeiro poço de perfuração, na fazenda Ceará, próximo a Xique-Xique.” (FREIRE, 2018, p.175)

Por outro, assim como destacado especialmente no capítulo anterior, a caatinga vista pelas(os) quilombolas está cheia, e não vazia. Lá está a proteção da terra, a alimentação das criações, o lugar ideal para as europas, os remédios, etc. Outra contribuição importante para este trabalho é a discussão de Freire sobre a terra de conjunto, ao destacar que “a terra e a

família são os meios privilegiados de permanência e de circulação pela paisagem que discutimos como sendo a vida em conjunto” (FREIRE, 2018, p.186). E como já percebemos também em especial no capítulo anterior, as dinâmicas familiares dizem muito sobre a terra, compondo assim essa vida de conjunto, uma espécie de definição do modo de viver lagoano.

Lima (2019) apresenta, também tomando a terra e as relações de parentesco como constituintes do modo de vida lagoano, as preocupações, os impactos já percebidos e previstos em relação à mineração no quilombo Lagoas, em especial na comunidade Xique-Xique. Parte do trabalho da autora tem um caráter de denúncia, tomando os relatos de interlocutoras(es) lagonas(os) como base para a construção de perguntas e respostas. Percebe-se as angústias lagoanas em seu texto, como pode-se perceber em síntese nesse trecho:

De fato, o que temos visto em Lagoas é uma desregulação e flexibilização das normas do licenciamento ambiental, a falta de transparência na documentação do processo de licença tem causado incertezas, inseguranças e até mesmo sentimento de impotência nos moradores do Território Quilombola Lagoas, haja vista que a empresa mineradora está pleiteando a licença prévia sem haver nenhum tipo de comunicação com as comunidades afetadas. Não houve consulta prévia, conforme determinado na Convenção 169/OIT, assim, diante do que foi exposto, é possível afirmar que a população desse território está tendo seus direitos violados. (LIMA, 2019, p.79)

Já Oliveira (2020) realiza, a partir da noção de racismo ambiental, uma discussão sobre as reivindicações territoriais do quilombo Lagoas, tomando como pano de fundo a situação da mineração. Ao situar temporalmente como está a situação, ele destaca que:

Considerando a emergência das reivindicações da comunidade, em 2011 o INCRA iniciou o processo de regularização fundiária de terras do quilombo Lagoas, ao publicar o Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação (RTDI). De acordo com o Projeto Dom Helder Câmara, os proprietários que possuíam imóveis na área do território quilombola foram notificados em 2012, com vistas ao processo de desocupação das áreas que seriam regularizadas. As áreas se tornariam propriedade coletiva e seriam administradas pela associação representativa das famílias (OLIVEIRA, 2020, p.336)

Mas é necessário destacar que a titulação do território, última situação nessa trajetória, ainda não foi adquirida pelo quilombo. Então, nos termos oficiais do Estado, a propriedade ainda não é coletiva e nem administrada pela associação representativa. Entre demais contribuições de Oliveira (2020), destaca-se ainda o relato de Seu Cláudio presente no texto. Entre outras coisas, a liderança histórica do quilombo aponta que a mineração pode expulsar as famílias quilombolas de suas terras e levá-las a migrar para a periferia em centros urbanos. Esse relato nos transporta para o processo identitário quilombola e os riscos de a mineração

afetar esse processo, no sentido de inviabilizar atividades constituintes do modo de viver lagoano, impossibilitando a existência na região e transportando parte dessa população para locais em que a identidade coletiva quilombola poderia perder força, constituindo uma categoria de população negra pobre nas periferias. Desse modo, o autor, a partir de seu debate e dos relatos quilombolas, aponta em que medida o racismo se faz presente nas dinâmicas territoriais em Lagoas na relação de quilombolas e mineradora. E também, sobre os impactos identitários que essas situações proporcionam.

Agora, voltando a atenção ao trabalho de campo realizado para esta pesquisa, logo nos primeiros dias em que estava em Lagoas, fomos surpreendidos pela liberação da Licença Prévia (LP) concedida pela SEMAR em prol da SRN Mineração. Estabeleci com Seu Cláudio uma relação de elo entre as notícias do tema, no sentido de novidades por parte das autoridades e também das movimentações da Associação Territorial e parceiros diante da situação. Conversamos algumas vezes sobre as alternativas de ações possíveis em frente à concessão da Licença Prévia e sobre as irregularidades no processo. Alguns dias depois, em uma atitude em cooperação com parceiros, o quilombo acionou o Ministério Público, judicializando a situação.

Em uma conversa com Luiz Rodrigues, morador da Lagoa do Calango e irmão de minha avó, ele corrobora o modo de viver em Lagoas, as preocupações com a mineração e o modelo alternativo de desenvolvimento lagoano. Ele aponta que a comunidade só quer as condições para gerar sua própria vida, e que, ainda segundo ele, “o futuro do mundo está no mato” e que o desenvolvimento local passa por essa premissa. Mas ainda lembrando a fala de Luiz, ele também diz que o “governo não quer esse desenvolvimento”, para que, seguindo a linha de raciocínio exposta por ele, se possa continuar com uma população empobrecida que seja mais vulnerável à venda de votos por cestas básicas. Primeiro, quando ele fala que o futuro passa pelo mato podemos voltar a discussão apresentada no capítulo anterior sobre a proposição política do Bem Viver, uma proposta baseada na percepção de que se a população global continuar vivendo do modo capitalista que vive atualmente, a biodiversidade, a condição climática e de existência das pessoas serão colapsadas, sendo assim perceber modos outros de existências que possibilitem a vida na Terra. Se o quilombo já convive de modo respeitoso com a natureza, sabendo que faz parte desta, Luiz, em sua fala, destaca que as condições de existência estão caminhando para uma situação em que esse tipo de modelo de vida, como o lagoano, será exemplo para a humanidade. Segundo ponto, ele aponta que o

governo não quer esse tipo de desenvolvimento lagoano. Se olharmos para a agenda de políticas de desenvolvimento econômico do Piauí e do Brasil de forma geral, percebe-se um apreço por empreendimentos como a mineração.

E dessa forma, com uma visão geral sobre o histórico da ambição de mineradoras na área que inclui o quilombo Lagoas, com o conhecimento de alguns parceiros do quilombo em frente a mineração, e que se transbordam para parcerias além desse tema, e de alguns órgãos estatais envolvidos na questão territorial, é possível entrar com mais detalhes sobre o caso que mais chama a atenção da comunidade nos últimos anos: o empreendimento da SRN Mineração.

3.2. Impactos da mineração e as controvérsias com o modo de viver lagoano

Como visto no tópico anterior, há anos a população do quilombo Lagoas passou a conviver com uma preocupação. Com o início de estudos geológicos e geofísicos, as(os) quilombolas perceberam o desejo de mineradoras em explorar minério de ferro na região do quilombo. Os relatos, de forma geral, vão ao encontro da preocupação com os impactos sobre o modo de viver na comunidade, ou seja, os impactos sobre o acesso à água, as possibilidades de manutenção da agricultura familiar, da apicultura e caprinocultura, entre outros aspectos.

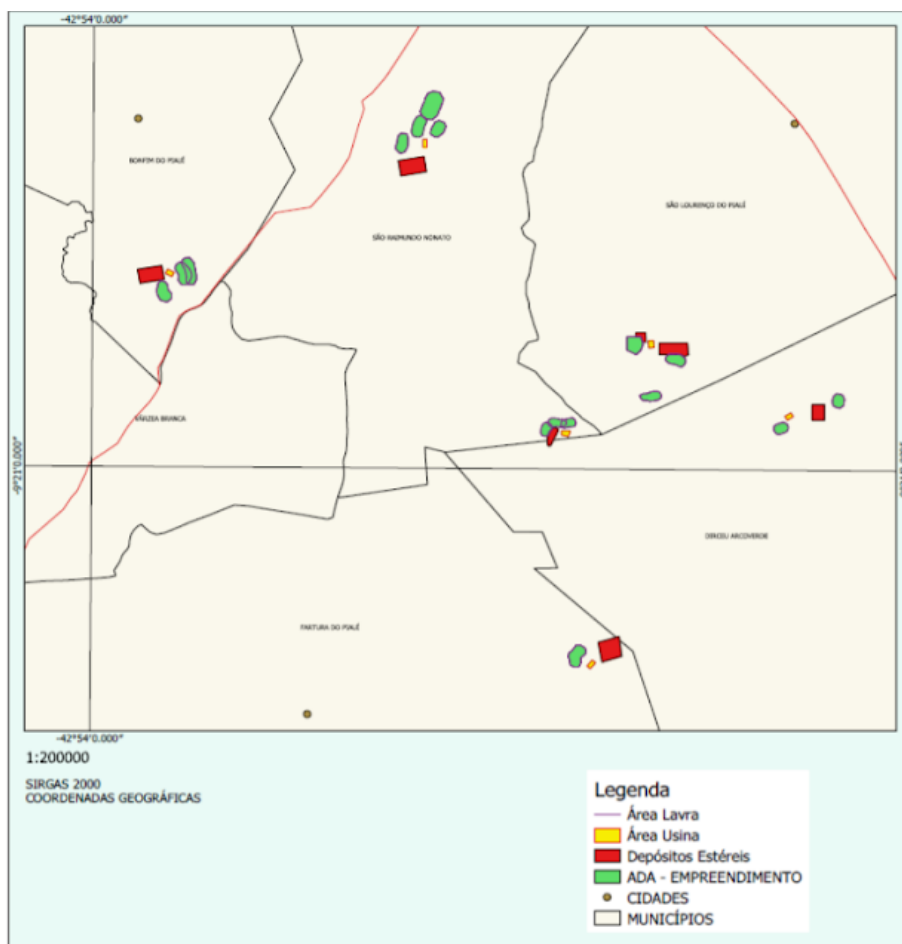
Na última década, os estudos avançaram e uma empresa se destacou pelo avanço em direção à regulamentação para o início dos trabalhos. Trata-se da SRN Holding, criada em 2014. Sobre a empresa, destaca-se que:

Em 2016 a empresa SRN Mineração anunciou, em reunião com o governador Wellington Dias no Palácio de Karnak, a operacionalização da mineração nos municípios de São Raimundo Nonato, São Lourenço do Piauí, Fartura do Piauí e Dirceu Arcoverde. Formada em 2014, a SRN Mineração é o resultado da junção de seis projetos de minério de ferro na região de São Raimundo Nonato (PI), cujas pesquisas geológicas tiveram início em 2009. Constituída por 5% de capital estrangeiro e 95% de sócios locais, dentre eles pessoas físicas e empresas de investimentos. Vale ressaltar que dentre os sócios da empresa está o Secretário de Mineração do Estado do Piauí, Luís Coelho, que durante os debates públicos representava tanto os interesses do Estado, quanto da mineradora. (LIMA, 2019, p. 55-56)

Sobre o trecho acima, vale ressaltar que o Secretário de Mineração do Estado do Piauí é, em abril de 2022, Fernando Lima. A empresa, apesar de apresentar como foco a

mineração no Piauí, tem sede na cidade de São Paulo. De acordo com a mineradora, o empreendimento tem capacidade de explorar cerca de 800 milhões de toneladas de minério (SRN MINERAÇÃO, 2019b). São seis áreas principais estimadas para a exploração.

Figura 12 - Áreas de exploração de minério de ferro



Fonte: SRN Mineração (2019)

O território quilombola Lagoas está situado na área de influência direta do empreendimento. E para compreendermos alguns impactos iminentes do empreendimento sobre a comunidade quilombola, utilizo da análise do EIA/RIMA⁴². Mas antes de entrarmos

⁴² Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Dois documentos necessários no processo de regulamentação de um projeto de exploração de minério. O acesso a esses documentos, aparentemente, foi por um ato de sorte. Em algum momento de 2020 entrei no endereço eletrônico da SEMAR-PI e obtive acesso ao EIA/RIMA. Mas depois de alguns dias este não estava mais disponível e em conversa com Seu Cláudio, liderança do quilombo Lagoas, ele informou que a comunidade nunca teve acesso ao RIMA. Desse modo, nos reunimos no dia seguinte e compartilhei cópias do EIA/RIMA do empreendimento para que, a partir de Seu Cláudio, a Associação tivesse acesso a esses documentos.

na discussão de questões presentes nesses documentos, é preciso realizar duas ressalvas. A primeira diz respeito à validade dos documentos analisados aqui. Em outros termos, por conta da ausência de transparência entre a SRN Mineração para com a comunidade, algumas etapas não aconteceram, como a Consulta Prévia Livre e Informada, sendo o EIA/RIMA, produzido pela WR Consultoria e Planejamento, nunca apresentado para o quilombo. Como os documentos são datados de setembro de 2019, e pela falta de informações sobre o andamento do processo, não se sabe se após essa data a empresa apresentou novas versões dos estudos para os órgãos competentes. A segunda ressalva, é sobre o caráter que os EIA/RIMAs tem em relação às comunidades tradicionais, por exemplo. De acordo com Nego Bispo, entende-se estes dessa forma:

Os EIA/RIMAS, ao invés de analisarem os reais impactos socioculturais e ambientais que esses projetos causarão ao meio ambiente e as populações locais, são utilizados como instrumentos ideológicos de promoção de recolonização e é exatamente por isso que prefiro chamá-los de projetos de expropriação. A situação é muito grave. Será preciso de nossa parte um grande esforço de interpretação dessas novas versões da Carta de Pero Vaz de Caminha, os chamados EIA/RIMAS, até porque esses estudos são descritos em linguagens bem diferentes das nossas, com o propósito deliberado de nos excluir dos processos de discussão e de tomada das decisões, quando não buscam nos iludir com falsas promessas de melhorias de vida. (SANTOS, 2019, p.54)

Primeiro, o autor traça uma definição para esses estudos, os chamando de projetos de expropriação. E isso se deve a percepção de que eles são utilizados para recolonizar, ou seja, são instrumentos ideológicos preocupados na colonização com o falso interesse de relatar os impactos ambientais e socioculturais dos empreendimentos. Veremos mais à frente como esse processo se dá na prática. Segundo aspecto importante é a comparação do autor dos EIA/RIMAs com a Carta de Pero Vaz de Caminha⁴³. Segundo ele, na colonização a Carta desempenhou uma função que é exercida na recolonização pelo EIA/RIMA, com a ressalva de que “hoje, ao invés de uma carta generalizada, os EIA/RIMAS aparecem como cartas específicas, na tentativa de pulverizar o enfrentamento” (SANTOS, 2019, p.59). E outro ponto importante sobre o caráter desses documentos a partir da contribuição de Nego Bispo é a incompatibilidade entre as linguagens dos projetos de desenvolvimento e dos quilombos. Desse modo, segundo ele, há a intenção de marginalizar a participação quilombola nesses debates a partir da tomada de uma linguagem e códigos próprios, que podem ser entendidos

⁴³ A carta descreve as características físicas desse lugar que viria a ser o Brasil, apontando as primeiras ações de colonização sobre os povos indígenas e os recursos naturais.

como um determinado modo de existência (LATOURE, 2019), diferente daquele dos quilombos.

Realizada as ressalvas, pode-se entrar com mais segurança sobre os impactos listados pela empresa, e ausências observadas no EIA/RIMA. Primeiro, para entendermos de forma geral, observa-se o quadro com os impactos nas três etapas do projeto e nos três meios impactados, de acordo com a empresa e a consultoria por ela contratada. São 21 impactos listados, divididos e que podem se repetir nas etapas de planejamento, implantação e operação, em relação aos meios físicos, biológicos e socioeconômicos.

Quadro 5 - Impactos previstos pela mineradora

Fase	Meio	Impactos	Positivo/Negativo
Planejamento	Socioeconômico	Geração de expectativa da população local	Positivo
Implantação	Físico	Alteração na qualidade do ar	Negativo
		Geração de ruídos	Negativo
		Geração de resíduos sólidos	Negativo
	Biológico	Redução da cobertura vegetal	Negativo
		Destruição de habitat natural e afugentamento da fauna	Negativo
	Socioeconômico	Geração de empregos diretos	Positivo
		Aumento da arrecadação tributária	Positivo
		Risco de acidente no trabalho	Negativo
		Risco de acidente de trânsito	Negativo
Operação	Físico	Alteração na qualidade do ar	Negativo
		Geração de ruídos e vibrações	Negativo
		Geração de resíduos sólidos	Negativo
		Modificação paisagística	Negativo
		Modificação geomorfológica da área	Negativo
		Risco de erosão do solo	Negativo
		Assoreamento e aumento da turbidez das águas superficiais	Negativo
		Contaminação do solo	Negativo
	Biológico	Redução da cobertura vegetal	Negativo
		Destruição de habitat natural e afugentamento da fauna	Negativo
	Socioeconômico	Geração de empregos diretos e indiretos	Positivo
		Aumento da Arrecadação tributária	Positivo
		Dinamização da economia local	Positivo
		Risco de acidente no trabalho	Negativo
		Risco de acidente no trânsito	Negativo
		Valorização imobiliária	Positivo
		Conflitos sociais	Negativo
		Conflito do uso do solo	Negativo
Demanda sobre os equipamentos e serviços urbanos		Negativo	
Dispensa de mão de obra		Negativo	

Fonte: SRN Mineração (2019)

Durante o período em que estive em Lagoas, pude conversar com parte da população sobre esses impactos. De forma geral, as(os) quilombolas demonstravam receio e argumentavam em contraposição à mineração ao se referirem aos seus modos de viver. Em muitos casos, nem entrava no tema da mineração e as pessoas já buscavam relatar a situação e pedir auxílio no melhor entendimento dos impactos, visto que essa conversa não foi realizada entre mineradora e comunidade ainda. Com a liberação da Licença Prévia, a preocupação da comunidade aumentou, e em trabalho conjunto com algumas pessoas, em especial as(os) interlocutoras(es) citadas(os) ao longo do trabalho, pudemos elencar críticas ao EIA/RIMA nos termos dos impactos, as propostas de resolução a estes, as ausências e contradições presentes nos estudos. Assim, pretendo nas próximas páginas passar por esses elementos, resgatando os impactos listados no quadro anterior para guiar o debate.

Antes de entrarmos nos impactos, é preciso ressaltar uma ausência flagrante e ilegal no EIA/RIMA. De acordo com a mineradora, não há a existência de uma comunidade quilombola na área de influência da mineração.

As áreas selecionadas para intervenção com a atividade de mineração não estão inseridas em áreas de assentamentos rurais, nem há interferência de áreas indígenas e nem pertencem a territórios quilombolas. No entanto, vale destacar que existe uma área requerida pelo Movimento de Quilombolas que está inserida na área de Influência Direta do Empreendimento, no município de São Raimundo Nonato, denominada comunidade São Vitor, porém é uma reivindicação que ainda está em fase inicial de estudos e que irá demandar várias etapas de estudos para ser validada ou não como área de Quilombo. (SRN MINERAÇÃO, 2019b, p.27)

Apesar de negar, em um primeiro momento, a existência de Lagoas, o texto segue com o relato do requerimento de uma área pelo Movimento Quilombola. Mas há de se destacar pelo menos dois pontos fundamentais aqui. Primeiro, o documento assinala que essa área quilombola é denominada São Vitor, mas é preciso destacar que essa é uma das mais de cem comunidades que formam o Território Quilombola Lagoas. E segundo, a empresa destaca que a reivindicação quilombola é inicial e requer ainda estudos para a validação ou não de que se trata de um território quilombola. Ora, parece haver um desconhecimento profundo da SRN sobre a região que ela pretende explorar, visto que há mais de uma década Lagoas é certificada pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombo. A empresa não precisa gastar tempo e recursos para realizar uma pesquisa para validar o território como quilombola ou não, já há o certificado emitido pela FCP. Mas de qualquer forma, por desconhecimento ou manobra para tentar driblar situações, essa informação é incorreta. E é preciso destacar isso aqui, pois o debate sobre os impactos a seguir são postas

pela empresa como impactos que não atingem quilombolas, mas as críticas aqui são destacadas a partir dessa população ignorada pela mineradora.

E além disso, há uma infração pela ausência do Estudo de Componente Quilombola⁴⁴. Este é um instrumento de estudo de impactos socioambientais acerca da instalação, operação de projetos e empreendimentos sobre as comunidades quilombolas, como é o caso da SRN em relação ao quilombo Lagoas.

Iniciamos pelo único impacto considerado pela empresa na primeira etapa, a fase de planejamento. É listado apenas a geração de expectativa na população local, posto no grupo socioeconômico. Esse impacto é classificado como positivo pela mineradora a partir da justificativa de que “o projeto de exploração mineral da SRN tem aceitação pela maioria dos moradores da região” (SRN MINERAÇÃO, 2019a, p.183). Algumas questões emergem a partir dessa afirmação. Primeiro, como seria possível a empresa tirar essa conclusão se não houve a consulta prévia com a população, apenas uma audiência pública que foi informada com pouco tempo para sua ocorrência e sem as informações necessárias sobre o empreendimento para a comunidade? Se não houve contato direto da mineradora com um grupo de quilombolas, por consequência não seria possível obter a opinião de pessoas que nunca foram consultadas. Segundo, observa-se ao final dos estudos de impacto o corpo técnico responsável pela elaboração destes. É evidente a ausência de profissionais que poderiam, por meio de pesquisa de opinião, por exemplo, testar essa hipótese da mineradora de que seu empreendimento tem aceitação por parte da população da região. Durante o período em que estive presencialmente em Lagoas, absolutamente todas as pessoas que em algum momento conversaram comigo sobre a mineração demonstraram preocupação com a iminente exploração de minério de ferro. Em outros termos, o empreendimento realmente está gerando expectativa, mas levando em consideração esse recorte das(os) quilombolas que tive contato, essa expectativa é negativa. A expectativa é revelada pelo sentimento de medo relatado pelas pessoas, e não pela esperança de melhorias para a comunidade. Então, sobre esse primeiro impacto, e consequentemente sobre as atividades na fase de planejamento, a

⁴⁴ Sobre o ECQ, nota-se a Instrução Normativa Nº 1, de 31 de Outubro de 2018, da FCP. Nela, “Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela FCP quando instada a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal, em razão da existência de impactos socioambientais, econômicos e culturais às comunidades e territórios quilombolas decorrentes da obra, atividade ou empreendimento objeto do licenciamento.” Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/49477935/do1-2018-11-09-instruc-ao-normativa-n-1-de-31-de-outubro-de-2018-49477733>

comunidade apresentou críticas à noção de expectativa como algo positivo pelo olhar quilombola.

Após a fase de planejamento, a mineradora aponta a fase de implantação como subsequente. Essa etapa possui impactos – um total de nove – nos três meios citados nos estudos, sendo preciso, desse modo, descrever os impactos meio a meio. Faz-se isso do ponto de vista de organização dos resultados dos estudos da empresa, pois do ponto de vista teórico adotado neste trabalho, não se percebe os impactos sobre os meios biológico e socioeconômico, por exemplo, como produtores de situações descoladas e independentes, ou seja, os impactos nesses meios se atravessam, produzem efeitos que não podem ser apreendidos apenas em uma dessas caixas explicativas. Ora, se há um impacto sobre a caatinga, apesar de poder se compreender como um impacto no meio biológico, o que se entende como socioeconômico para a população lagoana é diretamente afetado também. Não se explica um separado do outro.

Desse modo, iniciamos a análise sobre os impactos na fase de implantação a partir do meio físico. Sobre esse meio são 3 impactos revelados pela SRN: alteração na qualidade do ar, geração de ruídos e geração de resíduos sólidos. Todos estes são classificados como negativos nos estudos. Sobre o primeiro, a empresa destaca que “prevê-se a emissão de gases, oriundos do processo de funcionamento de veículos e máquinas, além da poeira fugitiva decorrente da limpeza de áreas, abertura e ou melhoria das vias de acessos e de serviços complementares para circulação dos veículos e máquinas” (SRN MINERAÇÃO, 2019a, p.183). Desse modo, a empresa entende que haverá uma alteração na qualidade do ar, o que a comunidade percebe como poluição do ar. Alterar a qualidade é uma expressão que parece buscar um local de neutralidade sobre os possíveis efeitos dessa atividade. Sobre a geração de ruídos, a maior preocupação percebida foi o afugentamento dos animais, impactando inclusive as criações e as abelhas, afetando a economia local.

Ainda na fase de implantação, mas agora em relação ao meio biológico, a empresa destaca dois impactos: redução da cobertura vegetal e destruição de habitat natural e afugentamento da fauna. De certo modo, esse segundo já é destacado pelo quilombo ao se tratar da geração de ruídos, mas é também potencializado pela redução da cobertura vegetal, ou em melhores termos, o descaatigamento. Destaca-se que haverá “a supressão de espécies vegetais remanescentes na área” (SRN MINERAÇÃO, 2019a, p.185), ou seja, nos termos da própria mineradora, entende-se a possibilidade de extinção de parte da flora local. Esse

impacto é um dos que mais chama a atenção de Lagoas, se não for o maior receio. Isso, entre diversos relatos, pois afeta o modo de viver lagoano em diversas direções. A questão do afugentamento dos animais é um impacto, afetando negativamente a criação de bodes e cabras, além de dificultar as euopas pela redução de variedade para alimentação destas, além de promover impactos concretos em relação a terra, como a perda de proteção e nutrientes. O solo fica exposto ao forte calor sem a caatinga, promovendo a degradação da terra. A exploração mineral, então, afetaria as biointerações presentes no modo de viver lagoano.

E para finalizar os impactos descritos pela SRN na fase de implantação, chega-se ao meio socioeconômico. São apontados quatro impactos. Dois positivos: geração de empregos e aumento da arrecadação tributária. Mas é preciso realizar algumas observações a partir de contra-argumentações de quilombolas. Pode-se observar a promessa da SRN em veículos de comunicação de gerar empregos para a comunidade. Com a obtenção da Licença Prévia em agosto de 2021, se falava na geração de aproximadamente 400 empregos diretos e mais de dois mil entre diretos e indiretos⁴⁵. E essa promessa permeia o histórico dos empreendimentos minerais na comunidade. Mas ao olharmos o EIA/RIMA desse projeto, o que está descrito sobre o quantitativo de empregos é substantivamente menor. Percebe-se que “durante a fase de implantação da mineração haverá contratação de 28 operários para trabalhar na atividade de instalação das infraestruturas de apoio à produção minerária, gerando empregos diretos” (SRN MINERAÇÃO, 2019a, p.187). Há um descompasso entre o prometido e o especulado em estudos oficiais.

Mas mesmo se não houvesse esse descompasso quantitativo, é preciso observar se essa atividade seria mais lucrativa ou não para essas pessoas. E isso nos termos de renda monetária. Mas antes, é preciso adentrar com mais detalhes sobre quais os cargos a mineradora estima para a realização do empreendimento. Observa-se no quadro abaixo uma quantidade de vagas especializadas ou que se imagina já fazer parte do quadro de funcionários da empresa, diminuindo ainda mais os empregos gerados para a população local.

⁴⁵ “Segundo a empresa, a fase inicial do projeto compreende a extração de cerca de 300 mil toneladas de minério de ferro por ano, sendo que a capacidade alcançará de forma escalonada 2 milhões de toneladas/ano. A planta-piloto vai gerar mais de 400 empregos diretos, chegando a mais de 2 mil diretos e indiretos. Com o recebimento da licença, o projeto será executado em um período de 8 a 12 meses. A mineradora afirma que produzirá minério premium.” Disponível em: <<https://revistaminerios.com.br/srn-recebe-licenca-para-extracao-de-minerio-de-ferro-no-piaui/>>

Quadro 6 - Vagas de emprego no empreendimento

Nº	Função	Fase de Planejamento	Fase de Implantação	Fase de Operação
01	CEO	01	01	01
02	Gerente Geral	01	01	01
03	Gerente de Projetos	01	01	01
04	Assistente Administrativo	01	01	01
05	Auxiliar de Galpão	01	01	01
06	Recurso 1 – Engenheiro	-	01	01
07	Recurso 2 – Geólogo	-	01	01
08	Recurso 3 – Assistente Geral de Mina	01	01	01
09	Recurso 4 – Técnica de mineração	-	-	06
10	Recurso 5 – Operadores de máquinas	-	-	20
11	Recurso 6 – Pedreiros	-	06	-
12	Recurso 7 – Servidores de obra	-	10	-
13	Recurso 8 – Armadores	-	04	-
Total		06	28	34

Fonte: SRN Mineração (2019)

Na fase de implantação, destacada nessa parte, do total de 28 empregos, imagina-se que até o cargo 8 são vagas já ocupadas pela equipe definitiva da empresa ou de consultorias contratadas, restando 20 vagas de empregos que poderiam ser priorizadas para os lagoanos. Por se tratar de três cargos distintos, tomou-se uma média salarial dos pedreiros, de aproximadamente R\$ 1.800⁴⁶ e, possivelmente, a maior média entre estes, para realizar uma comparação. Por exemplo, em um ano de trabalho uma pessoa nesse emprego na mineradora conseguiria adquirir R\$ 21.600. Mas por outro lado, levando em consideração apenas a apicultura local, em conversa com Júlio Paes, um dos representantes dessa atividade em Lagoas, ele informou que pelo menos no grupo de apicultores que ele faz parte em São Vítor, há uma média de 100 colmeias por apicultor. Por ser um grupo importante no quilombo, é provável que outros grupos de apicultores pelo território Lagoas possuam uma média inferior de colmeias. De qualquer forma, ele informou que em um período de boa internada as abelhas conseguem produzir de 40 a 50 quilos por colmeia. No período em que tivemos essa conversa, em meados de outubro de 2021, ele também apontou que o quilo de mel estaria com o preço entre 14 e 15 reais. Desse modo, uma pessoa com 100 colmeias teria uma produção aproximada de 4 a 5 toneladas de mel nos meses da internada, os primeiros meses do ano, o que poderia gerar uma renda maior que R\$ 50.000 por apicultor nesse período. Ora, como já

⁴⁶ “Um Pedreiro (Mineração) ganha em média R\$ 1.776,26 no mercado de trabalho brasileiro para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais de acordo com pesquisa do Salario.com.br junto a dados oficiais do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web com um total de 698 salários de profissionais admitidos e desligados pelas empresas no período de Setembro de 2020 a Agosto de 2021.” Disponível em: <<https://www.salario.com.br/profissao/pedreiro-mineracao-cbo-715225/>>. Acessado em: 20/10/2021.

apontado, mesmo que se leve em consideração grupos com menos colmeias, por exemplo, metade da média das colmeias do grupo de Júlio, ainda assim o faturamento médio com a apicultura seria maior do que R\$ 25.000 em um período de chuvas regulares. Ou seja, mesmo assim a renda, apenas nos primeiros meses do ano, já seria superior a renda como trabalhador para a mineradora todo o ano. Toda essa ilustração de uma situação para verificar que a promessa de geração de empregos, mesmo quando percebida apenas pela ótica da quantidade de dinheiro, se faz menos seduzente para a população quilombola do que uma atividade tradicional no território. Sem contar a questão de que com a mineração, como já pode estar sendo observada nos impactos listados no EIA/RIMA, pode devastar a caatinga, por exemplo, o que por si só já ameaça a continuidade da apicultura por parte dessa população. Além de prejudicar outras atividades tradicionais, como a agricultura familiar e as criações de bodes e cabras. Com as europas, além de adquirir uma renda melhor, potencializa condições para a execução de atividades componentes do modo de viver ali.

O outro impacto positivo classificado pela empresa na fase de implantação é o aumento da arrecadação tributária. De acordo com apicultores do quilombo, a apicultura também impacta nesse sentido. E além disso, a atividade reflete na direção do que foi apresentado nas linhas anteriores.

Assim, observa-se que mesmo os impactos classificados como positivos pela mineradora, são interpretados de outras formas por parte da comunidade. Desse modo, os impactos classificados como negativos também possuem críticas por parte do quilombo. Ainda sobre o meio socioeconômico são apontados o risco de acidente no trabalho e o risco de acidente no trânsito. Sobre o primeiro, mesmo com a tecnologia de mineração a seco sem a necessidade de grandes barragens de rejeito, como apresentado pela SRN, os casos recentes de tragédias em Mariana e Brumadinho estão presentes nos discursos receosos sobre os possíveis acidentes que a mineração pode gerar na região. E sobre o segundo impacto, um dos problemas crônicos de São Raimundo Nonato e arredores é a recorrência de acidentes de trânsito. É comum saber de algum acidente, principalmente de moto, envolvendo até pessoas conhecidas. Ou seja, por ser um problema que atinge a comunidade de forma recorrente, é preciso ações que diminuam a potência desse dilema, e não algo que possa potencializar ainda mais o índice de acidentes.

Concluído os impactos da fase de implantação, volta-se o olhar para a etapa seguinte: a operação. No meio físico, entre impactos já percebidos na etapa anterior e outros novos, são

oito impactos apontados no EIA/RIMA. São eles: modificação paisagística; modificação geomorfológica da área; risco de erosão do solo; assoreamento e turbidez das águas superficiais; contaminação do solo; alteração na qualidade do ar; geração de ruídos e vibrações; e geração de resíduos sólidos. Os três últimos também estão presentes na fase anterior. Assim, pretendo agora destacar os outros cinco impactos.

Sobre a modificação paisagística, percebe-se o diagnóstico de que ocorrerá este impacto por conta da utilização de explosivos e de escavações nas áreas a serem mineradas, de acordo com o EIA/RIMA. Essa situação potencializa outros impactos já citados como o descaatingamento e o afugentamento da fauna. Mas também há o receio da comunidade sobre outros aspectos, como possíveis rachaduras em suas casas advindas do impacto dos explosivos. Descaracterizar a paisagem do quilombo é descaracterizar o próprio quilombo. E outro impacto que vai ao encontro deste é a modificação geomorfológica da área, ou seja, também a partir do uso de explosivos e escavações, caso o empreendimento aconteça, haverá alterações na superfície do território.

Ainda na fase de operação, outro impacto no meio físico é o risco de erosão do solo. Nele,

“o desmatamento de áreas para mineração, o uso de veículos e máquinas para a limpeza das vias de acesso internas, o desmonte com uso de explosivo e escavação das áreas a serem mineradas, acarretará na desproteção e compactação do solo. Esse processo se desenvolve concomitantemente com a redução do nível de argila dispersa, ocasionando a redução da porosidade do solo o que reduz drasticamente a permeabilidade e cresce o risco de erosão, além de abrir valas que pode favorecer ao processo erosivo.” (SRN MINERAÇÃO, 2019a, p. 192)

Ou seja, todo o processo que as atividades que compõem o modo de viver em Lagoas de preservar a caatinga para que sejam potencializadas as condições de êxito nessas atividades se torna prejudicado, ou mesmo invisibilizado para a promessa de um desenvolvimento da região. Isso quer dizer que em contraposição ao modo de viver biocentrado em que a preservação da caatinga, das águas e da terra são fundamentais para a existência quilombola, a mineração propõe um projeto em que, entre diversos impactos, um dos efeitos sinalizados pela própria mineradora é o uso da terra de forma indiscriminada. Percebe-se uma diferença ontológica entre quilombolas e os agentes do capitalismo neoliberal. O primeiro grupo mora naquela terra. Mora, vive e cria condições para continuar vivendo mesmo com as situações desfavoráveis, como o clima e a escassez de água. O segundo grupo, quer explorar a terra e ir embora quando ela não fornecer mais o que eles procuram.

Outro impacto apontado no EIA/RIMA é o assoreamento e turbidez das águas superficiais. E esse é um dos que mais traz preocupação para as(os) quilombolas, muito pela situação histórica de escassez hídrica e as inseguranças decorrentes, como as inseguranças alimentares, sanitárias, econômicas, entre outras. Em um lugar que convive com a escassez de água, propor um empreendimento que impacte negativamente sobre torná-la impotável, não própria para o uso, é propor a não existência lagoana.

E por fim, o último impacto destacado no meio físico é a contaminação do solo. Um dos impactos que mais preocupam Lagoas, tendo como referencial as conversas que tive no quilombo. Na interlocução com Júlio, ele informou que a configuração do território favorece a apicultura no quilombo, por não ser um lugar com grande trânsito de veículos, e conseqüentemente baixo volume de emissão de gases poluentes, o que contribui para a manutenção da qualidade do ar e da terra. Mas de acordo com o EIA/RIMA do empreendimento da SRN, “a utilização de equipamentos pesados, veículos e motores movidos a combustíveis poderá acarretar a contaminação do solo com derramamento direto no solo de combustíveis, óleos e graxas” (SRN MINERAÇÃO, 2019a, p.194). Desnecessário falar que esse impacto pode desfavorecer a vida no quilombo, por contaminar os recursos naturais e colocar obstáculos sobre atividades como a agricultura familiar.

Já os impactos apontados no EIA/RIMA no meio biológico referentes a fase de operação são dois e estes já citados na fase anterior: redução da cobertura vegetal e destruição de habitat natural e afugentamento da fauna. Por estes já terem sido brevemente discutidos, vamos passar para os impactos socioeconômicos nessa última fase.

Aqui, são apontados dez impactos, sendo quatro classificados como positivos pela empresa, e os outros seis como negativos. Entre os positivos, a geração de empregos e o aumento da arrecadação tributária já estão presentes na fase anterior. Também estão presentes a dinamização da economia local e a valorização imobiliária.

Sobre a dinamização da economia local, observa-se que “com a operação da SRN Mineração, haverá maior oferta de emprego local, aumento de venda no comércio e maior circulação do dinheiro nos municípios que terão áreas de mineração, contribuindo para o crescimento e dinamização da economia desses municípios” (SRN MINERAÇÃO, 2019a, p.197). Com essa descrição, é preciso voltar ao debate acerca da geração de empregos por parte desse empreendimento. Como já apontado com a colaboração da população, outras atividades já presentes no modo de viver lagoano tem maior potencial em geração de renda,

levando em consideração a ótica monetária nessa situação. A apicultura é o maior exemplo disso. Ou seja, se a SRN aponta a maior oferta de emprego como condicionante para aumentar as vendas no comércio e a circulação de dinheiro nos municípios, é consequente que se outra atividade tem maior potencial de gerar renda, maior será a circulação de dinheiro e do comércio na região. Desse modo, mesmo no léxico capitalista da mineradora, há problemas sobre essas promessas de impactos positivos. Vale lembrar que são hipóteses levantadas a partir dos relatos quilombolas, o que deveria ter sido levado em consideração pela SRN para que mesmo os impactos classificados como positivos tenham fragilidades tão evidentes.

Outro impacto classificado como positivo é a valorização imobiliária. Nesse caso, mostra-se um desconhecimento completo acerca da situação do quilombo Lagoas. No EIA/RIMA há a justificativa de que a expectativa da população sobre o empreendimento acarretará nessa valorização imobiliária. É preciso voltar no debate sobre o primeiro impacto destacado neste tópico, justamente a criação de expectativa na população local. Como foi destacado a partir das interlocuções lagoanas, a expectativa da população em Lagoas é, em sua maioria, de receio, e não como algo positivo como destacado pela mineradora. Desse modo, o argumento de que a expectativa positiva da comunidade levará a valorização imobiliária passa por fragilidades. Além disso, há de se pensar sobre se a valorização imobiliária é o que a comunidade quer e precisa. Ao pensar que a comunidade luta pela titulação de suas terras, nesse cenário, pouco importa a valorização imobiliária, visto que o quilombo quer o título de direito ao uso coletivo do território. E mesmo sem essa questão, ao se imaginar em critérios para valorizar ou não uma propriedade naquela região, um local com maior facilidade para acesso a água, por exemplo, seria um dos principais fatores de valorização. O empreendimento vai na contramão, ao colocar em risco a potabilidade da água. Ou seja, a capacidade da mineração vai ao encontro da desvalorização imobiliária na região.

Por fim, os impactos classificados como negativos na fase de operação no meio socioeconômico são seis, sendo o risco de acidente no trabalho e risco de acidentes de trânsito já presentes e destacados na fase anterior. Desse modo, destaca-se com maior destaque os outros quatro impactos. São eles: conflitos sociais; conflitos do uso do solo; demanda sobre os equipamentos e serviços urbanos; e dispensa de mão de obra. Sobre o primeiro impacto citado, a descrição é preocupante para Lagoas:

Com a implantação e operação da atividade minerária na área pela SRN Mineração, haverá aumento de pessoas oriundas de outros locais que irão morar nas cidades das áreas objeto de exploração mineral e entorno, podendo haver conflito cultural e de valores pela perda de laços sociais da comunidade local, bem como incidência de

novas doenças e epidemias, afetando à população local. (SRN MINERAÇÃO, 2019a, p.199)

Ou seja, percebe-se problemas em alguns aspectos da vida, como o crescimento populacional da região, desencontros culturais e efeitos sanitários. Em relatos, parte da população aponta como um dos medos esse movimento de chegada de outras pessoas na comunidade, “os de fora” como são chamados, pois há essa percepção de que com esse aumento demográfico alguns aspectos tradicionais podem não ser respeitados, como o risco de desrespeito à terra de conjunto. Além disso, principalmente entre as mulheres quilombolas, há uma preocupação acerca do alcoolismo. Isso, pois este é um problema que atinge parte do quilombo, tendo os homens como público principal do consumo excessivo de álcool, e relatado por elas como algo que geralmente se inicia nesse contato com os de fora, ou seja, em viagens para outros estados para trabalhar. Essa preocupação se estende ao consumo de drogas. Daí o receio demonstrado pelas mulheres com essa chegada de pessoas de fora.

O conflito do uso do solo vai ao encontro deste último impacto apontado. No EIA/RIMA, há a percepção de que pode haver conflitos entre os proprietários das áreas e a SRN Mineração em relação aos direitos do uso do solo. Como já falado sobre o caso em que encontrei por acaso com um consultor que presta serviços à mineradora, ele apontou a dificuldade de acessar informações com as(os) quilombolas, pois estes na maioria das vezes nem aceitam conversar com ele quando sabem que se trata da mineração. Esse exemplo já pode ilustrar como esse impacto, ao contrário do que é descrito como um impacto na fase de operação, já está presente desde a realização dos estudos. E tudo indica que ao avançar as etapas da mineração, haverá aumento desses conflitos. E mais do que conflitos sobre o direito do uso do solo, há divergências ontológicas sobre a terra.

Outro impacto é a demanda sobre os equipamentos e serviços urbanos. Pelo crescimento populacional já destacado, percebe-se que mais pessoas vão precisar e utilizar de serviços públicos, como por exemplo o atendimento hospitalar. Fazendo o recorte para Lagoas, esse, assim como grande parte das comunidades quilombolas brasileiras, não possui uma estrutura de saúde bem constituída dentro do território. Ou seja, as(os) quilombolas dependem em grande parte de acessar a saúde pública nas sedes dos municípios, o que ficaria ainda mais difícil com esse aumento populacional. Em outros termos, dificulta-se o que já é complicado para o quilombo. E o impacto não se restringe a saúde, mas também pode ser imaginada nos serviços de segurança, educação, saneamento, entre outros. Em conversas com

lagoas(os), foram apontados aspectos que de forma geral foram chamadas por ausência do Estado. Desde reclamações por construção de praças até a exigência de construção e abertura de unidades de saúde e escolas, as pessoas com quem tive contato apontaram aspectos em que se mostra a falta de serviços dos agentes públicos. Assim, se percebe que a situação sem mineração já provoca reivindicações quilombolas.

E ao final, o último impacto destacado é a dispensa de mão de obra. Veja, é preciso retomar o quadro 6. São demonstrados 6 empregos na fase de planejamento, 28 na implantação e 34 na operação do empreendimento. Ao todo, 68 empregos diretos. Desnecessário falar que dispensar funcionários traz consequências negativas para quem se torna desempregado, mas é preciso também destacar novamente que o modo de viver lagoano promove atividades econômicas capazes de gerar emprego e renda, até maiores em termos quantitativos do que a mineração, mas desde que sejam criadas as condições necessárias, como a preservação da caatinga e o trabalho cooperativo. E além disso, são formas de trabalho que enfatizam a manutenção da vida quilombola no território, ou seja, há um movimento cíclico de trabalho e relação com a biodiversidade, e não um trabalho que ao final da exploração, termina-se o emprego também.

Com essa passagem pelos impactos que a mineração por parte da SRN pode provocar sobre a região que se faz presente o território Lagoas, é possível retornar a alguns pontos ressaltados por Nego Bispo e avançar em algumas outras reflexões. Primeiro, mesmo com a identificação de impactos em sua totalidade negativos nos meios físico e biológico, e de maioria negativa no meio socioeconômico, ao final do EIA/RIMA a empresa conclui que:

o Projeto de Mineração pode ser considerado, como um empreendimento ambientalmente viável, ao trazer, potencialmente, com sua inserção, benefícios econômicos, sociais e ecológicos que superarão os impactos ambientais que possam advir de sua implantação e operação – isso, se houver por parte do empreendedor uma boa gestão no sentido de implantação de todos os Programas Ambientais propostos, tanto para a fase de implantação do Projeto como para a fase de operação. (SRN MINERAÇÃO, 2019b, p.61)

Ou seja, mesmo com a identificação de maioria dos impactos como negativos, e mesmo os classificados como positivos sendo passíveis de críticas por parte do quilombo Lagoas, a mineradora entende ser, entre outras coisas, ambientalmente viável a execução do projeto. Ora, se voltarmos às contribuições de Nego Bispo, o EIA/RIMA realmente não tem a preocupação em investigar os possíveis impactos ambientais e culturais que um empreendimento pode causar em uma comunidade, mas legitimar, nesse caso, a exploração

mineral. Em outros termos, apesar de qualquer tipo de impacto negativo, ao final a conclusão será no sentido de legitimar o empreendimento. E para chegar nessas conclusões, se passa por um processo de convencimento de que o projeto é necessário inclusive para a comunidade. Santos (2019) alerta para essas falsas promessas de uma melhoria de vida. A empresa utiliza desse artifício de retratar uma situação estagnada na comunidade para assim ter um campo adequado para realizar as promessas. Nota-se esse processo, quando se apresenta a situação da região desse modo:

Conforme o diagnóstico elaborado para a área de influência direta do empreendimento, pode-se constatar que nas condições vigentes o quadro de desenvolvimento econômico e social da região está estagnado e com poucas perspectivas de alavancagem da economia local devido a carência de empreendimentos econômicas geradores de emprego e renda na região, poucas perspectivas no setor primário devido ao clima que prevalece a escassez de chuvas o que resulta nos reduzidos índices de desenvolvimento econômicos e sociais, sendo este um cenário socialmente injusto e economicamente frágil para a região, na condição sem o projeto da SRN Mineração. Face esse cenário das últimas décadas observa-se que a região sem desenvolver o seu potencial mineral, ou seja, numa situação como está hoje, a perspectiva é de permanência de um quadro econômico e social frágil, perpetuando a pobreza das famílias que moram nas comunidades rurais da região de abrangência do projeto de mineração. (SRN MINERAÇÃO, 2019b, p.57)

Em outras palavras, a empresa apresenta a região como estagnada economicamente, produzindo um cenário injusto para a população. Desse modo, apresenta-se um problema, criando um ambiente para a apresentação de soluções. E assim acontece na sequência:

Com o início das atividades de exploração mineral na região de São Raimundo Nonato, através da SRN Mineração, utilizando método de produção moderna com tecnologia avançada, resultará em uma perspectiva completamente diferente do quadro atual da região. Como já demonstrado ao longo deste estudo, o cenário regional com destaque para os municípios contemplados com a exploração do minério de ferro, traz uma nova configuração do quadro socioeconômico local, pois com a atividade de exploração do minério de ferro desenvolvida na região por empresa especializada no ramo, trará a expectativa da população local para um novo momento da economia local, fato este esperado com certa ansiedade por grande parte das pessoas que habita na região a ser beneficiada com o projeto de mineração da SRN. (SRN MINERAÇÃO, 2019b, p.59)

De modo geral, utiliza-se de algumas situações para convencer de que a mineração, na figura da SRN, é a protagonista do desenvolvimento na região. Primeiro, destaca-se a condição climática e hídrica. A partir de uma condição de seca é destacada as dificuldades para a realização de atividades primárias, sendo estas as predominantes na região. Assim, a mineradora chega à conclusão de que aquela área está economicamente estagnada e sem perspectivas de mudanças. Com a economia estagnada, a população continuaria empobrecida.

E após esse diagnóstico, a SRN aparece com o empreendimento que promete reverter essa situação de estagnação. Esse movimento se aproxima da definição de Rist (1997) sobre esse discurso do desenvolvimento:

A força do discurso do ‘desenvolvimento’ vem de seu poder de seduzir, em todos os sentidos do termo: encantar, agradar, fascinar, colocar sonhos, mas também abusar, se afastar da verdade, enganar. Como alguém poderia resistir à ideia de que há uma maneira de eliminar a pobreza que nos perturba? (RIST, 1997, p.1, tradução nossa)⁴⁷

E essa promessa de afastar a pobreza da população local vai para além dessas conclusões, mas perpassam pelas considerações dos impactos, principalmente no meio socioeconômico. Por exemplo, o EIA/RIMA destaca diversas vezes a geração de empregos para além de um impacto, mas também como uma justificativa para a execução do projeto. E talvez aí fica um ponto de inflexão na relação mineradora e quilombo. No léxico do desenvolvimento representado pelos estudos da SRN, há a divisão entre meios físico, biológico e socioeconômico, ou seja, sair da pobreza nesse discurso de promessas pode não estar ligado com aspectos da biodiversidade. E como já foi apontado ao longo do trabalho, em Lagoas há conexões entre os recursos comuns e o modo de viver, inclusive aspectos econômicos. Para o êxito das técnicas de criação de bodes e cabras, de europas e da agricultura familiar, por exemplo, há conexões com os recursos comuns. A caatinga precisa estar viva, a terra protegida e as águas armazenadas com segurança para passar a estiagem. Isso quer dizer que as atividades desempenhadas pelas(os) quilombolas estão para além, ou em alternativa, ao projeto de desenvolvimento neoliberal caracterizado principalmente na imagem do empreendimento de exploração de minério de ferro. Sobre os impactos iminentes da mineração sobre o modo de viver no quilombo, Seu Cláudio resume ao falar que:

Começando principalmente pelo ser humano. Por que sem o ser humano nós não vamo ter outra coisa, não vamo ter apicultura, não vamo ter nada. Essa é uma das grandes preocupação, é o ser humano. Ai depois a própria a natureza, o próprio ambiente, que vai sofrer também, em primeiro lugar, talvez até primeiro que o ser humano. Por que o ambiente é o primeiro a ser destruído, as nossas matas, já arrancaram e vão arrancar mais. Angico, imbuzeiro, imburana, tudo vai ser arrancado. E nós, o ser humano é que vai ser prejudicado com as poeiras tóxicas que vai ser... a saúde. Os ruídos, as coisas que vai aparecer, tudo vai prejudicar a gente. E quanto as abelhas, vai prejudicar na florada, como eu tô dizendo, vai ter todo tipo de produto químico, tanto faz da própria da pedra, como das máquinas, que vai tudo pra florada e a abelha vai pegar e pode até além de contaminar o mel, pode até começar a morrer a abelha. E aí vem a fauna, os bichos, os animais, os pequenos animais que têm, raposa, cobra, que tudo vai ter que se afugentar do lugar. Os que

⁴⁷ The strength of ‘development’ discourse comes of its power to seduce, in every sense of the term: to charm, to please, to fascinate, to set dreaming, but also to abuse, to turn away from the truth, to deceive. How could one possibly resist the idea that there is a way of eliminating the poverty by which one is so troubled? (RIST, 1997, p.1)

eles não conseguir matar, por que o que vai ter de caminhão passando por cima de todo bicho aí. Enfim, é um dano completo. Como eu tô dizendo, já vai arrancar muita coisa do que os bode come. Aquela poeira tóxica vai cair na folha onde os bicho come. O próprio ruído das máquinas, das... dos tiro que eles vão detonar pedra vão espantar os bicho de seus pontos. Tudo, tudo vai ser prejudicado nessa região. (Cláudio Teófilo, 2021, comunicação oral)

O que se propõe compreender, após os escritos do capítulo 2 e o debate acerca da mineração neste capítulo, é a existência de um modo de viver outro, ou seja, uma existência para além do neoliberalismo capitalista. É importante tomar isso sem os essencialismos de pensar os quilombos como um bloco homogêneo de relações entre pessoas negras, em harmonia com a natureza e com o intuito de estabelecer um projeto anticapitalista e antirracista. O caso de Lagoas serve de luz para que não caiamos nessa armadilha, pois este é um quilombo da caatinga, situado em uma região de clima semiárido, com baixa precipitação de chuva, com um processo de constituição do território por meio da aquisição de terras, enfim, toda uma rede que faz de Lagoas um lugar de dinâmicas únicas.

Pode-se tentar uma generalização ao se referir da lógica da biointeração construída a partir das conexões entre quilombolas e recursos naturais. De modo geral, percebe-se esse traço nas comunidades quilombolas, sendo inclusive esta uma noção de um autor quilombola. Isso também vale para outros conceitos utilizados ao longo deste trabalho, como o Bem Viver e o modo de viver. No primeiro, por se tratar de uma espécie de processo que se sustenta no princípio da continuidade histórica a partir da tentativa de alcançar alternativas para se viver de grupos marginalizados, pode-se também imaginar um grau de generalidade, justamente ao nos fixarmos até esse ponto. Mas quando se vai além sobre o detalhamento desse processo e dessas alternativas para se viver, chega-se aos procedimentos e sujeitos para que isso ocorra. Em outros termos, em Lagoas há uma combinação de fatores para que cheguemos a uma reflexão sobre a categoria de Bem Viver, como o processo de existência a partir da caatinga, atravessando longas estiagens e a escassa oferta de serviços públicos. Assim, há um modo de viver atravessado por uma combinação de fatores que não é geral – o mundo não vive na caatinga, por exemplo.

Desse modo, e chegando na contribuição efetiva deste tópico, é preciso estar atento aos procedimentos, técnicas e sujeitos – pessoas e não-pessoas – para se alcançar a biointeração e o Bem Viver, por exemplo. Imagina-se que um quilombo do sul brasileiro tenha condições ambientais, políticas e raciais diferentes de Lagoas, mesmo que possuam muitas semelhanças. Essas condições estimulam as interações presentes no cotidiano

quilombola, ou seja, na constituição de um modo de viver. Há uma diferença em conviver com a caatinga em relação a mata atlântica, por exemplo. As estratégias de existências são diversas, mesmo que se possa dizer que partem de alguns princípios em comum, como a biointeração.

A junção de um modo de viver calcado em conexões de harmonia com a terra e a percepção de um não essencialismo e unicidade ao se tratar das comunidades quilombolas pode ser uma chave interessante para o projeto decolonial. E inclusive o fato da ambição de uma mineradora sobre o território, no caso de Lagoas, é mais um elemento para esse debate. E isso, pois, se estamos partindo do decolonial, pelo próprio nome percebe-se um movimento de afastamento de algo: o colonial. E ao longo desse trabalho, pode-se perceber momentos de descrição da colonização de forma prática e evidente em relação à região investigada, tanto na entrada dos bandeirantes, quanto na fixação de fazendas predominantemente pecuaristas, e agora também a tentativa, inspirado em Nego Bispo, há uma nova forma de colonização, por meio da mineração e utilizando de instrumentos como os EIA/RIMAs. Ou seja, há um aspecto colonial marcante, sendo possível imaginar a insurgência do decolonial. Nesse caso, o pensamento colonial não parou de existir quando houve o fim da escravidão, tampouco só está voltando com a mineração e seu discurso do desenvolvimento. Este pensamento de progresso em direção a um modelo de vida que se aproxime cada vez mais do moderno está presente sequencialmente. Mas depara-se com Lagoas, e uma frase de José resume a contrariedade a esse pensamento. Ele disse uma vez que “para mim não existe São Paulo melhor que essa aqui” ao entrarmos em meio sua plantação de abóbora. Ou seja, mesmo que se tenha um pensamento colonial que privilegia a tomada de decisões e objetivos de vida em direção ao que se entende como moderno, há um pensamento contrário. São Paulo, nessa fala, é entendido como uma espécie de modelo da modernidade no Brasil.

A partir da noção de colonialismo interno (CASANOVA, 2006) pode-se perceber que há uma forma de se pensar e sentir a vida no Brasil que é centrada na experiência de São Paulo. Aspectos culturais, intelectuais e de valores podem ser percebidos a partir desse estado para os demais, como uma espécie de modelo a ser seguido. É o caminho a ser seguido em direção à modernidade no país. Ora, se não é com o fim da escravidão que se dá o fim do colonialismo e o início de um momento decolonial, é preciso tornar-se agente decolonial. E ao tratar que não existe São Paulo melhor do que a agricultura familiar, do que o modo de viver lagoano, afirma-se uma contraposição ao colonial representado por São Paulo, nesta fala.

Mas ao mesmo tempo, a partir desse diálogo, não se percebe uma predisposição de tomar o modo de viver em Lagoas como a melhor forma de se viver, mas a coloca em horizontalidade em relação ao moderno representado por São Paulo. Essa é outra premissa do pensamento decolonial. Não se trata de apenas se contrapor ao colonialismo e propor um conhecimento universal contrário, mas de se contrapor ao universal, colocando as formas de conhecimento e de valores em um patamar que não seja vertical. No caso discutido neste tópico, sobre a mineração, percebe-se que há um discurso, tanto da mineradora, quanto do Estado, em direção a um modelo de desenvolvimento a ser seguido e que passa pela execução do empreendimento de exploração mineral. O próprio EIA/RIMA, como já apontado, coloca a atividade em uma posição de caminho único para o desenvolvimento e a modernização da região. Essa perspectiva é colonial.

Por um lado, coloca-se a mineração como a alternativa para a geração de renda. Mas por outro lado, as(os) quilombolas apresentam que há outra forma de se conseguir renda por meio do modo de viver lagoano. De modo geral, os EIA/RIMAs são utilizados como instrumentos de recolonização (SANTOS, 2019), e apesar de diversas – tratam de projetos hidrelétricos, mineração, entre outros exemplos – possuem uma determinada linguagem e geralmente avaliam os empreendimentos como protagonistas do desenvolvimento, colocando a situação das comunidades atingidas como estagnadas. Em outros termos, recoloniza por partir de um preceito de desenvolvimento e modernidade a ser atingida, sendo estas, geralmente, incompatíveis com o modo de viver dessas comunidades. No caso dos quilombos, como apontado a partir do caso de Lagoas, são diversos em aspectos ambientais, políticos, culturais, e isso impacta sobre o modo de vida destas, sendo impossível tratar as comunidades quilombolas como um bloco homogêneo, sendo que os conhecimentos adquiridos a partir dos quilombos não pretendem a universalização, justamente por não ser universal nem entre o grupo dos quilombos. Ou seja, os conhecimentos quilombolas dão contribuições epistemológicas que avançam sobre a perspectiva da modernidade (GROSFOGUEL, 2008). É necessário ter em mente o local epistêmico e o corpo-político, ou seja, estes aspectos localizados em um quilombo e a partir de quilombolas pode fornecer conhecimentos vinculados a uma realidade. Difere de uma perspectiva eurocentrada de conhecimento neutro, que ao realizar esse movimento coloca o sujeito eurocentrado como intocado, de não precisar ser localizado pois é universal. O que se propõe é uma forma de conhecimento que está

partindo de um lugar na estrutura de poder, partindo do proveito de uma posição marginalizada para a produção de conhecimento a partir daí (COLLINS, 2016).

A partir das conexões entre quilombolas de Lagoas e a terra e da percepção da importância desta para o quilombo, percebe-se um lugar de produção de conhecimento contra-hegemônico. Além da construção de modos de uma população negra para se viver em uma região com escassez de água, o que por si só já abre um caminho político-acadêmico de potencial, trata-se da construção de modo de se viver de uma população negra em uma região de estiagem em frente a projetos de desenvolvimento que envolvem a desproteção da terra. Não é apenas procurar formas de sobreviver, mas procurar formas de sobreviver e fazer viver a terra e a biodiversidade. Em tempos de previsões catastróficas sobre o futuro das condições ambientais do planeta, fica de exemplo o caso de comunidades negras, como Lagoas, para a sobrevivência da natureza – e as pessoas estão incluídas aí.

Capítulo 4 - Pensando o futuro a partir de Lagoas

Nos capítulos anteriores, passamos por um momento de revisão da literatura sobre os quilombos no Brasil, dialogando com as ausências e presenças da terra nestas reflexões. Passando também pelo caso do território quilombola Lagoas, apontando aspectos das conexões entre essa população e a terra na vida lagoana. E ainda, em um trabalho conjunto com as contribuições de algumas pessoas da comunidade, estabeleceu-se uma análise sobre a mineração neste lugar e os possíveis impactos sobre o modo de viver lagoano.

Desse modo, neste capítulo voltaremos a alguns conceitos já apontados anteriormente, a fim de reiterá-los e evidenciar alcances das reflexões desta dissertação, o que futuramente poderá ampliar a "comunidade de interesse" em torno do tema desta pesquisa e também evidenciar que a discussão que estamos propondo tem um alcance que passa pela comunidade quilombola de Lagoas, interessa as discussões sobre quilombo de um modo geral e também propõe uma discussão sobre o futuro. A intenção é de amarrar os pressupostos teóricos utilizados ao longo do trabalho e pensar sobre como essas ideias, em junção com o caso lagoano, podem fornecer meios de se pensar a nossa realidade e o futuro.

O pressuposto inicial da investigação foi de que agentes humanos e não-humanos agem e se interferem na prática da vida social (LATOURE, 2012). Pela influência da teoria ator-rede, parte-se da noção de que em uma investigação nas ciências sociais não se pode partir de um entendimento de que as conexões se dão apenas entre atores heterogêneos. Em outros termos, é importante superar a perspectiva antropocentrada e admitir que um curso da ação também passa por não-humanos. Assim, nota-se que “a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos (para as quais, de resto, as habilidades sociais básicas seriam suficientes) ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras” (LATOURE, 2012, p. 113).

Ainda nesse pressuposto inicial da pesquisa, entende-se também que se o ator não-humano for a natureza, este tem valor ontológico, mesmo se não houver necessidade aparente para as pessoas (ACOSTA, 2011). Ou seja, supera-se a perspectiva antropocêntrica e parte-se uma postura biocêntrica. Por meio da noção de igualdade biocêntrica, em que os atores humanos estão dentro da natureza, entende-se que “todos os seres têm o mesmo valor ontológico — o que não significa que sejam idênticos” (ACOSTA, 2011, p. 123). No caso do quilombo Lagoas, o objetivo foi de tratar as pessoas, a terra, e demais elementos como a

caatinga, a água, etc., como agentes que estão interagindo na constituição da vida no quilombo.

Mas questões podem ser apontadas a partir desse pressuposto. Primeiro, até que ponto o termo humano possui neutralidade ou imparcialidade ao se referir a todas as pessoas? E segundo, a condição de humano é igualitária para todas as pessoas?

Em relação à primeira questão, é importante retomar as reflexões de Nego Bispo, pois ele aponta essa categoria de humano como possuindo uma carga colonialista e masculina. Ao se referir a ser humano, trata-se de um retrato de como a ciência construiu, ou representou, as pessoas. Se a ciência, ao longo de sua história, tem o predomínio de homens brancos, pode-se imaginar que a representação de ser humano apontado por esta instituição moderna seria a imagem e semelhança de quem exerce poder na própria ciência, e portanto, em exclusão daqueles que não o exercem. Inclusive, é recorrente o uso do termo homem como sinônimo de humano na linguagem científica. Um exercício simples que dá indícios dessa dinâmica é uma rápida busca no *Google* pela expressão humano, onde percebe-se um predomínio de imagens, ou que retratem a evolução humana, ou com pessoas brancas – majoritariamente homens.

Se há essa situação de compreensão de ser humano como uma representação majoritária branca e masculina, pode-se chegar também a noção de humanidade e os sentidos desse termo para a construção de políticas internacionais e nacionais. Com a modernidade, vieram tratados para assegurar a segurança, paz e condições de bem estar para a humanidade. Mas se há essa compreensão acima destacada, imagina-se que essas políticas de bem estar também sofrem de uma certa imparcialidade. Se voltarmos há pouco mais de um século na história do Brasil, por exemplo, teremos uma população negra institucionalmente não reconhecida como seres humanos de direito. Isso, por óbvio, se dava por essa população ter sido colocada na condição de escravizada e essa condição ter perdurado por um tempo que corresponde pela maior parte dos anos desde a chegada dos primeiros portugueses no que viria a ser o Brasil até hoje. A abolição da escravatura não significou uma tomada de reconhecimento do povo negro na categoria da humanidade automaticamente, pelo contrário, houve a marginalização e sofisticação no racismo. Ou seja, mesmo que na melhor das hipóteses, não houvesse racismo atualmente e todas pessoas tomassem partido do antirracismo, ainda assim a corrida pelo status de humano já teve seu ponto de partida desigual.

Isso já responde, em partes, a segunda questão. O que temos, então, é uma situação que o reconhecimento como humano é desigual, e que esta categoria tem como base uma concepção eurocentrada e masculina. Essa situação tem como motor o colonialismo. Desse modo, pode-se entender a colonização como “todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (SANTOS, 2019, p. 35).

Em outros termos, os processos eurocentrados de invasão, exploração e etnocídio são a base desse retrato de uma concepção de ser humano à imagem e semelhança do homem branco. Partindo desse entendimento, mais algumas questões surgem. Como realizar pesquisa tomando como pressuposto as agências de humanos e não-humanos com essa negação da humanidade para a população negra? E quais são as alternativas para superar essas situações de colonialidade?

Para buscar alguma resposta para a primeira questão, a postura no trabalho foi de tratar pelas categorias pessoas e não-pessoas. A intenção foi traduzir uma relação desigual no status de humano para uma expressão que busque desconfigurar os pressupostos da criação da condição de ser humano. Pode-se observar esse movimento, quando Nego Bispo aponta que:

Então tem muita gente vendo o pensamento africano hoje e traduzindo algumas questões africanas, inclusive algumas palavras. Quando se diz pessoas você não precisa preocupar se está sendo politicamente correto com relação ao masculino e ao feminino. Pessoas resolve tudo, resolve pro masculino e pro feminino. Quando você diz humanos você está no masculino, quando você diz pessoas você resolve essa questão. Quando você diz gente você também resolve essa questão. Você diz ‘a’ gente, você não diz ‘o’ gente. É isso, dá pra fazer ambas as coisas. (SANTOS; MEYER, 2020, p. 64)

Se há um movimento histórico de negação da humanidade para a população negra, ou inferioridade dentro desta categoria, parte-se da noção de pessoa para que se tente equalizar as condições de ação e percepção destas entre as pessoas. Por isso, toma-se as categorias pessoas e não-pessoas no trabalho, ainda partindo do pressuposto de que estas são agentes, se interferem e se influenciam.

E buscando algum caminho para encontrar respostas para a segunda questão, destaco duas propostas de alternativas contrárias à colonialidade: o projeto decolonial e a contra-colonização. Em relação a decolonialidade, ela é um projeto que busca provincializar toda forma de conhecimento que tenha a proposta de universalização e que foi gestada a partir

do início do sistema-mundo moderno. Além de um projeto acadêmico, pode-se compreender este por:

A decolonialidade consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492. [...] A modernidade não foi um projeto gestado no interior da Europa a partir da Reforma, da Ilustração e da Revolução Industrial, às quais o colonialismo se adicionou. [...] O colonialismo foi a condição sine qua non de formação não apenas da Europa, mas da própria modernidade. Em outras palavras, sem colonialismo não haveria modernidade” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p.17)

A colonização criou as condições necessárias para a modernidade. É nesse lugar que se dá a produção de um grande discurso da modernidade, que passa a subalternizar grupos e, com a reconfiguração deste discurso, marginaliza mais grupos e/ou sofisticada os modos de subalternidade. É nessa diferença no sistema-mundo moderno/colonial que se percebe pessoas em um lugar de fronteira. Os sujeitos coloniais ficam em uma fronteira física e epistemológica da modernidade, sendo este lugar um potencial espaço para produção de conhecimento. Nessa perspectiva, é possível construir conhecimento por meio desse lugar subalterno, pelas experiências vividas por estar ali e pelas formas de resistência encontradas por essas pessoas. Resumidamente, parte-se de uma experiência colonial de pessoas subalternizadas – junto com seus conhecimentos.

Outra forma de se pensar uma alternativa à colonialidade é a contra-colonização (SANTOS, 2019). Parte-se da noção de colonização apontada anteriormente, pois segundo Nego Bispo, a contra-colonização e colonização fazem parte de um processo de enfrentamento entre povos, raças e etnias em um conflito em um determinado espaço geográfico. Se na perspectiva do autor, a colonização diz respeito a expropriação e etnocídio em um dado território, entende-se a contra-colonização como “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (SANTOS, 2019, p.35). Para ele, ao se falar de colonização, estamos falando de uma guerra por território e territorialidades. E aqui, vale lembrar a discussão apresentada em um tópico do primeiro capítulo, ao tratar que a territorialidade, ao possuir aspectos organizacionais de um determinado grupo sobre como constituir seu modo de vida, passa a ser um processo de constituição de um território. Assim, ao se referir de contra-colonização, pode-se entender que o debate está no âmbito da contradição a um processo de territorialidade do projeto de modernidade.

A primeira proposta, da decolonialidade, tem no lugar de fronteira um ponto central para a análise, pois este lugar parte de um contexto em que a colonialidade opera mas as(os) agentes subalternizadas/os também agindo e, estando em um lugar epistêmico, reagindo ao colonialismo. A segunda proposta, da contra-colonização, toma a operação da colonialidade também como um dado, mas ressaltando um caráter de defesa do território e das significações das/os contra-colonizadoras(es). Estas perspectivas apresentam algumas divergências, apontadas por Bispo em sua percepção de que a decolonialidade é um conceito sintético e a contra-colonização, um conceito orgânico, sendo que, ainda de acordo com o autor, o primeiro parece falar mais a quem é a(o) subalternizada(do), e o segundo se pretende a falar para o colonizador (SANTOS; MEYER, 2020). Por outro lado, o projeto decolonial pode ser defendido por ter como um de seus objetivos marcar o lugar epistêmico e o corpo-político na produção de conhecimento, visto que as ciências sociais ocidentais ocultam estes (GROSFOGUEL, 2008). Essa ocultação confere ao sujeito ocidental uma posição de construtor de uma ciência generalizante e neutra. Com isso, a intenção seria falar da diferença colonial a partir da perspectiva dos povos marginalizados, para que aí se possa falar ao colonizador. Mesmo apesar de desencontros, pretende-se pensar em alianças, complementaridades, a partir destas formulações que se pretendem contraditórias à colonialidade.

E uma possível aliança pode ser traçada a partir da concepção de lugar de fronteira dentro da decolonialidade e a forma como Bispo aponta a questão da capacidade das/os contra-colonizadoras/es de lidar com as sofisticações da modernidade. Ele diz que:

nós, povos contra colonizadores, temos demonstrado em muitos momentos da história a nossa capacidade de compreender e até de conviver com a complexidade das questões que esses processos têm nos apresentado. Por exemplo: as sucessivas ressignificações das nossas identidades em meio aos mais perversos contextos de racismo, discriminação e estigmas; a readaptação dos nossos modos de vida em territórios retalhados, descaracterizados e degradados; a interlocução das nossas linguagens orais com a linguagem escrita dos colonizadores.” (SANTOS, 2019, p.74)

Essa ação contra-colonizadora pode ser compreendida em junção com a noção de que “o pensamento de fronteira é a resposta epistêmica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade” (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p.19). É a partir dessa aproximação que vislumbro uma forma de superação da colonialidade tomando como referência povos que estão agindo nesse sentido de compreender as complexidades da

colonização, ativar a criatividade para viver em condições desfavoráveis e dar respostas epistêmicas à modernidade.

Essa forma, inspirada nessa aproximação estabelecida, precisa ser pavimentada. No âmbito acadêmico, entende-se que o trabalho com as populações subalternizadas deve seguir parâmetros que não reconduzem estas pessoas a um lugar marginal. Por este motivo, e destacando este trabalho, foi tomada a noção de modo de existência (LATOIR, 2019), para que se pudesse realizar um movimento de apreensão dos signos, formas e conhecimentos a partir da maneira como se dá a existência quilombola. Assim, há a pretensão de privilegiar os códigos próprios de determinadas pessoas em um determinado lugar em relação a potencialização da sobrevivência.

A partir desse posicionamento, pode-se tomar o caso do território quilombo Lagoas. Toma-se este quilombo como lugar escolhido para refletir sobre a contradição à colonialidade e ao projeto de modernidade. Parte-se da percepção de Bispo, que traz desde a experiência quilombola de africanas/os escravizadas/os, de que os quilombos são contra-colonizadores e neles “a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um” (SANTOS, 2019, p. 35-36)”. Primeiro, entende-se a terra como elemento de valor ontológico nas comunidades quilombolas, sendo a partir dela que a vida se organiza. Segundo, há a noção de uso comum que remonta ao valor ontológico da terra.

Por conta do uso comum da terra, se destaca o conceito *comum* para se pensar sobre o caso de Lagoas. Destacando as contribuições de Dardot e Laval (2017), percebe-se a importância da ação para tornar as coisas comuns. Em outros termos, no caso da terra do quilombo, é a atividade prática de quilombolas que torna a terra em algo comum, criando assim sujeitos coletivos. Trata-se de um princípio político, um projeto, a partir do comum, em que as pessoas constroem este e os preservam.

Se partimos da noção de que ser contra-colonizador quilombola envolve usar de modo comum a terra, na perspectiva de adotada por Dardot e Laval, isto não quer dizer que essas pessoas estão em uma categoria social ou psicológica pré-estabelecida, mas que as práticas delas constituem o seu ser. Em outros termos, ser quilombola envolve suas práticas em torno do comum. Em Lagoas, pode-se observar esse aspecto nas práticas que constituem a formulação e a manutenção da terra de conjunto. Essa categoria foi sendo consolidada por

meio da aquisição de terra por parte dos ancestrais, e pelas práticas lagoanas com o objetivo de alcançar a sobrevivência, como a criação de animais em um território comum.

O ato de tornar a terra como algo comum parte de alguns pressupostos, como a co-atividade, cooperação, coobrigação e reciprocidade (DARDOT; LAVAL, 2017). Voltando ao caso de Lagoas, percebe-se aspectos destes pontos. A realização das atividades partem desses pressupostos, como é o caso de uma pessoa ceder sua roça para outra pessoa trabalhar, caso ela não possa ou não queira se dedicar a essa atividade por algum motivo naquele momento, sem o pagamento de aluguel ou algo do tipo. Geralmente a pessoa que trabalhou na roça, retribui dando alguns frutos deste trabalho para o dono da roça. Outro exemplo, de cooperação e coobrigação, é a manutenção da caatinga. As pessoas no quilombo, ao preservarem a vegetação, entre outras coisas, contribuem para a facilitação das condições necessárias para a apicultura e caprinocultura. As europas e as criações conseguem se alimentar, e a atividade econômica se fortalece a partir desse entendimento coletivo de preservação da caatinga.

Desse modo, percebe-se a existência de formas coletivas de acordos e de criação de regras, da gestão comum. Para tornar comum, é preciso uma regulação coletiva auto-organizada. O exemplo anterior dá indícios de como isso se dá em Lagoas. Por meio daquelas percepções e acordos, há a gestão do comum no território. Essas formas não são necessariamente submissas ao mercado e ao Estado, sendo subordinadas à existência quilombola. Uma questão fundamental aqui é perceber que os vínculos, como os familiares, podem ser mais importantes na vida lagoana do que os bens. Em outros termos, o lucro como exclusivo estímulo econômico não faz sentido aqui. Os estímulos estão em múltiplas direções, ponto que as ciências sociais devem estar atentas para que não caia, por um lado, em uma interpretação de povos como atrasados na integração ao capitalismo, em uma régua da modernidade, nem por outro lado, como grupos que pertencem a um modo de vida de um passado preservado essencialmente somente ali. Pode-se pensar como uma comunidade que tem em suas práticas uma preocupação em como viver no futuro, apresentando alternativas a partir da prática de tornar a terra comum e as demais interações a partir desse lugar.

A terra, como a representação do comum, não apenas como um recurso natural, possibilita essa gestão comum. Em outros termos, a terra ao ser tornada comum, no sentido proposto pelos autores, cria as condições para que a gestão e as regras dessa coletividade sejam comuns. Em Lagoas, ao adquirirem terra e constituírem a terra de conjunto, foram

criadas condições para a gestão coletiva da vida no quilombo. É por meio da terra de conjunto que se fortalecem técnicas de criação de animais, o aumento de rebanhos, a possibilidade de economizar recursos financeiros com ração durante boa parte do ano. Por meio da terra de conjunto, a gestão do território se dá de forma comum.

Algo importante de ressaltar é que, nessa perspectiva, não há uma única forma de gerir o comum. E aí podemos perceber que o conceito de comum é uma chave para alcançarmos outras definições, como a biointeração, o Bem Viver e o modo de viver, dentro do caso lagoano. Se o princípio político do comum parte da noção de que há regras que são estabelecidas pelas práticas coletivas, pode-se traçar um paralelo com a ideia de biointeração (SANTOS, 2019). Segundo Nego Bispo, é por meio de uma prática biointerativa que se consegue alcançar um momento de superação de processos expropriatórios e de sintetização do mundo pela colonização, pela centralidade do saber orgânico e da biointeração integrada com todos os elementos do mundo.

Mas como o mundo é muita coisa, entendemos que grupos, como as populações quilombolas, biointeragem com o mundo que eles têm condição de acessar. Ou seja, se um quilombo possui regras que estabelecem a terra como algo comum, estas regras passam por um processo criativo em relação ao mundo disponível ali. No caso de Lagoas, essas regras do tornar comum passam, por exemplo, pela caatinga e pelo baixo volume de chuvas. Essas dinâmicas com a biodiversidade criam caminhos possíveis de biointeração, e também de criação de uma gestão comum de uso da terra. Daí, se torna importante a percepção das condições da natureza para ser possível biointeragir de determinada forma, para que se possa formular um modo de gerir o comum, pois “as regras devem ser bem adaptadas às necessidades e condições locais e estar em conformidade com os objetivos” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 159).

Ainda na esteira dessa relação entre o princípio político do comum e a noção de biointeração, percebe-se que há uma aliança destes no sentido de como se dá o uso de um recurso. Para Dardot e Laval (2017), o comum é aquilo que nos faz viver juntos, é assim o próprio inapropriável. Ou seja, o que é comum não pode ser propriedade. Assim, a terra como algo tornado comum, não poderia ser propriedade nem usada por um dono da maneira que este bem entendesse. Em Lagoas, por exemplo, a terra ao ser tornada terra de conjunto, passa a ter regras de gestão coletivas de uso, sendo estas regidas por um regime de prática orgânica, em harmonia com a natureza (SANTOS, 2019). Aqui, pode-se realizar mais uma conexão

com um projeto político, pois essa relação harmoniosa com a natureza é o ponto central para a formulação do Bem Viver (ACOSTA, 2011).

Nessa perspectiva, um objetivo básico é a superação dos motores do modelo de desenvolvimento da modernidade, sendo o projeto do Bem Viver uma plataforma para se pensar e aplicar alternativas às mudanças climáticas e processos violentos e de marginalização. Isso acontece pois essa noção contradiz a exploração de recursos naturais supostamente inesgotáveis que o discurso do desenvolvimento aponta. Ao mesmo tempo que esgota os recursos que seriam inesgotáveis, esse discurso encaminha o aumento das tensões por conta de diversas desigualdades. Além de tensões por desigualdade financeira, o modo como a sociedade capitalista predatória vive nos encaminha para um cenário de conflitos por desigualdades hídricas, distribuição desigual da água para a população. Em outros termos, o Bem Viver é uma plataforma para se pensar em alternativas, a partir de experiências de grupos subalternizados, para que possamos mudar a trajetória que nos leva para essa situação de escassez e desigualdades de recursos da natureza, por isso a importância de pensarmos sobre os direitos da natureza.

E daí vem a importância de voltar sobre onde a ciência se encaixa nessa discussão. Pensando a partir de Acosta (2011), apesar de imaginarmos, de forma geral, que o progresso da ciência potencializa a abertura de um leque de possibilidades, ela acabou por ser um instrumento de restrição dos horizontes por privilegiar hábitos de produção e consumo, ou em outros termos, hábitos do mercado moderno. Está à margem da produção científica os grupos não regidos por essa lógica, e para transformar isso, ou seja, tornar possível outro tipo de técnica na ciência, seria preciso transformar as condições de sua produção social. Partir do Bem Viver é, nesse caso, sair de uma percepção de que os problemas ambientais serão resolvidos com medidas de mercado, e que estes terão alguma chance de resolução partindo de um regime de vida inspirado na harmonia entre as pessoas, a natureza, a autossuficiência e a autogestão.

A partir disso, pode-se pensar uma articulação destes conceitos com o modo de viver em Lagoas. Mas antes, é preciso retomar essa definição de modo de viver. Ela carrega um sentido de ontoforma (ROSA, 2018), pois o modo de viver tem um caráter empírico, das atividades cotidianas no quilombo, mas também uma importância na formulação de categorias e conceitos, como o modo de viver, que se tornam relevantes para a reflexão metodológica das ciências sociais, forjando o que seria o mundo social em termos de ontologias (ROSA,

2016). Assim, uma tarefa importante seria pensar sobre qual o ponto de partida e o ponto de chegada em nossas investigações. Parte-se do pressuposto de que a sociologia também é ontoformativa, sendo necessária esta reflexão sobre nossos pontos de partida e chegada.

Ora, no caso do quilombo Lagoas, pelas atividades que pressupõem a preservação da caatinga no cotidiano daquela população, se a pesquisa parte de categorias como desenvolvimento sustentável, muito provavelmente estaríamos performando o quilombo logo no princípio. Ou se outro pesquisador investiga essa comunidade a partir da economia, seria possível a conclusão deste de que se trata de uma população estagnada economicamente. Assim, também performando um tipo de quilombo. O ponto central aqui é que categorias e conceitos cristalizados nas ciências sociais como política, economia, religião, tem o potencial de enquadrar e performar o que se investiga. Daí a percepção de que a sociologia é ontoformativa.

Lagoas desafia as ciências sociais a estudarem quilombos para além das categorias de resistência, de desenvolvimento sustentável, ou das diferenças com a modernidade, por exemplo. É preciso privilegiar as ontoformas lagoanas para se construir relevância para as categorias apontadas pelo quilombo. Assim, desloca-se para os modos de existências marginalizados na disciplina a relevância para a busca ontológica que dê sentido à pesquisa. Esse movimento pode ser um caminho para respostas para Acosta (2011), quando ele destaca a necessidade de transformação das condições da produção social da ciência, para que esta não seja apenas uma ferramenta da e na modernidade.

Tomando essa reflexão como pressuposto para que pensemos sobre os valores ontológicos marginais no debate sociológico, pode-se imaginar algumas conexões com os conceitos apontados anteriormente e possibilidades de se pensar sobre o futuro a partir do caso de Lagoas. Isso, pois, essas reflexões teóricas estão partindo de uma noção de percepções e alternativas à modernidade, por perceber os caminhos catastróficos que ela nos encaminha, no mesmo sentido que a experiência lagoana é baseada na continuidade histórica. Em outros termos, o conjunto de reflexões guiadas pelas experiências lagoanas podem fornecer elementos interpretativos e de proposição para se pensar o futuro.

Beatriz Nascimento (2021) aponta que na maioria das vezes a literatura bibliográfica e oficial retrataram, pelo menos até o momento que ela descreveu essa situação, o quilombo pela ótica das rebeliões e conflitos. Ela, ao destacar essa questão, menciona que apesar de serem momentos importantes para a inauguração e manutenção de um território

quilombola, só esses aspectos não dão conta de como se dá a continuidade histórica dos quilombos. A autora, então, destaca a noção de paz quilombola. Esse conceito se refere aos momentos que estão entre tensões e ataques colonizadores aos quilombos, ou seja, aos momentos que as pessoas estão se retroagindo e reproduzindo (NASCIMENTO, 2021). O quilombo se estabelece em um determinado lugar e passa a organizar sua estrutura social interna, autônoma e em alguma medida articulada com o mundo externo, ao passo que o quilombo se torna, assim, um momento histórico brasileiro de longa duração. E ainda de acordo com a autora, só possui essa longa duração pela paz quilombola, caracterizada por momentos de trabalho na roça com o cultivo de uma variedade de produtos, a troca entre vizinhos de alguns destes produtos, a criação de animais, etc. Assim, a partir dessa reflexão de Beatriz, é partindo dessa paz lagoana que foram articulados alguns pressupostos político-acadêmico para pensar alternativas ao futuro de uma sociedade que ainda busca alcançar o desenvolvimento e a modernidade a qualquer custo.

Voltando a contribuição de Acosta (2011), ele parte de uma crítica à noção eurocêntrica de bem estar. Essa categoria está enraizada em uma percepção de viver melhor. Para o autor, se uma pessoa em um regime capitalista caracterizado pela competição busca viver melhor, isso acarreta em outra vivendo pior. Na lógica de competição proposta pelo capitalismo, há uma espécie de corrida pelo viver melhor, em que se uma pessoa alcança uma boa posição, significa que deixou outras para trás nessa corrida. Daí, para ele, a importância de pensarmos a partir das experiências de povos que buscam o Bem Viver, pois nessa lógica, há uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não só para o indivíduo. Para uma pessoa viver bem, a comunidade em volta tem que viver bem também. Assim, pode-se pensar que grupos, como os quilombos, e em especial Lagoas, só conseguem alcançar o status de um momento histórico brasileiro de longa duração se estiver Bem Vivendo. Veja, se o povo lagoano estivesse comprometido com um projeto de modernidade desenvolvimentista, provavelmente teriam abraçado a ideia da mineração no território, o que já teria causado a desarticulação de como se dá a configuração do quilombo. Ao contrário, o quilombo busca formas de impedir esse empreendimento, e entre momentos tensos continua exercendo a paz quilombola.

Essa noção de paz quilombola atravessa o que foi chamado no trabalho como o modo de viver. O trabalho na roça, as técnicas de roçado, o entendimento de quando a terra está precisando descansar, a criação de animais, a lida com as abelhas europeas, as dinâmicas

familiares, entre outros múltiplos eventos, constituem esse modo de viver lagoano e que estão caminhando junto com a biointeração, indo em direção de um projeto de Bem Viver, por meio da aplicação do princípio do comum.

Como já informado outras vezes durante o trabalho, o modo de viver em Lagoas passa por práticas biointerativas. E aqui vale ressaltar o caráter ontoformativo da ação quilombola. É o movimento de perceber as interações entre pessoas e natureza como constituidores da forma como se organiza a vida nos quilombos, por meio da produção de um conhecimento orgânico, que possibilita a apreensão de categorias, como a biointeração, que possibilita a colocação destes aspectos ontológicos no campo de disputa conceitual que guiam a forma de fazer ciência social. Se observarmos, a partir da contribuição de Beatriz Nascimento, que os quilombos são geralmente compreendidos nas literaturas oficiais e bibliográficas pela ótica da resistência e da rebelião, podemos perceber que essas categorias performam essas comunidades a partir de momentos de tensão e conflitos.

A noção de biointeração, além de também perceber esses momentos, consegue dar conta também das situações de paz quilombola (NASCIMENTO, 2021). Isso acontece pois há um movimento que a biointeração performatiza sobre os quilombos, destacando as conexões entre as pessoas e a natureza nos momentos diversos da sobrevivência quilombola, não apenas nas situações de conflitos e rebeliões. Esse movimento retira a centralidade na relação dos quilombos com a modernidade, ou seja, desvia o foco de um protagonismo colonial para o protagonismo analítico das formas de pensar e agir por parte dessa população.

Outra situação ontológica importante nessa reflexão sobre os limites de como fazemos ciências sociais, é o caso da noção de propriedade para estudar quilombos. Rotineiramente, ao se tratar sobre um território quilombola, utiliza-se da categoria propriedade coletiva como uma forma contraditória à propriedade privada que essas comunidades colocam. Assim, os quilombos seriam exemplos anticapitalistas por abolir a propriedade privada. Essa concepção, a partir do uso destas categorias, mais uma vez limita e enquadra os quilombos. E limita por já tratar a terra por princípio como propriedade, estando na luta apenas se essa é privada ou coletiva. Provavelmente esse pressuposto vem das noções econômicas e jurídicas da modernidade.

Como já observado durante o texto, os relatos ouvidos dão conta de que aquele território era propriedade de fazendeiros, desde o regime escravista. Décadas após o fim da escravidão, com a posse daquelas terras com os descendentes dos fazendeiros, que em

maioria privilegiava viver na sede de São Raimundo Nonato, e com os bens poupados durante parte da vida pela população negra, estes começaram a adquirir terra. Em um primeiro momento, essa operação pode ser vista na perspectiva da propriedade, pois tratava-se da aquisição da propriedade de uma faixa de terra. Mas o ponto perigoso na análise sociológica é partir destas categorias como objetos sólidos, estáveis e gerais. Tomar a categoria propriedade como forma explicativa engessa todas as ações quilombolas que posteriormente extrapolaram os limites deste conceito. Mesmo que se fale em propriedade coletiva, esta definição parte do pressuposto de que houve uma transformação no regime de ser dono da terra. E aqui, vale mais uma observação. Essa crítica não quer dizer que a categoria propriedade coletiva é inválida, mas que ela não pode ser tomada como generalizante sobre como a vida é organizada no quilombo. Há momentos em que talvez seja preciso acionar esta definição, como em alguma relação com o Estado sobre o processo de titulação, por exemplo. Mas isso não define de forma geral o regime de práticas entre as pessoas e a terra.

Após a aquisição da terra, passando pelas relações familiares nas casas próximas a algumas lagoas, a relação com este elemento outrora adquirido, passou a ser denominado como terra de conjunto. O modo de viver baseado na terra de conjunto se aproxima da noção de uso comum da terra, ou em outros termos, tornar a terra comum para o uso coletivo. Em aspectos da vida cotidiana, para além de uma propriedade, a terra é algo comum para o uso. Há, assim, um movimento de conexões que transportam transformações (LATOURET, 2012). Esse exemplo a partir da terra de Lagoas pode fornecer elementos reflexivos sobre os vícios sociológicos de partir de categorias que supostamente dão estabilidade para a pesquisa, como seria o caso da propriedade, sendo necessário estar atento aos modos que as conexões entre pessoas e não-pessoas podem gerar a coexistência.

Esse movimento de tornar instável as categorias tidas como estáveis e admitir ontoformas outrora não reconhecidas no debate sociológico se faz relevante, entre outros aspectos, se voltarmos na questão do status de ser humano. O modo de viver lagoano, que passa por esse aspecto do uso comum da terra, dá sentido sobre essas pessoas. Volta-se à contribuição de Dardot e Laval (2017) de que as pessoas são o que suas práticas fazem delas. Um modo de viver baseado na biointeração cria condições em que essas pessoas se sentem parte do mundo. E aqui, para além de uma perspectiva funcionalista da pessoa ter uma função para a sociedade, mas ela se sentir parte ativa de um grupo, um sujeito de direitos.

Iniciamos o capítulo a partir da reflexão sobre a desigualdade sobre o status de humanidade conferido às pessoas. E voltando ao caso brasileiro de institucionalização do racismo e período em que oficialmente a população negra não era classificada como humana de direito, pode-se pensar que o quilombo é um lugar que ocorre dinâmicas para restabelecer a autoestima quilombola. Por meio de suas práticas, constituem uma consolidação como pessoas de direito.

No caso de Lagoas, para exemplificar essa reflexão, foram percebidos relatos de pessoas que, ou não têm o desejo de migrar para um grande centro urbano para alcançar supostas melhores condições de vida, ou que em algum momento traçaram essa trajetória mas decidiram retornar para casa. Esse retorno, em grande medida, se dá pela desilusão sobre as supostas melhores condições de vida que os grandes centros urbanos oferecem, principalmente para a população negra, e pelo desejo de estar onde a pessoa se sente parte importante da comunidade. As dinâmicas familiares fazem com que uma determinada pessoa esteja sempre localizada pelo quilombo. Eu mesmo, por onde passei, mesmo que não fosse conhecido por quem me via, perguntava sobre meu parentesco e assim estabelecia um grau de proximidade que nos possibilitou uma certa intimidade. Por exemplo, após me apresentar pelo nome, as pessoas me questionavam sobre de quem sou filho e neto, e dependendo do lugar, essa pessoa passava a me apresentar para as demais como neto da Francisca, ou neto do Antônio. Dependia do lugar pois se fosse uma comunidade mais próxima da minha família paterna ou materna, o referencial que me identificava mudava. Isso tudo para exemplificar uma forma que uma pessoa pode se sentir acolhida e parte daquela comunidade. Nesses momentos deixei de ser um homem anônimo entre os mais de 400 mil habitantes de Ceilândia, para ser uma pessoa localizada e identificada no mundo.

E essa dinâmica vai para além disso, sendo que as atividades componentes do modo de viver, como o trabalho na roça, com as europas, nas reuniões das associações, fornecem elementos de pertencimento. E aqui, voltamos ao debate sobre se reconhecer como quilombola, que passa pela relevância destes processos na vida das pessoas. Se reconhecer como quilombola é uma maneira de informar que essa pessoa, por meio de seu modo de viver em comum com o grupo, desarticulou o sentido de não humanidade historicamente conferido a pessoas como ela.

Na sociologia, uma atitude importante é estar atenta a sua ontoformatividade. A imposição de categorias pode criar uma realidade que acaba, mesmo que involuntariamente,

legitimando situações históricas desfavoráveis para grupos. Por exemplo, aplicar a noção de propriedade para pensar a generalidade da relação da população lagoana com a terra acaba por tornar invisível as práticas que envolvem, por exemplo, o tornar a terra comum para a aplicação de técnicas de sobrevivência coletiva. Esse movimento de tornar invisível parte das práticas quilombolas pode vir a desarticular a construção de um processo de autodeterminação como sujeitos de direito a partir de suas práticas. Na oposição entre propriedade privada e coletiva, coloca-se o quilombo como um dos representantes do segundo regime, em oposição a um cerne capitalista, a propriedade privada, mas mesmo assim ainda em um modo de existência da modernidade – da propriedade, da posse.

Mesmo que se discuta sobre o quilombo ser uma instituição anticapitalista por seu regime de propriedade coletiva, o ponto central aqui é que é possível ser anticapitalista partindo de noções para além da modernidade. Sabe-se das implicações que o projeto moderno tem sobre a vida das pessoas, inclusive sobre as vidas quilombolas. Essa população não vive a parte do capitalismo, por exemplo, vive com impactos dele sobre suas vidas. Mas o que se pretende apontar é que há ontoformas próprias, que podem extrapolar os limites da propriedade e assim fornecer mais ações e meios de se pensar o anticapitalismo. Esse argumento não quer negar a existência do acionamento da categoria propriedade nas experiências em Lagoas, mas pretende afirmar a existência de outros regimes de significado para além da terra como mercadoria. No caso da utilização das cercas, por exemplo, percebe-se uma preocupação em proteger a plantação dos animais, e não necessariamente proteger uma propriedade completamente cercada, pois se ela está toda protegida, provavelmente é regida por uma lógica de terra como mercadoria. E o mesmo vale para a noção de coletivo, não se pretende negar que o quilombo é coletivo mas apontar as formas de dentro para fora de estabelecer de que forma se constitui e os sentidos dessa coletividade.

A partir desse entendimento que se faz possível refletir sobre as alternativas para o futuro comum. A biointeração, por exemplo, nos termos de Nego Bispo, é uma forma de contra-colonização do desenvolvimento sustentável. E aqui, novamente, pode-se pensar sobre a relevância das categorias e de onde elas vêm. O desenvolvimento sustentável supostamente aparece como contradição absoluta com o desenvolvimento capitalista. Mas se tomarmos a biointeração como pressuposto, ela faz a contradição ao desenvolvimento, seja o capitalista ou o sustentável. Tal qual o comum contradiz com a noção de propriedade, seja privada ou coletiva.

Esses outros caminhos, que experiências como as quilombolas fazem emergir, apresentam formas outras de se pensar o futuro. Se percebemos que se continuarmos com o modo de vida predominantemente capitalista estaremos em rota de colisão com alterações ambientais irreversíveis para a possibilidade da existência humana no planeta em um determinado período, é de se imaginar que a ciência procure alternativas de impedir essa situação catastrófica. Mas, como apontado por Acosta (2011), a ciência moderna parece se limitar a mitigar os impactos do capitalismo, conservando a estrutura deste. Há de se perceber que talvez um outro caminho é abrir o leque da produção de conhecimento, percebendo essas ontoformas emergentes ao olhar da ciência. Esse movimento também multiplica as formas de se pensar sobre as alternativas para o futuro, para além de mitigar os danos causados para alcançar a modernidade. Essa é uma preocupação que está aliada em certa medida tanto com o projeto decolonial, quanto para a contra-colonização.

O caso do quilombo Lagoas pode apresentar o exemplo das categorias biointeração e terra de conjunto, que respectivamente vão para além de uma alternativa à propriedade privada e desenvolvimento capitalista, mas uma alternativa à propriedade e ao desenvolvimento. É tornar instáveis categorias consolidadas na explicação do social. E assim, o presente trabalho não se limita a um estudo de caso, que já poderia justificar a pesquisa, mas se propõe a uma reflexão sobre as possibilidades de nossa continuidade histórica. Isso, a partir da criação de uma paz quilombola em condições a priori desfavoráveis para a existência de pessoas, como a escassez de água. Os apontamentos partidos desse lugar podem sugerir caminhos para a humanidade, assim como apresentar desafios para as ciências sociais.

Em muitos momentos quem faz ciência social se preocupa em demasia em preencher os aspectos explicativos de determinadas categorias caras à sociologia, marginalizando práticas que ao seu olhar parecem não serem significativas o suficiente. Essas atividades, podem carregar sentidos ontológicos, que pela preocupação inicial do cientista social, deslocadas do jogo da criatividade metodológica e epistemológica. O modo de viver lagoano, por exemplo, pode apresentar práticas biointerativas, sendo esta uma chave ontológica que dá sentido ao movimento de manutenção e reprodução do quilombo. Tentar investigar essas práticas pela lógica do desenvolvimento sustentável, pode tornar invisível conexões cotidianas. Apesar de que trabalhar conceitualmente com essa lógica pode colocar a investigação em uma posição de maior privilégio por conta da solidez do desenvolvimento como instrumento explicativo do mundo, trabalhar a partir da biointeração possibilita apontar

dinâmicas como as conexões com a terra partindo do atendimento das demandas da vida quilombola, e não necessariamente de atender as demandas do mercado.

Se há a possibilidade de pensarmos sobre o futuro a partir das experiências em Lagoas, pode-se destacar um dos objetivos centrais que a comunidade almeja para o seu futuro: o abastecimento de água em quantidade adequada durante todo o ano. Historicamente essa não foi uma condição dada para quem morou e mora na região, sendo inclusive, um dos maiores desafios estabelecidos para a existência ali. A criatividade para constituir um modo de vida em meio à escassez de água é uma característica relevante do povo de Lagoas. Mas não é por isso que as pessoas não tenham como objetivo uma vida, em seu território, com maior acesso hídrico. Aparentemente estamos tratando de um caso local, de um quilombo na caatinga, mas se observarmos o caminho que estamos trilhando para haver escassez de água para a população em geral em algumas décadas, Lagoas apresenta um modo de viver intenso em produção de conhecimento para sobreviver em uma situação que se assemelha em alguma medida com essa projeção para o futuro, se continuarmos nesse ritmo predatório do capitalismo. Trata-se de técnicas de agricultura, relação com a terra, uso da água, formas de realizar atividades econômicas, entre outros aspectos. Em outras palavras, trata-se de um modo de viver em uma ontologia biointerativa.

Aquela preocupação aparentemente local, com respostas criativas em Lagoas, pode se tornar uma preocupação geral em breve, o que necessitará de formas para alcançar respostas. Assim, há uma agenda de pesquisa sobre os modos de viver das comunidades quilombolas em suas mais variadas localidades, pois a partir delas podemos ter indícios de alternativas para alguns dos problemas do mundo. Foi realizado um trabalho com um quilombo da caatinga no semiárido brasileiro, que indica algumas formas de viver a partir das condições deste lugar, do mesmo modo que quilombos amazônicos, por exemplo, podem indicar outras formas de viver a partir de outras condições.

E aqui, vale ressaltar, que não se trata apenas de um trabalho de percepção de como as comunidades quilombolas estabelecem um projeto de Bem Viver, por exemplo, na perspectiva descritiva e de forma material. Mas se trata também de perceber que esse estabelecimento é constituído a partir de alicerces e categorias próprias, que seriam bem vindas para participar de uma espécie de jogo conceitual da sociologia. Para além de descrever experiências, partir de ontologias outras em como fazer sociologia pode possibilitar maior abertura de um leque de formas criativas de pensar a sociedade e alternativas para o

futuro comum. Para finalizar, essa ideia de pensar o futuro passa também em pensar como fazemos sociologia e como, por meio dela, podemos invisibilizar ou criar realidades. A partir do caso privilegiado aqui, pode-se imaginar que deixa outros desafios compreensivos para a sociologia, como o racismo ambiental e um alerta sobre uma espécie de racismo hídrico a partir dessa perspectiva de escassez global de água.

Desse modo, partindo do problema da desigualdade sobre o status de humano e os privilégios advindos dessa condição apontado no início do capítulo, entende-se que um caminho produtivo seria aliar aspectos da decolonialidade e da contra-colonização na produção de conhecimento e da realidade criada a partir dele. Descolonizar as categorias que formam uma espécie de pressuposto da sociedade que a sociologia criou é um movimento importante para perceber, por exemplo, os limites que a noção de propriedade podem ocasionar ao trabalhar com o quilombo Lagoas. Do mesmo modo, o movimento de contra-colonização pode nos fornecer outras categorias relevantes para a compreensão do social, como seria a biointeração em contradição ao desenvolvimento sustentável. Mesmo que partam de percepções diferentes – a decolonialidade parte mais próxima da noção de sujeitos em meio a processos de colonização em um regime não colonial de pensar e produzir conhecimento, e a contra-colonização parece partir mais próxima da noção de pessoas em meio a processos de colonização, mas mesmo assim se mantém fora da colonização por seu regime não colonial de pensar e produzir conhecimento – pode-se imaginar complementaridades entre esses projetos na construção de uma sociologia assentada em outras perspectivas ontoformativas, para além da modernidade e seus modos de classificar o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi realizado a partir da junção de motivações sociológicas, políticas e pessoais. Do primeiro ponto de vista, por meio de uma revisão bibliográfica, notou-se momentos em que o tema da terra foi negligenciado ou tratado quase exclusivamente pela ótica de ser uma área com fertilidade no solo (RODRIGUES, 2010 [1932]; CARNEIRO, 2011 [1947]; RAMOS, 1942, MOURA, 1993; FREITAS, 1978), percebendo também, a partir da década de 1970, momentos em que a terra começa a ser debatida com maior centralidade como elemento constituinte do modo de existência quilombola, principalmente na esteira dos pressupostos da Constituição Federal sobre os quilombos (NASCIMENTO, 2019 [1980]; NASCIMENTO, 2021; ALMEIDA, 2004; DEALDINA, 2020). Desse modo, a pesquisa acaba por se situar na esteira desse último momento ao propor uma investigação sobre as conexões entre quilombolas e a terra, passando por esse tema pelo modo de viver e implicações políticas da existência quilombola.

A segunda motivação, a política, foi percebida em junção com a motivação pessoal. Isso, pois, foi a partir da compreensão de que a comunidade que parte de minha família mora e onde morei os primeiros meses de vida é um quilombo. Esse entendimento chegou para mim quando já estava na graduação, ou seja, por vinte anos de vida pensava que se tratava apenas de uma comunidade rural com predominância de presença negra. Junto com esse momento de localização, me apontaram uma questão que estava preocupando a comunidade. Tratava-se do caso da iminência da mineração no território Lagoas. A partir dessa situação, foi percebida essa questão como uma demanda política da população lagoana. Os relatos eram de que o empreendimento coloca em risco o modo de viver daquelas pessoas.

Em uma junção das percepções de lacunas na bibliografia das ciências sociais, em especial na sociologia, sobre o sentido da terra para os quilombos, com a preocupação política apresentada pelas(os) lagoanas(os) e sobre a curiosidade sobre aprender mais sobre o local que nasci, deu-se a construção do projeto de pesquisa que originou o presente trabalho. Buscou-se, então, elaborar uma investigação preocupada em responder à questão de pesquisa – quais as conexões entre quilombolas e a terra? Qual a importância da terra para elas(es)? – para que se tenha uma localização sobre onde se contribui nas ciências sociais, e também contribuir no sentido das demandas políticas da comunidade. Não à toa, o trabalho foi apresentado em um primeiro capítulo de diagnóstico geral da literatura e entendimento sobre a formação de Lagoas, passando para o segundo capítulo, com maior destaque para o diálogo

entre o trabalho de campo e categorias conceituais, chegando no último capítulo, mais dedicado às demandas políticas em relação ao empreendimento de exploração mineral no território.

Desse modo, a partir do trabalho etnográfico e da realização de entrevistas, pode-se identificar algumas conexões entre quilombolas e a terra. Partindo da noção de modos de existência (LATOURET, 2019), pode-se compreender as múltiplas formas de se existir no mundo. Esse foi um pressuposto de compreensão da categoria modo de viver apresentada nos discursos lagoanos. Pelo modo de viver, pode-se perceber quais as principais atividades para a sobrevivência das(os) moradores de Lagoas na região de caatinga. Destaca-se a agricultura familiar, a caprinocultura e a apicultura, além das religiosidades e das relações de parentesco. Por conta desta última, inclusive, há um sistema de terra de conjunto, em que o regime de interação com a terra se dá menos pela noção de propriedade do que pelo uso comum, baseado na aquisição de terras por parte das(os) ancestrais e pelas necessidades da comunidade.

É em meio a essa categoria de terra de conjunto que as conexões entre quilombolas e terra se dão, sendo estas biointerativas (SANTOS, 2019). Com o caso das atividades citadas acima, pode-se observar de que maneira se dá a biointeração. Há a percepção de que a caatinga precisa estar conservada e viva para que o quilombo se mantenha vivo também, o que passa pela relação com a terra. Na agricultura familiar, por exemplo, estabelece-se um mecanismo de criar roçados, cultivar durante anos e, quando percebida a perda de fertilidade, recaatingar essa área em um processo que se inicia pelas capoeiras. Há um movimento circular de uso da terra, ainda mais quando se percebe que nesse processo há conexões também com as europas e as criações. A partir desse movimento de deixar a caatinga viva, pode-se alimentar os animais nos períodos de mata verde. Economiza-se com o que se pagaria com ração ao deixar os animais circularem pela terra de conjunto. Do mesmo modo, as abelhas conseguem se alimentar na diversidade apresentada pela caatinga e produzir um mel de qualidade que possibilita a geração de renda na comunidade. São situações que se conectam em uma direção de usar a terra como elemento gerador de condições de vida.

Faz-se isso ao tornar a terra um elemento comum (DARDOY; LAVAL, 2017). Ou seja, compreende-se este recurso como algo tornado comum a partir dessas atividades biointerativas apontadas, não necessariamente como uma propriedade coletiva que possui esse regime por características culturais. É parte disso, mas não o todo. Estar no semiárido

nordestino, em uma região de caatinga, em um local de pouca chuva, entre outros aspectos, potencializam (bio)interações que, ao encontro com traços culturais ancestrais, formam uma cosmovisão lagoana. E apontando na direção de um projeto político, entende-se esse modo de viver lagoano em convergência com o Bem Viver (ACOSTA, 2011), pois parte-se de relações sociobiocentradas. A terra é importante para a população de Lagoas, pois ela garante as condições necessárias para executar um modo de viver que possibilite a existência quilombola nessa região, no mesmo sentido que essa existência cria condições para a preservação da terra, e de demais recursos naturais, e da biodiversidade.

Chegou-se, então, após essas reflexões, no caso da exploração de minério de ferro e de que maneira essa situação poderia impactar o modo de viver lagoano. Utilizou-se então de um trabalho conjunto com parte da população para elencar alguns elementos reflexivos sobre os possíveis impactos a partir do EIA/RIMA do empreendimento da SRN Mineração. A partir disso, e do debate realizado no capítulo 2, pode-se compreender em que medida esse projeto pode afetar a vida das(os) lagoanas(os). E para além disso, pode-se perceber também como o discurso do desenvolvimento, despejado por meio dos estudos de impacto ambiental, tem um caráter sedutor por um lado, e de desencontro com as formas de expressão e de entendimento sobre a região com relação ao quilombo Lagoas.

Ao final das reflexões, pode-se chegar a algumas das contribuições do trabalho. Principalmente, ao tratar do modo de viver lagoano, percebe-se a importância de não essencializar as comunidades quilombolas no sentido de percebê-las como um bloco homogêneo de populações negras rurais. Entre alguns aspectos que possam justificar isso, destaca-se as conexões com a terra, partindo do pressuposto de que os meios – bioma, clima, condições políticas e de acesso à água – oferecem formas que potencializam a sobrevivência quilombola em determinado lugar. Mesmo que compreenda a biointeração, por exemplo, como um elemento da vida quilombola, é preciso localizar quais as redes constituem as biointerações nos quilombos.

Comunidades quilombolas amazônicas possuem condições diferentes dos quilombos da caatinga, que se diferenciam das comunidades do cerrado, e assim por diante. Essas condições estimulam outras formas de se relacionar com a terra em direção da garantia da sobrevivência, mesmo que partindo de biointerações. Desse modo, o que se pretende não é fragmentar os estudos sobre quilombos, mas captar os modos de existência destes para que suas demandas possam ser melhor apreendidas. Esse movimento também é capaz de

potencializar a criatividade nas ciências sociais acerca de ontologias outras, para além do discurso da modernidade.

Entende-se as limitações da investigação, ainda mais ao se tratar de um período de pandemia da Covid-19, que dificultou as condições para a realização do trabalho de campo. Mas os limites vão para além de informações que poderiam ser coletadas em outros momentos de menos preocupação sanitária, também indo em direção a uma agenda de pesquisa. Em uma literatura sobre comunidades quilombolas, como já dito, nos últimos anos há uma movimentação em salientar os recursos naturais nas reflexões sobre o modo de existência dessa população, sendo esse um caminho que merece a observação por parte das ciências sociais, em especial a um grupo de pesquisadoras(es) quilombolas que se dedica ao tema. Outro tema que merece destaque é as relações de homens e mulheres quilombolas nessas conexões com a terra, ou seja, investigações mais detalhadas sobre os papéis deles e delas nesse movimento de constituição de um modo de viver quilombola. E, por fim, inspirado pelo caso da mineração no território Lagoas, pode-se imaginar também um espaço de investigação sobre essas situações de grandes empreendimentos sobre territórios quilombolas, partindo dessa, e também de outras demandas das comunidades para se construir problemas de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, segunda reimpressão, Tradução Tadeu Breda, 2011.

ALMEIDA, Wagner. **Quilombos e as novas etnias**. UEA Edições, Manaus, 2011.

_____. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, 2004.

ARRUTI, José Maurício. **Problemas e entraves no reconhecimento e titulação de territórios quilombolas**. In: Povos tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021, P. 24-32. <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais3.pdf>

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, jan.-abr. 2016.

BOAKARI, Francis Musa; GOMES, Ana Beatriz. (org.). **Comunidades Negras Rurais do Piauí: mapeamento e caracterização sociocultural**. EDUFPI: Teresina, 2005.

BORGES, Antonádia. **Terra**. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa / org., Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado ; prefácio, Lilia Moritz Schwarcz ; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva.- Salvador: EDUFBA, 2014. 494 p.

BRANDÃO, Tanya. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVII**. Teresina: EDUFPI, 1999.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2011 [1947].

CASANOVA, Pablo González. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. BORON, AA; AMADO, J.; GONZÁLEZ (Org.). A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 395–420, 2006.

CHAGURI, Mariana. **Algumas Histórias, Vários Impasses: A Terra No Pensamento Brasileiro**. Revista Pensata, V.6 N.1 Dezembro De 2017. P. 160-172.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Sociedade e Estado, Brasília, v.31, n.1, p.99-127, jan./abr. 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Echalar, Mariana. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DEALDINA, Selma (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

DIAS, Vercilene. **Eu Kalunga: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola**. In: DEALDINA, Selma (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

FALCI, Miridan. **Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FREIRE, Bernardo. **Questões postas ao território: mineração e comunidades produtoras em São Raimundo Nonato**. In: OLIVEIRA, Lúcia; FLORES, Fulvio (orgs.). *Desenvolvimento Territorial: experiências, articulações e práticas educativas*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. Graal, Rio de Janeiro, 1978.

GODOI, Emília. **Territorialidade**. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa / org., Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado ; prefácio, Lilia Moritz Schwarcz ; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva.- Salvador: EDUFBA, 2014. 494 p.

GOMES, Flávio. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Claro Enigma, São Paulo, 2015.

GOMES, Rodrigo Portela. **Constitucionalismo e Quilombos: famílias negras no enfrentamento ao racismo de Estado**. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 80, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

INCRA. **Terras de Quilombos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br>>. 2016.

LATOURE, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos**. Vozes, Petrópolis/RJ, 2019

_____. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Edufba, Salvador, 2012.

LIMA, Thais Mayara Paes de. **“Nas entranhas do sertão, nossa riqueza é nosso chão”: um estudo sobre a mineração no Território Quilombola Lagoas (PI)**. Dissertação de mestrado, UFPI, Teresina, 2019.

LIMA, Solimar. **Sertão quilombola: comunidades negras rurais no Piauí**. In: LIMA, Solimar; FIABANI, Ademir. (org.). Sertão quilombola: comunidades negras rurais no Piauí. Teresina: EDUFPI, p. 239-259, 2012.

MATOS, Simone de Oliveira. **Povos de Lagoas-PI na construção da Territorialidade Quilombola: uma etnografia**. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina - PI, 2013.

MENDES, Maria Aparecida. **“Saindo do quarto escuro”: violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas**. In: DEALDINA, Selma (org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Jandaíra, 2020.

MEYER, Joviano.; SANTOS, Antonio Bispo. **Início, Meio, Início. Conversa com Antônio Bispo dos Santos**. Indisciplinar, 2020.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 3. ed., Ática, São Paulo, 1993.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed., Perspectiva, São Paulo, 2019 [1988].

_____. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas.** Conquista, Rio de Janeiro, 1972.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019 [1980].

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra.** In: RATTTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.* Imprensa Oficial, São Paulo, 2006.

_____. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos.** Org.: RATTTS, A. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NEGREIROS, Rômulo. **As trilhas da morte no sertão dos Pimenteiras - PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território.** Dissertação de mestrado, UFPE, Recife, 2012.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí.** Teresina: Editora Artenova, Vol. 1, 1975.

_____. **Estudos de história do Piauí.** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2 ed., 2014 [1983].

OLIVEIRA, Ana Stela. **O Povoamento Colonial Do Sudeste Do Piauí: Indígenas E Colonizadores, Conflitos E Resistência.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, Emanuel Jardel. **Racismo ambiental e a reivindicação territorial da comunidade quilombola Lagoas-PI (2008-2014).** Pol. Hist. Soc., Vitória da Conquista, v. 19, n. 2, p. 325-341, jul.-dez. 2020.

PERROT, Dominique. **Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas).** Cadernos de Campo, São Paulo, n. 17, p. 219-232, 2008.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre. **As comunidades negras rurais nas ciências sociais no Brasil: de Nina Rodrigues à era dos programas de pós-graduação em antropologia**. Anuário Antropológico, Brasília, UnB, 2015, v.40, n.1: 75-106.

_____. **Quilombo Tapuio (PI): terra de memória e identidade**. 278 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1942.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 80, pp. 109-125, 2008.

RIST, Gilbert. **The History of Development: From Western Origins to Global Faith**. London: Zed Books, 1997.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares**. In: Os africanos no Brasil. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2010 [1932].

RODRIGUES, Vera. **A gênese do debate e do conceito de quilombo**. Cadernos CERU, série 2, v. 19, n. 1, 2008.

_____. **Brasil e Colômbia: dinâmicas etnicorraciais e territoriais**. Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 156-188, 2014.

ROSA, Marcelo. **Sociologias do Sul e ontoformatividade: questões de objeto e método**. In: Rumos dos Sul: Periferia e pensamento social. Chaguri e Medeiros Orgs. 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2018.

_____. **“Sociologies of the South and the actor-network-theory: Possible convergences for an ontoformative sociology”**. European journal of social theory, 2016, vol.19, n. 4, p. 485-502.

SANTOS, Antonio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Ayô, 2ª edição, 2019.

_____. **Somos da terra**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier. **Anthropology and Development: Understanding contemporary social change**. London: Zed Books, 2005.

SILVA, Gerlane. **Do fogo da terra à cozinha: uma etnografia sobre o campesinato quilombola**. 152 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade Federal do Piauí, 2018.

SILVA, Givânia. **Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina**. In: DEALDINA, Selma (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

SILVA, Jean Michel. **Uso comum ou propriedade privada?: o processo de construção e regulamentação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. 295 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SRN MINERAÇÃO. **Estudo de Impacto Ambiental da Extração e Beneficiamento de Ferro Magnético**. Teresina, WR - Consultoria e Planejamento, 2019a.

_____. **Relatório de Impacto Ambiental da Extração e Beneficiamento de Ferro Magnético**. Teresina, WR - Consultoria e Planejamento, 2019b.

VIANA, Nyanne. **Traquejos e labutas: trabalhadores escravizados no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, segunda metade século XIX)**. 147 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

VIEIRA, Bruno. **Era no tempo do coronel... "eu não concordo muito com isso não!": arqueologia pública e interpretações colaborativas sobre a "Fazenda São Victor", Piauí**. 192 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017.

Sites:

SRN recebe licença para extração de minério de ferro no Piauí. Revista Minérios, 26 de Agosto de 2021. Disponível em: <<https://revistaminerios.com.br/srn-recebe-licenca-para-extracao-de-minerio-de-ferro-no-piau-i/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

Em 13 anos, as áreas suscetíveis à desertificação no Semiárido são agora quase desérticas e ocupam 13% da região, 05 de Setembro de 2019. Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/noticias?artigo_id=10964>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.